

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

**REGIMENTO
INTERNO**

Aprovado pela Resolução Administrativa nº 89/2005, publicada no DJ de 11 de agosto de 2005 e atualizado até a Resolução Administrativa nº 201/2022, publicada no DEJT de 19 de dezembro de 2022, bem como adequado à Resolução CSJT nº 104, de 25 de maio de 2012.

São Luís – MA

**REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 16ª REGIÃO**

SUMÁRIO

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (Arts. 1º a 3º).

TÍTULO II

DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO.

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL (Arts. 4º a 10).

CAPÍTULO II - DA DIREÇÃO DO TRIBUNAL (Arts. 11 a 14).

CAPÍTULO III - DO TRIBUNAL PLENO (Arts. 15 a 20).

CAPÍTULO III-A - DAS TURMAS (Arts. 20-A a 20-G).

CAPÍTULO IV - DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL (Arts. 21 a 22).

CAPÍTULO V - DA VICE-PRESIDÊNCIA (Arts. 23 a 24).

CAPÍTULO VI - DA CORREGEDORIA (Arts. 25 a 31).

CAPÍTULO VI-A - DA PRESIDÊNCIA DAS TURMAS (Art. 31-A)

CAPÍTULO VII - DOS MAGISTRADOS

SEÇÃO I - DAS FÉRIAS E DAS LICENÇAS (Arts. 32 a 43).

SEÇÃO II - DAS CONVOCAÇÕES (Arts. 44 a 47).

SEÇÃO III - DAS APOSENTADORIAS (Arts. 48 a 55).

SEÇÃO IV - DA REMOÇÃO e DA PROMOÇÃO (Art. 56 a 59).

SEÇÃO IV-A - DA PERMUTA (Arts. 60 a 63).

SEÇÃO V - DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR (Art. 64 a 70).

TÍTULO III

DA ORDEM DO SERVIÇO NO TRIBUNAL

CAPÍTULO I - DO CADASTRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS (Arts. 71 a 84).

CAPÍTULO II - DA REMESSA DE PROCESSOS À PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO (Arts. 85 a 86).

CAPÍTULO III - DO RELATOR E DO REVISOR (Arts. 87 a 91).

CAPÍTULO IV - DA PAUTA DE JULGAMENTO (Arts. 92 a 97).

CAPÍTULO V - DAS SESSÕES DO TRIBUNAL (Arts. 98 a 121).

CAPÍTULO VI - DAS AUDIÊNCIAS (Arts. 122 a 126).

CAPÍTULO VII - DOS ACÓRDÃOS (Arts. 127 a 129).

CAPÍTULO VIII - DA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA (Arts. 130 a 131).

CAPÍTULO IX - DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (Arts. 132 a 141).

CAPÍTULO X - DOS AUTOS FINDOS (Arts. 142 a 143).

TÍTULO IV

DO PROCESSO NO TRIBUNAL

CAPÍTULO I - DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU ATO NORMATIVO DO PODER PÚBLICO (Arts. 144 a 146).

CAPÍTULO II - DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO (Arts. 147 a 155).

CAPÍTULO III - DA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA (Art. 156).

CAPÍTULO IV - DO INCIDENTE DE FALSIDADE (Art. 157).

CAPÍTULO V - DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES (Arts. 158 a 169).

CAPÍTULO VI - DA MATÉRIA ADMINISTRATIVA (Arts. 170 a 174).

CAPÍTULO VII - DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA.

SEÇÃO I - DA AÇÃO RESCISÓRIA (Arts. 175 a 181).

SEÇÃO II - DA AÇÃO ANULATÓRIA (Art. 182).

SEÇÃO III - DOS DISSÍDIOS COLETIVOS E SUAS REVISÕES (Arts. 183 a 189).

SEÇÃO IV - DO MANDADO DE SEGURANÇA (Arts. 190 a 195).

SEÇÃO V - DO HABEAS CORPUS (Art. 196 a 202).

CAPÍTULO VIII - DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS E DA HABILITAÇÃO INCIDENTE (Arts. 203 a 205).

TÍTULO V

DOS RECURSOS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (Arts. 206 a 208).

CAPÍTULO II - DO AGRAVO REGIMENTAL (Art. 209).

CAPÍTULO III - DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (Arts. 210 a 213).

CAPÍTULO IV - DO RECURSO DE REVISTA (Arts. 214 a 217).

CAPÍTULO IV-A - (Art. 217-A).

CAPÍTULO V - DO RECURSO ORDINÁRIO (Arts. 218 a 219).

CAPÍTULO VI - DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (Arts. 220 a 225).

TÍTULO VI

DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

CAPÍTULO I - DA COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO (Arts. 226 a 227).

CAPÍTULO II - DA COMISSÃO DE VITALICIEDADE (Art. 228).

CAPÍTULO III - DA COMISSÃO DA REVISTA DO TRIBUNAL (Arts. 229 a 234).

CAPÍTULO IV - DA COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA (Arts. 235 a 242).

TÍTULO VII

DAS VARAS DO TRABALHO

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Arts. 243 a 245).
CAPÍTULO II - DO FÓRUM "ASTOLFO SERRA" (Arts. 246 a 250).

TÍTULO VIII

DO PESSOAL E DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO TRIBUNAL

CAPÍTULO I - DO PESSOAL ADMINISTRATIVO (Arts. 251 a 256).
CAPÍTULO II - DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS (Arts. 257 a 258).

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 259 a 263).

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - São órgãos da Justiça do Trabalho da 16ª Região:

I - Tribunal Regional do Trabalho;

II - Juízes do Trabalho.

Art. 2º - O Tribunal Regional do Trabalho tem sede na cidade de São Luís e jurisdição no território do Estado do Maranhão.

Art. 3º - As Varas do Trabalho têm sede e jurisdição fixadas na forma da lei e estão administrativamente subordinadas ao Tribunal.

TITULO II

DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO TRIBUNAL

Art. 4º - O Tribunal é composto de 8 (oito) Desembargadores do Trabalho, nomeados pelo Presidente da República, com atribuições definidas na Constituição Federal, nas Leis da República e neste Regimento.

~~**Art. 5º** - São órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região:~~

~~I - Tribunal Pleno;~~

~~II - Presidência;~~

~~III - Corregedoria.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

Art. 5º - São órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região:

I - Tribunal Pleno;

II - Turmas;

III - Presidência;

IV - Corregedoria Regional.

Parágrafo único. Para o exercício de suas funções, o Tribunal funcionará em sua composição plena e em Turmas, na forma da lei e das disposições deste Regimento.

Art. 6º - O Tribunal receberá o tratamento de "Egrégio", seus membros detêm o título de Desembargador do Trabalho e receberão o tratamento de "Excelência".

Parágrafo Único - Após a aposentadoria, os Desembargadores do Trabalho conservarão o título e as honras correspondentes ao cargo, salvo no exercício de atividade profissional.

Art. 7º - Nas sessões, os Desembargadores do Trabalho usarão vestes talares.

§ 1º - O membro do Ministério Público que participar de sessões do Tribunal também usará veste talar; os advogados que se dirigirem ao Tribunal, para fins de sustentação oral, deverão trajar beca.

~~§ 2º - O Secretário do Tribunal Pleno e os demais servidores que funcionarem nas sessões do Tribunal usarão Pelerine.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

§ 2º - Os Secretários do Tribunal Pleno e das Turmas, bem como os demais servidores que funcionarem nas sessões do Tribunal, usarão pelerine.

~~Art. 8º - Nas sessões, o Presidente tomará assento no centro da mesa principal; à sua direita, tomará assento o membro do Ministério Público; à sua esquerda, o Secretário do Tribunal Pleno.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

Art. 8º - Nas sessões, o Presidente tomará assento no centro da mesa principal; à sua direita, tomará assento o membro do Ministério Público; à sua esquerda, o Secretário.

Parágrafo Único - O Vice-Presidente tomará assento na primeira cadeira da bancada à direita da mesa central; o Desembargador do Trabalho mais antigo, na primeira cadeira da bancada à esquerda e assim sucessivamente, obedecida a antigüidade entre os Desembargadores do Trabalho do Tribunal.

Art. 9º - A antigüidade dos magistrados, para efeitos legais e regimentais, é regulada:

I - pela nomeação;

II - pela posse;

III - pelo exercício;

IV - pelo tempo de serviço como magistrado;

V - pelo tempo de serviço público federal;

V - pela idade, quando houver empate nos demais critérios.

Art. 10 - Os Desembargadores do Trabalho tomarão posse em sessão do Tribunal Pleno e prestarão compromisso de bem cumprir os deveres do cargo, de conformidade com a Constituição e as Leis da República, sendo lavrado termo, em livro especial, assinado pelo Desembargador do Trabalho Presidente, pelo empossado e pelo Secretário do Pleno.

CAPÍTULO II

DA DIREÇÃO DO TRIBUNAL

~~Art. 11 — Constituem cargos de direção do Tribunal o de Presidente e o de Vice presidente.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 248/2015) Publicada no DJE de 13/11/2015~~

Art. 11 – Constituem cargos de direção do Tribunal o de Presidente e o de Vice-Presidente e Corregedor.

~~Art. 12 — O Tribunal, pela maioria dos seus membros efetivos, em votação secreta, elegerá dentre seus Desembargadores do Trabalho mais antigos, em número correspondente ao dos cargos de direção, os titulares destes, com mandato por dois anos, proibida a reeleição. Quem tiver exercido quaisquer cargos de direção por quatro anos, ou, o de Presidente, não figurará mais entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antigüidade. É obrigatória a aceitação do cargo, salvo recusa manifestada e aceita antes da eleição.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 248/2015) Publicada no DJE de 13/11/2015~~

~~Art. 12 — O Tribunal, por maioria simples e voto direto e secreto de seus magistrados em atividade, de primeiro e segundo graus, em votação secreta, elegerá dentre seus Desembargadores do Trabalho, o Presidente, o Vice-Presidente e Corregedor, o Diretor e Vice-Diretor da Escola Judicial e o Ouvidor e Ouvidor Substituto, com mandato por dois anos. Quem tiver exercido quaisquer cargos de direção (art. 11) por quatro anos, ou o de Presidente, não figurará mais entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antigüidade. É obrigatória a aceitação do cargo, salvo recusa manifestada e aceita antes da eleição.~~

~~(Alterado pela RA Nº 74/2017) Publicada no DEJT de 29/3/2017~~

Art. 12. O Tribunal, pela maioria dos seus membros efetivos, em votação aberta e nominal, elegerá dentre seus Desembargadores do Trabalho mais antigos, em número correspondente ao dos cargos de direção (art. 11), os titulares destes, com mandato por dois anos, proibida a reeleição. Quem tiver exercido quaisquer cargos de direção por quatro anos, ou, o de Presidente, não figurará mais entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antigüidade. É obrigatória a aceitação do cargo, salvo recusa manifestada e aceita antes da eleição.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica ao Desembargador do Trabalho eleito para completar período de mandato inferior a 01 (um) ano.

~~§ 2º - A eleição será realizada até o décimo quinto dia do mês anterior ao do término dos mandatos dos dirigentes do Tribunal. (Alterado pela RA. 125/2010, publicada no DJE de 26/08/2010)~~

§ 2º - A eleição realizar-se-á no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término dos mandatos anteriores, e os eleitos tomarão posse em sessão solene, em data marcada pelo Tribunal Pleno.

§ 3º - A antigüidade, para efeito de eleição do Presidente e do Vice-Presidente ou para quaisquer outros efeitos, será apurada de acordo com o efetivo exercício do cargo, o qual será considerado a partir da data da instalação do Tribunal, ocorrida no dia 26 de maio de 1.989. Exaurida a lista de antigüidade com a eleição do seu último integrante, iniciar-se-á novo ciclo, que não será interrompido com a eventual posse de novo Desembargador do Trabalho.

~~§ 4º - A posse dos eleitos ocorrerá na última quinzena do mês de junho, sendo realizada em sessão solene especialmente convocada. (Alterado pela RA. 125/2010, publicada no DJE de 26/08/2010)~~

§ 4º Os mandatos do Presidente e do Vice-Presidente estender-se-ão até a posse dos respectivos sucessores, se marcada para data excedente ao biênio.

§ 5º - Ocorrendo vaga antes de decorrido um ano de mandato, proceder-se-á à nova eleição na sessão seguinte à da verificação da vaga, com posse imediata, terminando o eleito o tempo de mandato de seu antecessor.

§ 6º - Se a vaga de Presidente ocorrer depois do primeiro ano de mandato, o Vice-Presidente exercerá as funções pelo tempo que restar do mandato, assumindo a Vice-presidência o Desembargador do Trabalho mais antigo que ainda não tenha sido eleito Presidente ou, se todos já houverem sido, o que haja exercido a Presidência no biênio mais remoto.

§ 7º - Para efeito deste artigo, o Desembargador do Trabalho que declinar, com aceitação do Tribunal Pleno, do direito de concorrer a um dos referidos cargos, manterá sua posição no quadro de antigüidade nas eleições subseqüentes.

(A RA. 125/2010, publicada no DJE de 26/08/2010, acrescentou os parágrafos 8º, 9º e 10º, que seguem)

§ 8º A partir da eleição dos novos dirigentes terá início o processo de transição que terá duração até a posse dos eleitos;

§ 9º Durante o período de transição fica facultado aos dirigentes eleitos indicar formalmente equipes de transição, com coordenador e membros de todas as áreas do

tribunal, que terá acesso integral aos dados e informações referentes à gestão em curso.

§ 10º Os dirigentes no exercício dos cargos disponibilizarão espaço e equipamentos necessários aos trabalhos da equipe de transição, cumprindo às unidades do Tribunal fornecerem, em tempo hábil e com a necessária precisão, as informações solicitadas pela equipe.

(A RA. 125/2010, publicada no DJE de 26/08/2010, acrescentou o artigo 12-A, incisos e parágrafo, que seguem)

Art. 12-A Os dirigentes em exercício deverão entregar aos dirigentes eleitos, em até 10 (dez) dias após a eleição, relatório circunstanciado com os seguintes elementos básicos:

I - planejamento estratégico;

II - estatística processual;

III - relatório de trabalho das comissões e projetos, se houver;

IV - proposta orçamentária e orçamento com especificação das ações e programas, destacando possíveis pedidos de créditos suplementares em andamento, com as devidas justificativas;

V - estrutura organizacional com detalhamento do Quadro de Pessoal, cargos providos, vagos, inativos, pensionistas, cargos em comissão e funções comissionadas, indicando a existência ou não de servidores cedidos para o tribunal, bem como em regime de contratação temporária;

VI - relação dos contratos em vigor e respectivos prazos de vigência;

VII - sindicâncias e processos administrativos disciplinares internos, se houver;

VIII - tomadas de contas especiais em andamento, se houver;

IX - situação atual das contas do tribunal perante o Tribunal de Contas da União, indicando as ações em andamento para cumprimento de diligências expedidas pela respectiva Corte de Contas.

X - Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Os dirigentes eleitos poderão solicitar dados e informações complementares, se considerarem necessário.

Art. 13 - O Desembargador do Trabalho que for eleito Presidente continuará como relator e revisor dos processos em que tenha apostado **visto**.

Art. 14 - O Presidente do Tribunal é substituído pelo Vice-Presidente e este, pelos demais Desembargadores do Trabalho, na ordem de antigüidade.

CAPÍTULO III

DO TRIBUNAL PLENO

Art. 15 - O Tribunal Pleno é constituído pela totalidade dos Desembargadores do Trabalho, na ativa, do Tribunal. Suas sessões serão dirigidas pelo Presidente e, nos casos de ausência ou de impedimento, sucessivamente, pelo Vice-Presidente ou pelo Desembargador do Trabalho mais antigo.

~~**Art. 16** - Para as deliberações do Tribunal Pleno exigir-se-á, além do Presidente, a presença de metade e mais um do número de seus membros.~~

(Alterado pela RA. Nº 178/2009) Publicada no DJE de 22/09/2009

Art. 16 - Para as deliberações do Tribunal Pleno exigir-se-á a presença de metade e mais um do número de seus membros.

§ 1º - As decisões do Tribunal Pleno serão tomadas pelo voto da maioria dos magistrados presentes, ressalvada a hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público.

~~§ 2º - O Presidente do Tribunal, excetuada a hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público, somente terá voto de desempate. Nas sessões administrativas, o Presidente votará como os demais Desembargadores do Trabalho, sendo em primeiro lugar, cabendo-lhe, ainda, o voto de qualidade.~~

(Alterado pela RA. Nº 145/2015) Publicada no DJE de 24/06/2015

§ 2º - Nas sessões judiciais e administrativas, o Presidente votará como os demais Desembargadores do Trabalho, sendo em primeiro lugar nas matérias administrativas, cabendo-lhe, ainda, o voto de qualidade em ambos os casos.

§ 3º No julgamento de recurso contra decisão ou despacho do Presidente, do Vice-presidente, ou, do Relator, ocorrendo empate, prevalecerá a decisão ou despacho atacado.

~~Art.17~~ Compete ao Tribunal Pleno, em matéria judiciária:

~~I — processar, conciliar e julgar, originariamente, os dissídios coletivos, bem como homologar os acordos realizados.~~

~~II — processar e julgar:~~

~~a) originariamente:~~

~~1. as revisões de sentenças normativas;~~

~~2. a extensão das decisões proferidas em dissídios coletivos;~~

~~3. os mandados de segurança;~~

~~4. os habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria trabalhista sujeita à sua jurisdição;~~

~~5. as ações rescisórias das decisões das Varas de Trabalho, dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista e, de seus próprios acórdãos;~~

~~6. as exceções de incompetência que lhe forem opostas e os incidentes de falsidade suscitados nos processos que estejam tramitando no Tribunal;~~

~~7. as ações cautelares de sua competência originária;~~

~~8. as ações anulatórias;~~

~~9. as restaurações de autos cujo desaparecimento tenha ocorrido no Tribunal.~~

~~b) em última instância:~~

~~1. as exceções de suspeição e de impedimento argüidas contra seus membros, inclusive contra o Presidente, bem como aquelas argüidas contra órgão do~~

~~Ministério Público, e serventuários da Justiça, nos processos em trâmite no Tribunal;~~

~~2. as exceções de suspeição e de impedimento argüidas contra peritos ou intérpretes que atuem nas ações processadas no Tribunal;~~

~~3. os recursos das multas impostas pelo Tribunal;~~

~~4. os conflitos de competência — cognominados pela CLT de conflitos de jurisdição — e de atribuições envolvendo as Varas do Trabalho, subordinadas ao Tribunal, e os Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista na Região, ou, entre uns e outros, observando o disposto na Constituição Federal;~~

~~c) em única ou última instância:~~

~~1. os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;~~

~~2. os agravos de despacho do Presidente, do Corregedor Regional e dos despachos terminativos dos feitos dos relatores;~~

~~3. exceções de suspeição e impedimento contra Juizes sob sua jurisdição, inclusive os Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;~~

~~4. os processos e recursos de natureza administrativa, atinentes aos seus serviços auxiliares e respectivos servidores;~~

~~5. as reclamações contra atos administrativos de quaisquer de seus membros, inclusive do Presidente, dos Juizes de primeira instância e de seus servidores;~~

~~6. os recursos interpostos das decisões das Varas que impuserem multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência.~~

~~d) em grau de recurso:~~

~~1. os recursos ordinários, adesivos e as remessas "Ex Officio" das decisões dos Juizes do Trabalho ou~~

~~Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;~~

~~2. os agravos de instrumento dos despachos de Juizes do Trabalho ou Juizes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, que denegarem a interposição de recursos;~~

~~3. os agravos de petição;~~

~~4. as habilitações incidentes e arguições de falsidade. (Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 17. Compete ao Tribunal Pleno, em matéria judiciária, além da matéria expressamente prevista em lei ou em dispositivo do Regimento Interno deste Tribunal:

I – processar e julgar:

a) habeas corpus contra atos do Tribunal, das Turmas e das Varas do Trabalho;

b) agravos regimentais interpostos contra ato do Presidente, Corregedor ou contra as decisões monocráticas terminativas nos processos de competência originária do Tribunal Pleno;

c) mandados de segurança e habeas data contra atos do Tribunal, das Turmas e das Varas do Trabalho, inclusive aqueles provenientes da Comissão de Concurso para provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto, ou de quaisquer de seus juizes efetivos ou convocados;

d) embargos de declaração opostos a seus acórdãos;

e) ações rescisórias;

f) conflitos de competência ou atribuições entre as Turmas e as Varas do Trabalho;

g) os incidentes, as exceções de incompetência, de suspeição ou de impedimento de seus membros, inclusive do Presidente, dos membros das Turmas e de juizes de primeiro grau, bem como aquelas argüidas contra órgão do Ministério Público, serventuários da Justiça, peritos e intérpretes, nos processos em trâmite no Tribunal;

h) ações incidentais de qualquer natureza, em processos sujeitos a seu julgamento;

i) ações anulatórias de cláusula de convenção ou acordo coletivo com abrangência territorial igual ou inferior à jurisdição do Tribunal;

j) em última instância, os recursos das multas impostas por ele próprio e pelas Turmas;

k) as ações cautelares de sua competência originária;

l) as restaurações de autos, quando se tratar de processo de sua competência;

m) as reclamações contra atos administrativos de quaisquer de seus membros, inclusive do Presidente, dos Juízes de primeira instância e de seus servidores;

II - processar, conciliar e julgar os dissídios coletivos no âmbito de sua jurisdição, suas revisões e os pedidos de extensão das sentenças normativas, bem como homologar os acordos realizados;

~~Art. 18. Compete, ainda, ao Plenário do Tribunal, em matéria judiciária:~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

~~I - decidir sobre matéria constitucional quando argüida para invalidar lei ou ato do poder público;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 18. Compete, ainda, ao Plenário do Tribunal, em matéria judiciária:

I - julgar as argüições de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, em processos de sua competência originária, e as que lhe forem submetidas pelas Turmas;

II - determinar aos Juízes a realização dos atos processuais e diligências necessárias aos julgamentos dos feitos sob sua apreciação;

III - fiscalizar o cumprimento das suas próprias decisões;

IV - declarar a nulidade dos atos praticados com a infringência de suas decisões;

V - requisitar das autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob sua apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;

VI - remeter às autoridades competentes, para os efeitos legais, cópias autenticadas de peças de autos ou, de papéis que conhecer, quando através dos mesmos houver notícia de crime;

~~VII - mandar riscar, de ofício ou a requerimento do interessado, expressões injuriosas empregadas pelas partes ou por seus advogados, nos escritos apresentados no processo;~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

~~**VII – julgar os incidentes de uniformização da jurisprudência do Tribunal.**~~

(Alterado pela RA Nº 76/2017) Publicada no DEJT de 29/3/2017

VII - julgar os incidentes de resolução de demandas repetitivas, assunção de competência e uniformização de jurisprudência;

VIII - determinar sejam riscados dos escritos nos autos, a requerimento do interessado, expressões injuriosas dirigidas pelo Juiz ao advogado da parte.

~~**Art. 19 – Compete ainda, ao Tribunal Pleno, em matéria administrativa:**~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

Art. 19 – Compete, ainda, ao Tribunal Pleno, em matéria administrativa:

~~I – eleger o Presidente e o Vice-Presidente e dar-lhes posse;~~

(Alterado pela RA. Nº 248/2015) Publicada no DJE de 13/11/2015

I - Dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente e Corregedor;

II - escolher os membros das comissões previstas neste Regimento;

III - elaborar o seu Regimento Interno e o Regulamento Geral de sua Secretaria e Serviços Auxiliares, bem como, modificá-los, por votação de seus membros;

IV - organizar a sua Secretaria e Serviços Auxiliares;

V - fixar a sede das Varas do Trabalho quando a lei de criação não a estabelecer no momento de sua criação; ou alterar sua sede e jurisdição, quando autorizado pelo ordenamento jurídico;

VI - deliberar sobre as questões de ordem que lhes forem submetidas pelo Presidente, por ato próprio ou a requerimento de um ou mais Desembargadores do Trabalho;

VII - instaurar e julgar o processo disciplinar da magistratura;

~~VIII - aprovar ou modificar a lista de antigüidade das autoridades judiciárias da Região, conhecendo das reclamações contra ela oferecidas dentro de 15 (quinze) dias após a notificação dos interessados;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

VIII - aprovar ou modificar a lista de antigüidade dos Juízes Titulares das Varas do Trabalho e dos Juízes Substitutos, organizada anualmente, pelo Presidente do Tribunal, e conhecer das reclamações contra ela oferecidas dentro de 15 (quinze) dias após sua publicação;

IX - indicar o Juiz Titular de Vara do Trabalho ou o Juiz do Trabalho Substituto que deva ser promovido por antigüidade, observado o prescrito no § 2º do art. 80 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1.979 e o inciso II, alíneas "d" e "e", do art. 93 da CF/88;

~~X - organizar mediante três escrutínios secretos e sucessivos, pelo voto de seus Desembargadores, a lista tríplice para promoção, por merecimento, dos Juízes Titulares das Varas e dos Juízes Substitutos, observadas as disposições contidas no parágrafo único do art. 44 e no § 2º do art. 80 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

X - organizar a lista tríplice para promoção por merecimento dos Juízes Titulares das Varas do Trabalho e dos Juízes do Trabalho Substitutos, observadas as disposições legais e regimentais;

XI - autorizar a remoção, a pedido, dos Juízes Titulares das Varas do Trabalho da Região;

XII - aprovar, antes de iniciado o ano forense, a tabela de concessão de férias das autoridades judiciárias da Região e conceder licença às mesmas, nos termos da lei;

XIII - autorizar o afastamento dos Desembargadores do Trabalho, Juízes e servidores, sempre que tenham que se ausentar do País para estudo ou em missão oficial;

XIV - aprovar o valor das tabelas das diárias e, ajudas de custo, a serem pagas na Região;

XV - autorizar o afastamento de Desembargadores do Trabalho e Juízes quando em exercício, ressalvado o art. 21, XIX, deste Regimento;

~~XVI - autorizar a realização de concurso público e homologar a classificação final dos candidatos, para provimento dos cargos do seu quadro de pessoal efetivo;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

XVI- autorizar a realização de concurso público, estabelecer os critérios, designar as comissões, aprovar as respectivas instruções e a classificação final dos candidatos, para provimento de cargos do seu quadro de pessoal;

XVII - prover, na forma da lei, os cargos do quadro de pessoal, reintegrando, readaptando, aproveitando, reconduzindo ou revertendo servidores;

XVIII - exonerar, salvo os cargos em comissão, demitir ou aposentar os servidores do quadro de pessoal do Tribunal e conceder pensão aos seus dependentes, nos casos previstos em lei;

XIX - aprovar ou modificar a lotação numérica do pessoal, proposta pelo Presidente, para os diversos órgãos da Região;

XX - impor aos servidores integrantes do quadro da Região as penas disciplinares que excederem da alçada do Presidente do Tribunal e dos Juízes Titulares das Varas do Trabalho da Região;

XXI - propor ao poder competente, por iniciativa do Presidente ou de qualquer dos seus membros, a criação ou extinção de cargos e funções comissionadas e Varas do Trabalho, na forma da lei;

XXII - aprovar ou modificar a proposta orçamentária organizada pelo Presidente, para encaminhamento ao Poder competente;

XXIII - solicitar ao Poder competente, por iniciativa do Presidente, a abertura de créditos suplementares e especiais;

XXIV - impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência;

~~XXV - estabelecer o horário de funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho da Região;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

XXV - fixar os dias das sessões plenárias e os dias e horário de funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho da 16ª Região;

XXVI - resolver as dúvidas que lhes forem submetidas pelo Presidente, por qualquer de seus membros ou pelo Ministério Público do Trabalho, sobre a interpretação e execução deste Regimento;

XXVII - exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho as demais atribuições que decorrem da sua

jurisdição e praticar, de conformidade com a lei vigente, todos os atos indispensáveis ao encaminhamento e à solução célere dos processos de sua competência.

~~XXVIII — deliberar sobre a transformação de cargos de seu quadro de pessoal;~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

XXVIII - deliberar sobre a transformação de cargos e promoção funcional do seu quadro de pessoal;

XXIX - julgar as reclamações contra ato do Presidente do qual não caiba recurso;

XXX - processar e julgar os processos relativos à perda do cargo de seus Desembargadores do Trabalho e dos juizes do Trabalho, bem como, quanto a estes últimos, os processos relativos à remoção compulsória;

XXXI - processar o pedido de aposentadoria de seus Desembargadores do Trabalho e concedê-la aos juizes do trabalho, titulares ou substitutos, autorizando o presidente a baixar os respectivos atos de sua concessão;

~~XXXII — convocar Juizes titulares das Varas para compor o Tribunal, na forma da lei;~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

XXXII - convocar Juizes titulares das Varas para compor o Tribunal, na forma dos arts. 44 a 47 deste Regimento;

XXXIII - apreciar as justificativas das ausências de seus Desembargadores do Trabalho às sessões, quando superiores a duas consecutivas;

XXXIV - aprovar permuta entre os Juizes do Trabalho

XXXV - fixar a data da abertura de concurso para provimento de cargo de Juiz do Trabalho Substituto, designar a respectiva comissão, julgar os recursos e homologar seu resultado.

XXXVI - aprovar os modelos das vestes talaras a serem usadas pelos Juizes;

XXXVII - julgar os recursos dos servidores em defesa de direito ou interesse legítimo, interpostos contra decisão do Presidente, no prazo de trinta dias;

(Incluídos pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

XXXVIII - Deliberar sobre a atuação da Secretaria de Auditoria com base no relatório anual das atividades desempenhadas no exercício anterior;

XXXIX - Aprovar a destituição do Secretário de Auditoria antes do término do mandato de 02 (dois) anos, facultada a oitiva prévia do Secretário.

(Incluídos pela RA. Nº 201/2022) Publicada no DEJT de 19/12/2022

Art. 20. Os atos administrativos do Tribunal Pleno serão materializados em instrumento denominado RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA, que deverá ser publicada no órgão oficial de divulgação.

Capítulo III-A Acrescentado ao Regimento Interno através da RA nº 236/2008, Publicada no DJE de 14/01/2009, com os arts. 20-A, 20-B, 20-C, 20-D, 20-E, 20-F, 20-G

CAPÍTULO III-A

DAS TURMAS

~~**Art. 20-A.** As Turmas do Tribunal, em número de duas, serão compostas de quatro Desembargadores cada, presididas, a primeira e segunda, respectivamente, pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal.~~ (Alterado pela RA Nº 31/2012) Publicada no DJ de 15/02/2012

Art. 20-A – As Turmas do Tribunal, em número de duas, serão compostas de quatro Desembargadores do Trabalho, dirigidas pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal, respectivamente, observando-se a composição original.

§ 1º - A composição inicial das Turmas se dará segundo a antigüidade, de forma que o membro mais antigo ocupe a Primeira Turma e o próximo, na antigüidade, a Segunda, adotando-se o mesmo critério, sucessivamente, de forma alternada.

§ 2º - Nas ausências ou impedimentos do Presidente de cada Turma, esta será presidida pelo Desembargador do Trabalho mais antigo, sem prejuízo da distribuição normal de processos, na forma prevista neste Regimento.

Art. 20-B. Compete às Turmas, além da matéria expressamente prevista em lei ou em dispositivo do Regimento Interno deste Tribunal:

I - julgar:

a) os recursos ordinários, adesivos e as remessas ex officio das decisões dos Juízes do Trabalho ou Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista;

b) agravos de petição, de instrumento, regimental e o agravo previsto no art. 557 do CPC;

c) embargos de declaração opostos aos seus acórdãos; e

d) os recursos interpostos das decisões das Varas que impuserem multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência.

II - processar e julgar:

a) os incidentes de qualquer natureza, nos processos pendentes de sua decisão;

b) medidas cautelares nos autos dos processos de sua competência; e

c) restauração de autos, quando se tratar de processo de sua competência;

III - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;

IV - declarar as nulidades decorrentes de atos praticados com infração de suas decisões;

V - impor multas e demais penalidades relativas a atos de sua competência;

VI - exercer, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua jurisdição;

VII - determinar a remessa de processos ao Tribunal Pleno, quando dele for a competência;

VIII - deliberar acerca das ausências de seus juízes às sessões, quando superiores a duas consecutivas;

IX - resolver as questões de ordem que lhes forem submetidas;

Art. 20-C. Cada Turma funcionará, obrigatoriamente, com o quórum mínimo de três Juízes, observada a regra contida no art. 73.

~~*§ 1º - Na impossibilidade de atingir o quórum previsto no caput deste artigo, será convocado um desembargador da outra Turma e, na falta deste, um juiz titular de Vara da Capital, preferencialmente, o mais antigo.*~~

(Alterado pela RA. nº 014/2010) Publicada no DJE de 01/02/2010

§ 1º - Na impossibilidade de atingir o quórum previsto no caput deste artigo, será convocado um Desembargador do Trabalho da outra Turma e, na falta deste, um Juiz Titular de Vara do Trabalho da Capital.

(Alterado pela RA nº 61/2021) Publicada no DEJT de 12/03/2021

§ 2º - No caso de férias superiores a 30 (trinta) dias, será convocado um Juiz Titular de Vara do Trabalho da Capital em substituição ao Desembargador do Trabalho ausente, nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º - O Presidente da Turma somente terá voto de qualidade, ressalvada a hipótese de quórum mínimo, quando votará com os demais membros, cabendo-lhe, ainda, voto de desempate.

§ 4º No caso de ausência temporária do Presidente de Turma, por qualquer motivo, será ele substituído na presidência dos trabalhos pelo Desembargador do Trabalho mais antigo que estiver presente à sessão.

§ 5º É vedado o funcionamento da Turma sem a presença de, pelo menos, dois de seus membros efetivos.

Art. 20-D. Na ocorrência de vaga, o Desembargador do Trabalho nomeado funcionará na Turma em que aquela se tiver verificado.

Art. 20-E. Nas sessões das Turmas, os trabalhos obedecerão, no que couber, a mesma ordem adotada pelo Tribunal Pleno.

Art. 20-F. A transferência do integrante de uma Turma para outra poderá ser pleiteada, verificada a existência de vaga, admitindo-se, também, a permuta, desde que aprovada pelo Tribunal Pleno, por maioria simples, em ambas as hipóteses, ressalvada a vinculação nos processos já distribuídos na Turma de origem.

Art. 20-G. Não poderão integrar a mesma Turma, nem atuar simultaneamente na mesma sessão, Juízes que sejam cônjuges entre si, parentes consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral.

CAPÍTULO IV

DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL

~~Art. 21. São atribuições do Presidente do Tribunal:~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 21. São atribuições do Presidente do Tribunal, além da matéria expressamente prevista em lei ou em dispositivo deste Regimento:

I - representar o Tribunal perante os demais poderes e autoridades, bem como, nos atos e solenidades oficiais, podendo delegar essa atribuição ao Desembargador do Trabalho Vice-Presidente ou, na ausência deste, a outro Desembargador do Trabalho do Tribunal;

II - dirigir os trabalhos do Tribunal, observando e fazendo cumprir seu Regimento;

~~III - presidir as sessões do Tribunal e convocar as extraordinárias e as administrativas, quando entender necessário ou a requerimento de Desembargador do Tribunal; colher os votos e proferir voto de qualidade, nos casos previstos em lei e neste Regimento, bem como, proclamar os resultados dos julgamentos;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

III - presidir as sessões do Tribunal Pleno, da Primeira Turma e convocar as extraordinárias e as administrativas, quando entender necessário ou a requerimento de Desembargador do Trabalho do Tribunal; colher os votos e proferir voto de qualidade, nos casos previstos em lei e neste Regimento, bem como proclamar os resultados dos julgamentos;

~~IV - manter a ordem nas sessões, determinando a retirada de quem a perturbe ou falte com o devido respeito, aplicando as medidas coercitivas que considerar necessárias;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

IV - manter a ordem nas sessões do Tribunal Pleno, determinando a retirada de quem a perturbe ou falte com o devido respeito, aplicando as medidas coercitivas que considerar necessárias; (Alterado pela RA. Nº 236/2008 de 15/12/2008)

~~V - mandar organizar e fazer publicar a pauta de julgamentos;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

V - mandar organizar e fazer publicar a pauta de julgamentos do Tribunal Pleno;

VI - realizar a distribuição dos feitos aos Desembargadores do Trabalho, na forma prevista no Capítulo I do Título III deste Regimento;

~~VII — decidir sobre quaisquer incidentes processuais, inclusive desistências e homologações de acordos, nos períodos de suspensão das atividades do Tribunal, bem como, quando os processos já tiverem sido julgados ou não tiverem ainda sido distribuídos, apreciando, desde logo, mas de modo provisório e sem prejuízo à competência do Relator, liminar em ordem de 'habeas corpus' ou em mandado de segurança, quando, diante da urgência do caso, o tempo necessário à distribuição a ser efetuada possa frustrar, posteriormente, a medida;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

VII – decidir sobre quaisquer incidentes processuais, inclusive desistências e homologações de acordos, nos processos de competência do Tribunal, nos períodos de suspensão das atividades do Tribunal, bem como quando os processos já tiverem sido julgados ou não tiverem ainda sido distribuídos, apreciando, desde logo, mas de modo provisório e sem prejuízo à competência do Relator, liminar em ordem de habeas corpus ou em mandado de segurança, quando, diante da urgência do caso, o tempo necessário à distribuição a ser efetuada possa frustrar, posteriormente, a medida;

VIII - executar e fazer cumprir as suas próprias decisões, as do Tribunal e as dos Tribunais Superiores, determinando aos Juízes de primeira instância a realização dos atos processuais e das diligências que se fizerem necessárias;

IX - adotar as providências no sentido de promover a agilização das execuções de sentenças dos processos de competência das Varas do Trabalho;

~~X — conceder vista de autos de processos judiciais fora da Secretaria do Tribunal quando solicitado por advogado regularmente constituído por qualquer das partes, observados os dispositivos legais que disciplinem a matéria, antes de distribuídos ou após o seu julgamento;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

X - conceder vista de autos de processos judiciais fora da Secretaria do Tribunal Pleno quando solicitado por advogado regularmente constituído por qualquer das partes, observados os dispositivos legais que disciplinem a matéria, antes de distribuídos ou após o seu julgamento;

~~XI — conciliar e instruir os dissídios coletivos ou delegar essas atribuições ao Vice-Presidente, na sede do Tribunal, ou aos Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, quando ocorram fora da sede;~~

~~(Alterado pela RA nº 55/2016) Publicada no DJE de 9/3/2016~~

XI - conciliar e mediar os dissídios coletivos ou delegar essas atribuições a Desembargador, na sede do Tribunal, ou aos Juízes Titulares de Vara do Trabalho, quando ocorrem fora da sede;

~~XII - despachar os recursos interpostos das decisões do Tribunal, inclusive de revista, negando-lhes ou admitindo-lhes seguimento, com a devida fundamentação, e, neste último caso, declarando o efeito em que os recebe, bem como, os agravos de instrumento resultantes de despacho denegatório de seguimento desses recursos;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

~~***XII - despachar os recursos interpostos das decisões do Tribunal Pleno e das Turmas, inclusive de revista, negando-lhes ou admitindo-lhes seguimento, com a devida fundamentação e, neste último caso, declarando o efeito em que os recebe, bem como os agravos de instrumento resultantes de despacho denegatório de seguimento desses recursos;***~~

~~(Alterado pela RA nº 55/2016) Publicada no DJE de 9/3/2016~~

XII - despachar os recursos interpostos das decisões do Tribunal Pleno e das Turmas, inclusive de revista, negando-lhes ou admitindo-lhes seguimento, com a devida fundamentação e, neste último caso, declarando o efeito em que os recebe, bem como os agravos de instrumento resultantes de despacho denegatório de seguimento desses recursos, podendo ainda realizar nova tentativa de conciliação em tais processos ou delegar tal atribuição a Desembargador ou a Juiz do Trabalho;

XIII - julgar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do seu recebimento com a devida conclusão, os pedidos de revisão de valor de alçada, previstos no parágrafo primeiro, do artigo 2º, da Lei nº 5.584/70;

XIV - determinar o processamento e a expedição dos precatórios de requisição de pagamento de valores devidos pela Fazenda Pública, não considerados de pequeno valor, em decorrência de sentença judicial transitada em julgado, tomando as providências cabíveis em caso de descumprimento ou de inobservância da ordem de pagamento.

~~XV - assinar as atas das sessões. (Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

XV - assinar as atas das sessões do Tribunal Pleno;

XVI - decidir os pedidos e reclamações dos Desembargadores do Trabalho, Juízes do Trabalho e servidores, sobre assuntos de natureza administrativa,

exceto os de competência do Tribunal, votando em primeiro lugar, cabendo-lhe, ainda, voto de qualidade;

~~XVII — expedir ordens e promover diligências, quando tratar de matéria que não dependa de acórdão ou não for da competência privativa do Tribunal Pleno ou dos Desembargadores Relatores;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

XVII – expedir ordens e promover diligências, quando tratar de matéria que não dependa de acórdão ou não for da competência privativa do Tribunal Pleno, das Turmas ou dos Desembargadores do Trabalho Relatores;

XVIII - apreciar as justificativas de até duas ausências dos Desembargadores do Trabalho às sessões do Tribunal Pleno;

XIX - designar dentre os Magistrados o que deva participar de cursos, congressos e eventos culturais de curta duração, assim entendidos os que não ultrapassem 10 (dez) dias;

XX - determinar a lotação e movimentação dos Juízes substitutos, bem como designar os auxiliares para as Varas da Região;

XXI - determinar a publicação, no órgão oficial, dos dados estatísticos sobre os trabalhos do Tribunal, mensalmente, na forma do art. 37 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

~~XXII — corresponder-se em nome do Tribunal e representá-lo nas solenidades e atos oficiais, ou, delegar poderes para esse fim; (Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

XXII – corresponder-se em nome do Tribunal;

XXIII - apresentar, anualmente, ao Tribunal, até o fim do mês de março, o relatório das atividades da Região, referentes ao ano anterior, e remeter cópia do mesmo ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho;

XXIV - assinar a carteira de identidade dos Desembargadores do Trabalho, Juízes do trabalho e servidores da Região, bem como, os provimentos e atos

normativos aprovados na forma deste Regimento, além de assentos e resoluções;

XXV - expedir os atos relativos à competência do Tribunal, previstos nos artigos e incisos deste Regimento;

XXVI - atualizar, anualmente, as listas de antigüidade das autoridades judiciárias da Região, fazendo-as publicar no órgão oficial, em conformidade com o que dispuser a lei e este Regimento;

XXVII - determinar a instauração de processo de aposentadoria compulsória do Juiz ou servidor que não a requerer até 40 (quarenta) dias antes da data em que irá completar 70 (setenta) anos de idade;

XXVIII - dar posse e conceder licença aos servidores da Região;

XXIX - impor penalidades aos servidores do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal, determinando a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, quando for o caso, por iniciativa própria ou mediante representação das autoridades competentes ou das partes em processo;

XXX - propor ao Tribunal a lotação numérica do pessoal para os diversos órgãos da Região e designar livremente os servidores para preenchê-la;

~~XXXI - sugerir ao Tribunal a elaboração de projeto de lei e remeter as aprovadas ao órgão ou Poder competente. (Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

XXXI - sugerir ao Tribunal a elaboração de projetos de lei, remetendo-os ao Poder ou órgão competente, se aprovados;

XXXII - propor ao Tribunal a criação ou extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos, para encaminhá-los ao poder competente;

XXXIII - submeter à apreciação do Tribunal, na época oportuna, a proposta orçamentária, para encaminhamento ao Poder Executivo, por intermédio do Tribunal Superior do Trabalho;

XXXIV - elaborar, ouvido o Tribunal, o orçamento analítico, alterando-o, quando necessário, no decurso do exercício financeiro;

XXXV - propor ao Tribunal os pedidos de abertura de créditos suplementares e especiais, para serem encaminhados ao poder competente;

XXXVI - designar, anualmente, por proposta do Diretor-Geral da Secretaria, os servidores que deverão compor a Comissão de Licitação, bem assim, quando necessário, os integrantes das comissões de sindicâncias e inquéritos;

XXXVII - dispensar a licitação, nos casos previstos em lei;

XXXVIII - autorizar e aprovar concorrências, tomadas de preços e convites;

XXXIX - autorizar o pagamento de despesas referentes ao fornecimento de material ou prestação de serviços e assinar os contratos relativos à adjudicação desses encargos;

XL - pronunciar-se sobre a tomada de contas do Ordenador de Despesas levantada pelo Serviço de Contabilidade Analítica e auditada pelo Órgão competente antes de ser encaminhada ao Tribunal de Contas, bem como, determinar a tomada de contas, nos casos previstos em lei;

XLI - ordenar, fundamentadamente e por escrito, a prisão administrativa de responsável por dinheiro e valores pertencentes à Fazenda Nacional, ou que se acharem sob a guarda deste, no caso de alcance ou omissão em efetuar as entradas nos devidos prazos;

XLII - determinar ou prorrogar o horário de funcionamento dos Órgãos da Justiça do Trabalho da 16ª Região, ad referendum do Pleno, nos casos urgentes, baixando, quando for o caso, os regulamentos que deverão ser observados pelas unidades de serviço;

XLIII - conceder férias e licença ao Diretor-Geral e ao Secretário-geral da Presidência;

XLIV - baixar os atos normativos de sua competência, fixando sistemas e critérios gerais em matéria de administração financeira;

XLV - tomar a iniciativa das medidas necessárias para cumprimento do disposto no artigo 93, inciso VIII, da Constituição Federal;

XLVI - organizar a escala de férias dos Juízes de primeiro grau;

XLVII - conceder diárias e autorizar o pagamento de ajuda de custo, em conformidade com as tabelas aprovadas pelo Tribunal;

XLVIII - nomear e exonerar, a pedido, os servidores do Tribunal, bem como, exonerar os cargos em comissão e dispensar os ocupantes de função comissionada;

XLIX - organizar sua secretaria e gabinete;

L - determinar descontos nos vencimentos dos Juízes e servidores, nos casos previstos em lei;

LI - conceder funções comissionadas em conformidade com o estabelecido em lei específica que regule a matéria.

LII - responder pela polícia do Tribunal e de qualquer órgão a ele subordinado;

LIII - conceder período de trânsito aos Juízes promovidos ou removidos, assim como, aos servidores, fixando o período conforme a necessidade e conveniência do serviço, no máximo até 30 (trinta) dias;

LIV - praticar todos os demais atos inerentes a suas funções, nos termos da lei e observado este Regimento.

~~Parágrafo único — A Presidência poderá delegar atribuições ao Diretor Geral ou à Secretária Geral através de ato de sua competência, observadas as limitações legais. (Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Parágrafo único - A Presidência poderá delegar atribuições ao Diretor-Geral ou ao Secretário-Geral através de ato de sua competência, observadas as limitações legais.

Art. 22. Os atos administrativos do Presidente serão materializados em instrumentos denominados "Portaria da Presidência", que poderá ser publicada no órgão oficial de divulgação.

CAPÍTULO V

DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 23. Compete ao Vice-Presidente:

I - auxiliar o Presidente ou substituí-lo em suas ausências e impedimentos;

~~II - exercer, privativamente, o cargo de Corregedor do Tribunal; (Alterado pela RA. Nº 129/2011) Publicada no DJE de 19/07/2011~~

II - exercer o cargo de Corregedor do Tribunal;

III - exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Presidente do Tribunal;

~~Art. 24. O Vice-Presidente continuará funcionando nos feitos de competência do Tribunal, como relator e revisor, sendo, porém, excluído da distribuição quando estiver no exercício da Presidência ou quando, no desempenho das funções de Corregedor, se afastar da sede do Tribunal, por período superior a 03 (três) dias. (Alterado pela RA. Nº 041/2008) Publicada no DJE 18/03/2008~~

~~Art. 24. O Vice-Presidente Corregedor não concorre à distribuição de processos, participando, quando não estiver ausente em função corregedora, das sessões do Tribunal Pleno, com direito a voto. (Alterado pela RA. Nº 093/2010) Publicada no DJE 21/06/2010~~

~~Art. 24. O Vice-Presidente Corregedor fica excluído da distribuição de processos, participando, quando não estiver ausente em função corregedora, das sessões do Tribunal Pleno, com direito a voto;~~

~~Parágrafo único. O Vice-Presidente permanece na composição da Turma, conforme disposto no art. 20-A do Regimento Interno. (Alterado pela RA. Nº 211/2011) publicada no DEJT de 17/11/2011~~

~~Art. 24. O Vice-Presidente continuará funcionando nos feitos de competência do Tribunal, como relator e revisor sendo, porém, excluído da distribuição quando estiver no exercício da Presidência ou quando, no desempenho das funções de Corregedor, se afastar da sede do Tribunal, por período superior a 3 dias. (Alterado pela RA. Nº 193/2017) publicada no DEJT de 17/8/2017~~

Art. 24. O Vice-Presidente e Corregedor participará da distribuição dos mandados de segurança e habeas corpus.

CAPÍTULO VI

DA CORREGEDORIA

Art. 25. A Corregedoria Regional é exercida pelo Vice-Presidente do Tribunal, que exerce correição permanente ordinária e parcial sobre os órgãos da Justiça do Trabalho da 16ª Região.

Parágrafo único - Nos casos de ausência ou impedimento, a Corregedoria será exercida pelo Presidente e, sucessivamente, pelo Desembargador do Trabalho mais antigo em exercício.

Art. 26. Encontra-se vinculada à Vice-Presidência a Secretaria da Corregedoria Regional.

Art. 27. São atribuições do Corregedor Regional:

I - no exercício de correição permanente:

a) Prover, por meio de instruções, provimentos ou despachos, o regular funcionamento da Justiça do Trabalho de 1º grau;

b) Verificar se os Juízes Titulares de Varas do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos são assíduos e diligentes no exercício de suas funções;

c) Velar pela observância das leis, regulamentos, instruções, provimentos, atos, portarias e ordens de serviço referentes à administração da Justiça do Trabalho;

d) Apurar, pelos meios regulares de direito, fatos que deponham contra as atividades funcionais de qualquer dos Juízes, levando-os ao conhecimento do Tribunal;

e) Cancelar ou mandar retificar portarias, ordens de serviço, instruções e outros atos baixados por Juízes de primeiro grau quando contrariarem a lei ou forem prejudiciais à jurisdição trabalhista, partes, servidores ou ao andamento regular das atividades judiciárias;

f) Organizar, quando não estabelecidos em lei, os modelos dos livros obrigatórios ou facultativos e aprovar os formulários e impressos usados pelos serviços judiciários do primeiro grau;

g) Prestar informações sobre os juízes de primeiro grau para fins de promoção e remoção ou aplicação de penalidade;

h) Propor punições, na forma da lei, ao juiz que não cumprir os deveres do cargo, inclusive aos que excederem os prazos para a prolação da sentença, andamento regular e diligente dos processos em execução;

i) Propor ao Presidente do Tribunal a decretação de regime de exceção em Vara do Trabalho e a designação do Juiz para responder pelo expediente judiciário, ou, para funcionar como Titular, definindo as normas a serem observadas durante a sua vigência;

j) Apresentar ao Tribunal Pleno as atas das correições ordinárias, logo que realizadas, e, até a última sessão do mês de março de cada ano, relatório das atividades da Corregedoria Regional relativas ao exercício anterior;

k) Tomar, no âmbito da sua competência, as medidas indispensáveis ao bom funcionamento da Corregedoria Regional e da respectiva Secretaria;

l) Realizar correições parciais, verificar andamentos e procedimentos nas Varas do Trabalho independentemente de prévio aviso;

II - no exercício da correição ordinária inspecionar, pelo menos uma vez por ano, cada uma das Varas do Trabalho da Região;

III - no exercício de correição parcial, conhecer de reclamações contra atos e despachos dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho e Juízes do Trabalho Substitutos contrários ao interesse público e às normas processuais, quando deles não caiba algum recurso previsto em lei;

Parágrafo único. Para fins correicionais, somente o Desembargador do Trabalho Corregedor, ou quem por este designado, terá acesso aos livros, papéis e processos administrativos ou jurisdicionais das Secretarias de Tribunal, das Varas do Trabalho e demais serviços auxiliares, bem como, as partes diretamente interessadas;

Art. 28. O prazo para apresentação da reclamação correicional de que trata o inciso III do artigo anterior é de 8 (oito) dias, contado da ciência do ato impugnado.

(Alterado pela RA. Nº 289/15) Publicada no DJE de 21/12/2015

Art. 28 - A correição parcial é cabível para corrigir erros, abusos e atos contrários à boa ordem processual, ou ainda para sanar ação ou omissão que importe erro de procedimento. quando para o caso não haja recurso ou outro meio processual específico.

Parágrafo único. O prazo para a correição parcial é de oito dias. a contar da ciência do ato ou da omissão impugnados, independentemente da qualidade do interessado.

~~**Art. 29.** Autuada a reclamação na Secretaria da Corregedoria Regional, expedirá esta a respectiva guia para que proceda o interessado ao recolhimento dos emolumentos devidos, cujo cálculo será feito observadas as normas previstas na CLT.~~

~~§ 1º — Os emolumentos a que se refere este artigo serão pagos dentro de 48 (quarenta e oito) horas após a expedição da guia, sob pena de deserção, ficando ressalvadas as isenções concedidas às partes necessitadas, na forma das regras que disciplinam o benefício da justiça gratuita.~~

~~§ 2º — Somente após a comprovação de terem sido os emolumentos recolhidos no prazo legal é que a Secretaria da Corregedoria Regional apresentará a reclamação para despacho inicial do Corregedor Regional.~~

~~*(Revogado pela RA. nº 42/2008, Publicada no DJE de 18/03/2008)*~~

~~*(Acrescentado pela RA. Nº 289/15) Publicada no DJE de 21/12/2015*~~

Art. 29. O pedido será formulado pela parte interessada à Corregedoria Regional, por meio de petição que deverá conter:

- I - a indicação do Desembargador Corregedor a quem é dirigida;**
- II - a qualificação do autor, a indicação da autoridade a que se refere a impugnação e, se for o caso, do terceiro interessado;**
- III - os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido;**
- IV - o pedido e suas especificações;**
- V - a indicação de eventuais provas necessárias à demonstração dos fatos alegados;**
- VI - a data e a assinatura do autor ou do seu representante.**

~~§ 1º A petição será protocolizada junto a Coordenadoria de Distribuição e Cadastramento Processual, localizada na sede deste Tribunal, devendo obrigatoriamente ser instruída com cópia reprográfica do ato atacado, ou da certidão de seu inteiro teor, bem como com cópia da procuração outorgada ao advogado subscritor e de outras peças do processo que contenham os elementos necessários ao~~

~~exame do pedido, inclusive de sua tempestividade.~~ (RA. Nº 147/2019 - Disponibilizada no DEJT de 30/09/2019)

§ 1º - A petição será cadastrada e protocolizada diretamente pelo interessado, por meio do sistema PJE-JT de 2º grau, devendo obrigatoriamente ser instruída com cópia do ato atacado, ou da certidão de seu inteiro teor, bem como com a procuração outorgada ao advogado subscritor e de outras peças do processo que contenham os elementos necessários ao exame do pedido, inclusive de sua tempestividade.

~~§ 2º A protocolização mencionada no parágrafo anterior também poderá ser realizada por meio do Sistema de Protocolo Postal (SPP), destinado ao recebimento e remessa de petições ou recursos através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), consoante Resolução Administrativa n.º 23/2009.~~ (RA. Nº 147/2019 - Disponibilizada no DEJT de 30/09/2019)

§ 2º - A Coordenadoria de Distribuição e Cadastramento Processual poderá cadastrar e protocolar no sistema PJe de 2º grau, quando o interessado estiver desassistido de advogado, ou por determinação do Desembargador, devendo a petição inicial obrigatoriamente ser instruída com cópia reprográfica do ato atacado, ou da certidão de seu inteiro teor, bem como outras peças do processo que contenham os elementos necessários ao exame do pedido, inclusive de sua tempestividade.

~~Art. 30. É de 8 (oito) dias o prazo para que as autoridades reclamadas prestem informações ao Corregedor Regional, contado da data do recebimento do pedido de informações.~~

~~Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado pelo Corregedor Regional por mais 8 (oito) dias, se houver força maior ou outro motivo relevante, desde que a pedido da autoridade reclamada.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 289/15) Publicada no DJE de 21/12/2015~~

~~Art. 30 - Estando a petição regularmente formulada e instruída, o Desembargador Corregedor mandará autuá-la, podendo ordenar, desde logo, a suspensão do ato motivador do pedido, quando for relevante o fundamento e se do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida.~~ (RA. Nº 147/2019 - Disponibilizada no DEJT de 30/09/2019)

Art. 30 - Estando a petição regularmente formulada e instruída, o Desembargador poderá ordenar, desde logo, a

suspensão do ato motivador do pedido, quando for relevante o fundamento e se do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida.

Parágrafo único. *A petição poderá ser liminarmente indeferida se não preenchidos os requisitos do art. 29 ou se o pedido for manifestamente intempestivo ou descabido.*

Art. 30-A - *Processada a medida e verificando a necessidade, o Desembargador Corregedor solicitará informações ao Juiz que estiver na titularidade da Vara do Trabalho respectiva, encaminhando uma via da petição, devendo este, se for o caso, dar ciência ao Juiz que praticou o ato impugnado.*

§1º Se solicitadas, as informações serão prestadas no prazo de oito dias, podendo, entretanto, o Juiz, no mesmo período, reconsiderar o despacho ou sanar a omissão, hipótese em que dará ciência ao Desembargador Corregedor, para que este determine o arquivamento da medida.

§2º O prazo supracitado poderá ser prorrogado por igual período pelo Desembargador Corregedor, se houver força maior ou outro motivo relevante, desde que a pedido da autoridade corrigenda.

Art. 30-B - *Contra a decisão do Desembargador Corregedor, poderá ser interposto agravo regimental, no prazo de oito dias, para o Tribunal Pleno, que o decidirá em última instância.*

Art. 30-C. *Comunicada a decisão ao Juiz de primeiro grau, este deverá dar-lhe imediato cumprimento, se favorável ao corrigente, sob pena de responsabilidade. (Artigos 30-A a 30-C acrescentados pela RA. Nº 289/15) Publicada no DJE de 21/12/2015*

~~**Art. 31 -** Caberá Agravo Regimental para o Tribunal Pleno, no prazo de 8 (oito) dias, das decisões proferidas pelo Corregedor. (Alterado pela RA. Nº 289/15) Publicada no DJE de 21/12/2015~~

Art. 31. *Os requerimentos que não tenham classificação específica nem sejam acessórios ou incidentes serão autuados na classe de pedido de providências.*

~~**Parágrafo único.** *Aplicam-se aos pedidos de providências, no que couber, as disposições deste Capítulo. (RA. Nº 147/2019 - Disponibilizada no DEJT de 30/09/2019)*~~

Parágrafo único. Aplicam-se aos pedidos de providências e às reclamações disciplinares, no que couber, as disposições deste Capítulo.

Capítulo VI-A acrescentado ao Regimento Interno através da RA nº 236/2008, Publicada no DJE de 14/01/2009, com o art. 31-A

CAPÍTULO VI-A

DA PRESIDÊNCIA DAS TURMAS

Art. 31-A. Compete ao Presidente:

I - aprovar as pautas de julgamento organizadas pelo Secretário da Turma e determinar a sua publicação;

II - convocar as sessões extraordinárias, quando entender necessárias, sem prejuízo do disposto no § 4º do art. 98;

III - dirigir os trabalhos, propondo e submetendo as questões a julgamento;

IV - manter a ordem e o decoro nas sessões, ordenando a retirada dos que as perturbarem, determinando a prisão dos infratores, com a lavratura do respectivo auto;

V - requisitar às autoridades competentes a força necessária, sempre que, nas sessões, houver perturbação da ordem ou fundado temor de sua ocorrência;

VI - despachar o expediente em geral, orientar, controlar e fiscalizar as tarefas administrativas da Turma, vinculadas às atribuições judiciárias respectivas;

VII - encaminhar à Diretoria de Distribuição e Acórdãos os processos que devam ser redistribuídos, nos casos de afastamento e vaga de Desembargador do Trabalho, bem como nos de declaração de impedimento ou suspeição;

VIII - assinar a ata das sessões;

IX - determinar a baixa dos autos à instância inferior, quando for o caso;

X - despachar as petições e os requerimentos que lhe forem apresentados; e

XI - cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno do Tribunal.

CAPÍTULO VII

DOS MAGISTRADOS

SEÇÃO I

DAS FÉRIAS E DAS LICENÇAS

Art. 32 - As férias dos magistrados do Trabalho da 16ª Região serão concedidas na forma prevista em lei, podendo gozá-las de uma vez ou fracioná-las em períodos não inferiores há 30 dias.

§ 1º - As férias somente poderão acumular-se por imperiosa necessidade do serviço.

§ 2º - Os Magistrados terão férias subordinadas ao interesse do serviço e, quando possível, à conveniência de cada um, sendo ouvidos pelo Presidente do Tribunal, em setembro.

§ 3º - Até o final do mês de outubro, a Diretoria de Recursos Humanos providenciará a organização da escala de férias dos magistrados a vigorar no ano seguinte, que será submetida até a segunda quinzena de novembro, e, aprovada pelo Tribunal Pleno, somente será alterada mediante pedido circunstanciado demonstrando motivo relevante ou imperiosa necessidade de serviço.

Art. 33 - Somente poderão ser concedidas férias a 25% dos magistrados de 1º grau em exercício ao mês, para gozo de 30 dias corridos.

§ 1º - Não poderá entrar em gozo de férias, por mês, mais de um Juiz por Vara do Trabalho.

§ 2º - Nenhum Juiz do Trabalho, Titular de Vara do Trabalho ou Substituto, poderá entrar em gozo de férias sem liberar todos os processos que lhe tenham sido distribuídos há mais de trinta dias, bem como, sem julgar aqueles que lhes estejam conclusos, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

§ 3º - Na hipótese de contumácia no atraso do julgamento, de despachos e solução das execuções, a concessão das férias ao juiz deverá ser objeto de deliberação específica do Egrégio Tribunal Pleno.

~~**Art. 34** - No Tribunal, os Desembargadores não poderão entrar em gozo de férias, simultaneamente, em número que comprometa o quorum de julgamento, devendo ser respeitado o limite de 02 Desembargadores, para gozo de 30 dias corridos, sem fracionamento.~~

Alterado pela RA. nº 223/2009 publicada no DJE de 11/12/2009

Art. 34 - *No Tribunal, os Desembargadores do Trabalho gozarão férias de 30(trinta) dias corridos, sem fracionamento, em número que não impossibilite a formação do quorum para a composição das Turmas e do Tribunal Pleno.*

Art. 35 - Ainda que em gozo de férias, os Desembargadores do Trabalho poderão participar de votação, desde que a matéria tratada seja emenda ou reforma do Regimento Interno, eleições, organização de lista de promoção, remoção ou disponibilidade de Juízes, bem como outras deliberações de ordem administrativa.

Parágrafo Único - Para os fins deste artigo, ser-lhes-á dirigido comunicação escrita, com a necessária antecedência, sobre a data e a finalidade da sessão a ser realizada.

~~Art. 36~~ — Não poderão gozar férias, simultaneamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal.
Alterado pela RA. nº 301/2013 republicada por incorreção no DJE de 15/01/2014

Art. 36 - *Não poderão gozar férias, simultaneamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal.*

~~Art. 37~~ — Na hipótese de excesso de pedidos de férias simultâneos de magistrados para o mesmo período, terão preferência à concessão:

Alterado pela RA. nº 301/2013 republicada por incorreção no DJE de 15/01/2014

~~I~~ — os que tenham maior número de período de férias acumuladas por necessidade de serviço, regularmente registradas em ato próprio;

Alterado pela RA. nº 301/2013 republicada por incorreção no DJE de 15/01/2014

~~II~~ — aqueles que tenham prole em idade escolar, tão-somente na hipótese de excesso de pedidos simultâneos ocorrer nos meses de janeiro e julho;

Alterado pela RA. nº 301/2013 republicada por incorreção no DJE de 15/01/2014

~~III~~ — os de maior antigüidade na classe;

Alterado pela RA. nº 301/2013 republicada por incorreção no DJE de 15/01/2014

Art. 37 - *Na hipótese de excesso de pedidos de férias simultâneos de magistrados para o mesmo período, terão preferência à concessão:*

I - os que tenham maior número de período de férias acumuladas por necessidade de serviço, regularmente registradas em ato próprio;

II - aqueles que tenham prole em idade escolar, tão-somente na hipótese de excesso de pedidos simultâneos ocorrer no mês de julho;

III - os de maior antigüidade na classe;

~~IV~~ — no mês de janeiro de cada ano será prorrogado o recesso forense aos advogados até o dia 24, atendendo solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil, sem realização de audiências no primeiro grau e de sessões plenárias e de turmas no segundo grau.

(Revogado pela RA.208/14) Publicada no DJE de 25/08/2014

~~V~~ — durante o período de 7 de janeiro a 24 de janeiro de cada ano, em virtude da prorrogação do recesso forense aos advogados mencionada no inciso anterior, também ficam suspensos os prazos processuais, os prazos estatísticos das Varas e dos juizes de 1º e 2º graus, a publicação de notas

~~de expediente do Diário de Justiça Eletrônico, a intimação de partes ou advogados nos respectivos órgãos, bem como a distribuição de novos processos aos Desembargadores, com exceção de mandados de segurança, habeas corpus e cautelares, iniciando a distribuição normal a partir de 1º de fevereiro.~~

~~(Revogado pela RA.208/14) Publicada no DJE de 25/08/2014~~

Art. 38 - Os magistrados que tenham as férias escaladas para o mês de janeiro não poderão gozar o segundo período em julho e vice-versa, salvo se o recusarem, ou não o requererem, todos os magistrados com direito de preferência.

Art 39 - Os magistrados deverão apresentar alternativa de gozo de férias, pela ordem, no caso de se verificar a impossibilidade de deferimento das férias no período primeiramente indicado.

Art. 40 - Os períodos de férias previamente marcados na escala anual terão preferência de gozo frente às antecipações e aos adiamentos excepcionais.

§ 1º - Os adiamentos e as antecipações sujeitar-se-ão às regras dos **art. 33 e seu § 1º, e o art. 34.**

~~**Art. 41** - As licenças para tratamento de saúde, de até 15 dias, serão concedidas mediante laudo de médico do Tribunal ou laudo ratificado por médico do Tribunal, facultando-se, em qualquer hipótese, as diligências acaso cabíveis.~~
~~(Alterado pela RA.032/06) Publicada no DJE de 10/03/2006;~~

Art. 41 - *As licenças para tratamento de saúde, de até 30 dias, serão concedidas mediante atestado médico do Tribunal ou atestado homologado por médico do Tribunal, facultando-se, em qualquer hipótese, as diligências acaso cabíveis.*

~~**Art. 42** - As licenças para tratamento de saúde por tempo superior a 15 dias e as prorrogações de licença que importem período ininterrupto superior a 15 dias dependerão de inspeção por Junta Médica designada pelo Presidente do Tribunal.~~

~~(Alterado pela RA.032/06) Publicada no DJE de 10/03/2006~~

Art. 42 – *As licenças para tratamento de saúde por período superior a 30 dias e as prorrogações de licenças que importem período ininterrupto superior a 30 dias dependerão de inspeção por Junta Médica designada pelo Presidente do Tribunal.*

§ 1º - *Na hipótese de não ser homologada a licença pelo médico ou Junta indicados, caberá recurso ao Presidente do Tribunal.*

§ 2º - *A decisão de não homologação da licença deverá ser fundamentada.*

~~**Parágrafo Único** — A Junta Médica será formada por três médicos, sendo dois, no mínimo, do quadro do Tribunal. Na ocasião, não contando o Tribunal com dois médicos em exercício, o Presidente providenciará a indicação de médicos de outros órgãos públicos federais. — (Excluído pela RA.032/06) Publicada no DJE de 10/03/2006~~

Art 43 - O magistrado que, por dois anos consecutivos, afastar-se, ao todo, por seis meses ou mais para tratamento de saúde, submeter-se-á, ao requerer nova licença para igual fim, dentro de dois anos, a exames, por Junta Médica, para verificação de invalidez.

SEÇÃO II

DAS CONVOCAÇÕES

~~**Art. 44** — Para não comprometer as atividades jurisdicionais do Tribunal, em caso de afastamento por mais de 60 dias ou estando vago cargo de Desembargador, poderá o Tribunal Pleno convocar Juiz Titular de Vara de Trabalho para atuar no Tribunal, fixando o período da convocação. — (Alterado pela RA.Nº 016/2008) Publicada no DJE 31/01/2008~~

~~**§ 1º** — Os Juízes convocados não poderão participar de atos eletivos para cargos do Tribunal, bem como, da escolha de Juízes para promoção ou convocação.~~

~~**§ 2º** — A convocação implicará suspensão das atividades jurisdicionais do convocado junto à primeira instância até o final da convocação — (Alterado pela RA.Nº 016/2008) Publicada no DJE 31/01/2008~~

~~Art. 44 – Para não comprometer as atividades jurisdicionais do Tribunal, em caso de afastamento por mais de 30 (trinta) dias ou estando vago o cargo de Desembargador, poderá o Tribunal Pleno convocar Juiz Titular de Vara do Trabalho para atuar no Tribunal, fixando o período de convocação.~~

~~§ 1º – A substituição dos membros do Tribunal será feita por decisão da maioria absoluta de seus membros, nos termos do art. 118 da Lei Complementar nº 35/79.~~

~~§ 2º – A convocação deverá ser entre os Juizes Titulares de Varas da Sede do TRT, integrantes do primeiro quinto da lista de antiguidade, passando-se ao segundo quinto da referida lista, quando não houver juizes disponíveis suficientes à demanda.~~

~~§ 3º – A antiguidade do Juiz Titular é sempre critério de desempate.~~

~~§ 4º – Havendo prorrogação do afastamento do Desembargador, também será prorrogada a convocação do Juiz Titular de Vara do Trabalho que o estiver substituindo.~~

~~§ 5º – A convocação implicará suspensão das atividades jurisdicionais do convocado junto à primeira instância até o final da convocação.~~

~~§ 6º – Será disponibilizada ao Juiz Convocado toda a estrutura necessária ao desempenho das atividades para os quais foi convocado.~~

~~§ 7º – Em períodos de afastamento do(s) Desembargador(es) iguais ou inferiores a 30 (trinta) dias, decorrentes de férias, licença, suspeição ou impedimento de Desembargador do Tribunal, o Presidente procederá à convocação de Juiz Titular de Vara da Sede da Região para completar o ‘quorum’ de julgamento. (Alterado pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011~~

Art. 44. A convocação de juizes de primeiro grau para substituição ou auxílio no âmbito deste Tribunal obedecerá às regras e disposições previstas na Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 – LOMAN, e nas disposições constitucionais e, ainda, na Resolução nº 72, de 2009, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 44-A A atuação de juizes de primeiro grau em segunda instância poderá decorrer:

I - da convocação para fins de substituição, de acordo com o art. 118 da LOMAN e

II - da convocação para fins de auxílio. (Acrescido pela RA nº 67/2011)

Publicada no DJ de 24/03/2011

Art. 44-B Os Juizes convocados ou auxiliares ficam afastados da jurisdição de suas respectivas unidades durante todo o período de convocação e não poderão aceitar ou exercer outro encargo jurisdicional ou administrativo. (Acrescido pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011

Art. 44-C As Turmas do Tribunal deverão ser formadas com maioria de Desembargadores do Trabalho titulares e por um deles presidida, todos atuando como

relator, revisor ou vogal. (Acrescido pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011

Parágrafo único. O Juiz de primeiro grau convocado integrará a turma para a qual foi destinado. (Acrescido pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011

Art. 44-D Ficam excluídos da convocação ou auxílio, os Juízes:

I - que tiverem acúmulo injustificado de processos conclusos, fora do prazo, para prolação de sentença ou despacho, e/ou ao término da convocação para o Tribunal tenham extrapolado os prazos de julgamento, apurados conforme última publicação do Relatório de Produtividade dos Magistrados ou Boletim Estatístico;

II - que estejam respondendo a processo disciplinar;

III - que tenham sofrido penalidade disciplinar nos 12 meses anteriores; e,

IV - que acumulem qualquer outra atribuição jurisdicional ou administrativa, como administração do fórum.” (Acrescido pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011

Art. 44-E O Juiz de primeiro grau convocado para exercer função de substituição ou auxílio neste Tribunal receberá, exclusivamente, a diferença de remuneração para o cargo de Desembargador do Trabalho. (Acrescido pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011

Subseção 1

(Acrescida pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011

DA CONVOCAÇÃO PARA O TRIBUNAL

Art. 44-F Para não comprometer as atividades jurisdicionais do Tribunal, em caso de afastamento por mais de trinta dias ou estando vago o cargo de Desembargador do Trabalho, poderá o Tribunal Pleno convocar Juiz Titular de Vara do Trabalho para atuar no Tribunal, fixando o período de convocação.

§1º A convocação de Juiz Titular de Vara do Trabalho para o Tribunal, em caso de ausência definitiva ou temporária do Desembargador do Trabalho, será feita por decisão da maioria absoluta de seus membros, nos termos do art. 118 da LOMAN.

§2º A antiguidade do Juiz Titular de Vara do Trabalho é sempre critério de desempate.

§3º Não se admitirá convocação para substituição em função jurisdicional de Desembargador do Trabalho, do Juiz

Titular de Vara do Trabalho que exerça cargo de direção no Tribunal.

§4º Ao Juiz Titular de Vara do Trabalho Convocado será destinado o gabinete e a assessoria do Desembargador do Trabalho substituído.

§5º O Juiz Titular de Vara do Trabalho Convocado participará, como Relator e Revisor, da distribuição de processos e de seu julgamento.

§6º Os Juízes Convocados não poderão participar de atos eletivos para cargos do Tribunal, bem como da escolha de Juízes para promoção ou convocação. *(Acrescido pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011*

Art. 44-G Havendo prorrogação do afastamento do Desembargador do Trabalho, também será prorrogada a convocação do Juiz Titular de Vara do Trabalho que o estiver substituindo. *(Acrescido pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011*

Art. 44-H A convocação implicará suspensão das atividades jurisdicionais do convocado junto à primeira instância até o final da convocação. *(Acrescido pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011*

Art. 44-I Encerrado o período de convocação, os processos em poder do Juiz Titular de Vara do Trabalho Convocado serão conclusos ao Desembargador do Trabalho, ressalvados aqueles em que haja lançado o relatório ou que tenham sido incluídos em pauta de julgamento. *(Acrescido pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011*

~~**Art. 45** — O Juiz Convocado participará, como Relator e Revisor, da distribuição de processos e de seu julgamento. *(Alterado pela RA.Nº 016/2008) Publicada no DJE 31/01/2008*~~

~~**Art. 45** — *Ficam excluídos da convocação os Juízes:*~~

~~*a) que tiverem acúmulo injustificado de processos conclusos, fora do prazo, para prolação de sentença ou despacho, e/ou ao término da convocação para o Tribunal tenham extrapolado os prazos de julgamento, apurados conforme última publicação do Relatório de Produtividade dos Magistrados ou Boletim Estatístico;*~~

~~*b) que estejam respondendo a processo disciplinar;*~~

~~*e) que tenham sofrido penalidade disciplinar nos 12 (doze) meses anteriores.*~~

~~*(Alterado pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011*~~

Art. 45 Em períodos de afastamento do Desembargador do Trabalho iguais ou inferiores a trinta dias, decorrentes de férias, licença, suspeição ou impedimento, a Presidência procederá à convocação de Juiz Titular de Vara do Trabalho para completar o quorum de julgamento.

~~Art. 46 — Será disponibilizada ao Juiz Convocado toda a estrutura necessária ao desempenho das atividades para as quais foram convocados.~~

~~(Alterado pela RA.Nº 016/2008) Publicada no DJE 31/01/2008~~

~~Art. 46 — Os Juízes Convocados não poderão participar de atos eletivos para cargos do Tribunal, bem como, da escolha de Juízes para promoção ou convocação.~~

~~(Alterado pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011~~

~~Art. 47 — Em razão de vaga, licença, férias, suspeição ou impedimento de Desembargador do Tribunal, o Presidente procederá à convocação de Juiz Titular de Vara da sede da Região para completar o 'quorum' de julgamento.~~

~~(Alterado pela RA.Nº 016/2008) Publicada no DJE 31/01/2008~~

~~Art. 47 — O Juiz Convocado participará, como Relator e Revisor, da distribuição de processos e de seu julgamento. (Alterado pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011~~

Subseção 2

(Acrescida pela RA nº 67/2011) Publicada no DJ de 24/03/2011

DA CONVOCAÇÃO PARA AUXILIAR

Art. 46 A convocação para auxílio dar-se-á em caráter excepcional quando o imprevisível ou justificado acúmulo de serviço o exigir, ou quando outra circunstância impedir o exercício regular das atividades do Tribunal.

§1º A convocação de Juiz de primeiro grau para auxílio ao Tribunal será para o exercício de atividade jurisdicional ou administrativa, restrita nesta situação ao auxílio à Presidência, Vice-Presidência ou Corregedoria do Tribunal.

§2º O acúmulo de serviço é reconhecido sempre que a quantidade média de distribuição de feitos no Tribunal superar a capacidade média de julgamento de todos os seus membros e assim se conservar por seis 6 meses.

Art. 47 A Presidência do Tribunal, excepcionalmente e observados os critérios desta Resolução, poderá convocar

até 2 juízes para auxílio aos trabalhos da Presidência e até 2 para a Vice-Presidência, respectivamente.

SEÇÃO III

DAS APOSENTADORIAS

Art. 48 - A aposentadoria dos Juízes será compulsória por idade e invalidez comprovada e, facultativa, nos termos da Constituição Federal e legislação pertinente.

§ 1º - O interessado, quando se tratar de aposentadoria a pedido, dirigirá seu requerimento ao Presidente do Tribunal, instruindo-o com declaração de bens e, se for o caso, certidão de tempo de serviço estranho à Justiça do Trabalho.

§ 2º - Tratando-se de aposentadoria compulsória, por implemento de idade, o Presidente do Tribunal, à falta de requerimento do interessado, quarenta dias antes da data em que o Juiz completar setenta anos, mediante informação do Serviço de Recursos Humanos, baixará Portaria para que se instaure o processo "ex officio", fazendo-se a prova da idade, através da certidão de nascimento ou pela matrícula do magistrado.

Art. 49 - O processo de invalidez do magistrado para fins de aposentadoria será regulado pelo que dispõe o art. 76 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, e pelas regras constantes deste Regimento.

Art. 50 - Na aposentadoria por invalidez, o processo respectivo terá início:

I - a requerimento do Juiz;

II - por ato do Presidente do Tribunal, de ofício;

III - em cumprimento à deliberação do Tribunal;

IV - por provocação da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho;

§ 1º - Os exames médicos, para os efeitos a que se refere este artigo, serão realizados por Junta Médica formada na forma do parágrafo único do art.43.

§ 2º - Quando o Serviço Médico do Tribunal atestar a sua impossibilidade de proceder à devida avaliação serão ouvidos outros médicos ou instituições médicas, a critério do Tribunal.

§ 3º - Com a instauração do processo, o magistrado será afastado do exercício do cargo até decisão final, a ser proferida no prazo de sessenta dias.

§ 4º - Tratando-se de incapacidade mental, o Presidente do Tribunal nomeará curador, independentemente da defesa que o magistrado queira oferecer, pessoalmente ou por procurador.

Art. 51 - O magistrado terá o prazo de quinze dias para defesa.

Art. 52 - A recusa do paciente em submeter-se à perícia médica permitirá o julgamento baseado em quaisquer provas.

Art. 53 - Finda a instrução, o processo será incluído em pauta para deliberação em sessão reservada.

Art. 54 - Se o Tribunal concluir pela incapacidade do magistrado, comunicará imediatamente a decisão ao Poder Executivo, para os devidos fins.

Art. 55 - Computar-se-á para efeito de aposentadoria, disponibilidade, férias, licença, gratificação adicional ou quinquênio e outras vantagens deferidas por lei, o tempo de serviço anterior à instalação do Tribunal ou qualquer outro que for averbado a requerimento do interessado.

Parágrafo único - Será considerado para os fins deste artigo o período temporal entre a posse dos Desembargadores do Trabalho do Tribunal e a instalação deste.

SEÇÃO IV

DA REMOÇÃO E DA PROMOÇÃO

~~**Art. 56** - Uma vez declarado vago, o cargo de Juiz Titular da Vara será preenchido pela remoção de outro Juiz Titular~~

~~de Vara ou por promoção de Juiz do Trabalho Substituto, mediante votação do Tribunal Pleno, observados os critérios constitucionais.~~

~~§ 1º — A existência de vaga destinada à remoção ou promoção será divulgada no órgão oficial, mediante edital, que fixará o prazo de 15 (quinze) dias para a inscrição dos interessados, contados da publicação, e indicará qual o critério de provimento do cargo.~~

~~§ 2º — Para efeito de remoção ou de promoção, a todos os Juizes do Trabalho Titular ou Juizes do Trabalho Substitutos, conforme a vaga, será feita comunicação.~~

~~Art. 57 — Na remoção por antigüidade só poderá ser recusado o Juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, na forma prevista na letra d, inciso II, art. 93 da Constituição da República.~~

~~Art. 58 — Na remoção por merecimento serão observados os seguintes critérios:~~

~~— I — produtividade e presteza no exercício da jurisdição;~~

~~— II — freqüência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento;~~

~~— III — integrar o Juiz a quinta parte da lista de antigüidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;~~

~~Art. 59 — Não será removido o Juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê los à Secretaria da Vara sem o devido despacho ou decisão.~~

~~Art. 60 — A promoção de magistrado do cargo de Juiz Substituto ao de Juiz Titular de Vara e deste para o de Juiz do Tribunal, ocorrerá segundo os critérios alternativos de antigüidade e de merecimento.~~

~~Parágrafo único — A antigüidade dos Juizes Substitutos e dos Juizes Titulares de Varas será apurada na conformidade com o disposto em lei e neste Regimento.~~

~~Art. 61 — Para efeito de promoção por merecimento dos Juizes do Trabalho de 1ª instância, o Tribunal Pleno~~

~~escolherá, com a presença apenas de seus membros efetivos, os nomes que comporão a lista tríplice.~~

~~§ 1º — A lista tríplice para promoção por merecimento será composta com os candidatos que, preenchendo as exigências legais (CF, art. 93, II, "a" e "b", e LC 35/79, art. 80, II), se inscreverem.~~

~~§ 2º — Havendo o juiz recebido, há menos de um ano, pena de censura, seu nome não poderá ser incluído na lista de promoção por merecimento (LC nº 35/79, § único, art. 44).~~

Art. 62 — ~~Para iniciar o processo da promoção por merecimento, no prazo fixado neste Regimento, o interessado deverá juntar a seu requerimento de inscrição os seguintes documentos:~~

~~I — Certidão expedida pelo Serviço de Recursos Humanos indicando o número de faltas justificadas e a quantidade de vezes em que seu nome figurou em lista de merecimento (CF, art. 93, II, "a"), bem como a quantidade de licenças para tratamento de saúde, própria ou de pessoa da família;~~

~~II — Cópia autenticada dos boletins mensais de produtividade dos últimos três anos, para permitir a verificação de sua operosidade no exercício do cargo e da pontualidade no desempenho das funções jurisdicionais;~~

~~III — Certidões da Secretaria do Pleno e da Secretaria da Corregedoria, atestando, respectivamente, o número de sentenças anuladas por ausência de fundamentação e o número de decisões correicionais ou representações julgadas contra o magistrado;~~

~~IV — Certidão negativa da existência de qualquer penalidade nos últimos 365 dias;~~

~~V — Comprovação de participação ativa em congressos jurídicos, bem como, da publicação de trabalhos jurídicos.~~

~~§ 1º — Protocolizado o pedido de inscrição, juntamente com os documentos encaminhados pelo interessado, comporão autos individuais de requerimento administrativo e serão dirigidos à Presidência.~~

~~§ 2º — Decorrido o prazo de 15 dias estabelecido neste Regimento, os autos serão remetidos ao e. Tribunal Pleno. (Alterada pela RA. Nº 73/2009) Publicada no DJE 13/04/2009~~

Art. 56 *Uma vez declarado vago, o cargo de Juiz Titular da Vara será preenchido pela remoção de outro juiz titular ou por promoção de Juiz do Trabalho Substituto.*

~~§1º A remoção, que precede à promoção, obedecerá ao critério da antiguidade.~~

~~§2º A existência de vaga destinada à remoção ou promoção será divulgada no órgão oficial, mediante edital, e comunicada a todos os Juízes Titulares ou, conforme o caso, a todos os Juízes Substitutos, via ofício, de forma pessoal, indicando o critério de provimento do cargo.~~

~~§3º O Juiz interessado deverá inscrever-se no prazo de 15 (quinze) dias, podendo fazê-lo, inclusive, por telegrama, a contar da data de publicação do edital no órgão oficial, o que ocorrerá em até 10 (dez) dias do evento de que resultar a vaga.~~

~~§4º Considerar-se-á a ausência de inscrição do Juiz como desinteresse à remoção ou promoção de que trata o edital.~~

(Alterado pela RA.Nº 050/2013) Publicada no DJE 07/03/2013

Art. 56 – Declarada a vacância de um ou mais cargos de Juiz Titular de Vara do Trabalho, será realizado processo unificado de remoção interna para preenchimento da(s) vaga(s) por outro(s) Juiz(es) Titular(es) de Vara do Trabalho, antes da abertura de processo de promoção de Juiz do Trabalho Substituto.

§ 1º - A remoção obedecerá ao critério exclusivo da antiguidade;

§ 2º - A existência de vaga destinada à remoção será divulgada no órgão oficial, mediante edital, e comunicada a todos os Juízes Titulares de Vara do Trabalho, via ofício, de forma pessoal;

§ 3º - O Juiz Titular de Vara do Trabalho interessado deverá inscrever-se no prazo de 15 (quinze) dias, podendo fazê-lo, inclusive, por telegrama, a contar da data de publicação do edital no órgão oficial, manifestando no requerimento suas diversas opções, em ordem de preferência, considerando inclusive as Varas que, no mesmo processo, eventualmente possam vagar em decorrência da remoção dos outros Juízes Titulares;

§ 4º - A ausência de inscrição de Juiz Titular de Vara do Trabalho será interpretada como desinteresse à remoção para qualquer outra Vara do Trabalho distinta daquela em que esteja lotado, inclusive para aquelas que vierem a vagar em decorrência do processo de remoção;

§ 5º - Após o decurso do prazo de inscrições, será colhida informação da Corregedoria acerca da regularidade dos serviços afetos aos Juízes interessados, submetendo-se em seguida o processo ao Tribunal Pleno para decisão;

§ 6º - Todos os pedidos de remoção serão apreciados na mesma sessão do Tribunal Pleno, em sequência, segundo a ordem de antiguidade dos Juízes requerentes, do mais antigo ao menos antigo, deferindo-se a remoção para a vaga correspondente à opção manifestada pelo requerente, na ordem de sua preferência;

§ 7º - O Juiz Titular de Vara do Trabalho que tiver requerido remoção para vaga não disponível no momento da apreciação de seu pedido terá este reapreciado após cada deferimento de pedido de Juiz Titular de Vara do Trabalho menos antigo,

de modo que lhe seja garantida a preferência às vagas decorrentes das remoções dos Juízes menos antigos;

§ 8º - Não se admitirá desistência de pedido de remoção já deferido pelo Tribunal;

§ 9º - Concluído o processo unificado de remoção, as vagas que surgirem em razão das remoções nele deferidas serão necessariamente providas mediante promoção de Juízes do Trabalho Substitutos, sendo vedada a abertura de novo processo de remoção para provimento das mesmas vagas por Juiz Titular da Vara do Trabalho.

Art. 56-A Os Juízes do Trabalho Substitutos ou Titulares de Vara do Trabalho removidos passarão a integrar o quadro de carreira desta Região, posicionando-se em último lugar da respectiva classe, independentemente do tempo de magistratura contado na Região de origem.

~~Art. 56-B Não se deferirá a remoção:~~

~~I — De Juízes que estejam respondendo a processo disciplinar;~~

~~II — Quando os Juízes, injustificadamente, retiverem autos em seu poder além do prazo legal;~~

~~III — A Juízes substitutos não vitaliciados; e~~

~~IV — Quando, sem justificativa, os juízes interessados tiverem processos para prolação e publicação de sentença com prazo vencido.~~

~~(Alterado pela RA.Nº 050/2013) Publicada no DJE 07/03/2013~~

Art. 56-B – Não se deferirá a remoção:

I – de Juiz punido, nos últimos doze meses, em processo disciplinar, com pena igual ou superior à de censura;

II – de Juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal;

III – de Juiz que, injustificadamente, tiver processos conclusos para prolação e publicação de sentença com prazo vencido.

Art. 57 A promoção de magistrado de cargo de Juiz do Trabalho Substituto a Juiz Titular de Vara do Trabalho e o acesso deste para o de Desembargador do Trabalho ocorrerão segundo os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.

Parágrafo único – Para efeitos legais, regimentais e administrativos, a antiguidade dos magistrados contar-se-á a partir do efetivo exercício na classe, prevalecendo, em

igualdade de condições, os critérios estabelecidos pelo art. 9º deste Regimento Interno, sucessivamente.

Art. 57-A A promoção por antiguidade recairá em Juiz Titular de Vara do Trabalho ou Juiz do Trabalho Substituto que ocupar o primeiro lugar em lista para esse fim organizada anualmente pelo Presidente do Tribunal e aprovada pelo Pleno.

Parágrafo Único – O Tribunal somente poderá rejeitar o Juiz mais antigo pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, de forma fundamentada.

Art. 57-B A promoção por merecimento e o acesso ao Tribunal pressupõem 02 (dois) anos de exercício no cargo, bem como integrar o magistrado a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver, com tais requisitos, quem aceite o lugar vago.

§1º O juiz que houver sofrido a pena de censura não poderá figurar na lista de promoção por merecimento pelo prazo de 01 (um) ano, contado da imposição da pena.

§ 2º É obrigatória a promoção do juiz que figure por 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) alternadas em lista de merecimento.

Art. 58 O merecimento será apurado e aferido conforme o desempenho, considerando os critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição, bem como pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento, a ser definido em Ato Regulamentar.

Art. 58-A As sessões para julgamento das promoções por merecimento dos magistrados serão realizadas com votação nominal, aberta e fundamentada.

§1º Definida a data da pauta administrativa para julgamento da promoção, a Presidência do Tribunal, de posse das informações fornecidas pela Corregedoria Regional, apresentará aos magistrados votantes a relação nominal, bem assim as informações disponíveis e necessárias à aferição do merecimento, anexando a documentação pertinente.

§2º A relatoria do processo de promoção caberá ao Presidente do Tribunal, que informará os critérios objetivos, dentre aqueles estabelecidos no Ato Regulamentar, que servirão para apuração do merecimento, sendo facultada a juntada de voto vencido em caso de decisão por maioria.

§3º O Desembargador do Trabalho não pode se abster de votar, salvo nos casos de suspeição e impedimento.

Art. 58-B Escolhido o magistrado promovido a Juiz Titular de Vara do Trabalho, o Tribunal Pleno encaminhará o nome à Presidência.

Art. 59 A existência de vaga destinada à promoção de Juiz Titular de Vara do Trabalho para o cargo de Desembargador do Trabalho será divulgada na forma do §2º do art. 56 deste Regimento, adotando-se para realização de inscrição dos juízes os procedimentos fixados no §3º do citado dispositivo legal.

§1º Para o acesso ao Tribunal, relativo à promoção por antiguidade, aplicar-se-á o disposto no art. 57-A e parágrafo único, deste Regimento Interno.

§2º Para a promoção por merecimento, o Tribunal formará lista atendendo ao disposto no art. 93, da CF/88, às disposições deste Regimento Interno e Ato

Regulamentar respectivo e à Recomendação nº 05, de 03 de julho de 2008, do CSJT e a Resolução nº 6, de 13 de setembro de 2005, do CNJ.

SEÇÃO IV-A

DA PERMUTA

Art. 60 É permitida a permuta entre si de Juízes do Trabalho de primeiro grau de jurisdição, observada a classe a que pertence o magistrado.

§1º A permuta entre Juízes da mesma região dependerá da aprovação do Tribunal Pleno, ouvidos os Juízes mais antigos do que o mais novo dos permutantes.

§2º A permuta entre Juízes de uma região para outra se fará com a anuência dos Tribunais Regionais competentes, mediante aprovação do Tribunal Pleno ou Órgão Especial.

§3º O TRT de origem do magistrado não vitalício fornecerá ao Regional destinatário, de modo confidencial, informações sobre as atividades desenvolvidas por ele no exercício da magistratura naquele Regional.

~~*§4º A permuta de Juiz já vitaliciado neste Tribunal por Juiz não vitalício não será permitida.*~~ (Excluído pela RA. Nº 287/15 - Publicada no DJE de 21/12/2015)

§5º A permuta não será concedida quando um dos candidatos tiver requerido aposentadoria.

Art. 61 É permitida a permuta entre Juízes titulares de Vara do Trabalho da Décima Sexta Região, observada as seguintes condições:

I – Requerimento conjunto dos dois interessados, dirigido ao Presidente do Tribunal;

II – Informação da Corregedoria Regional de que não há atraso nos serviços dos requerentes;

III – Ciência dos demais Juízes Titulares de Vara, mediante publicação do requerimento no Diário de Justiça;

IV – Ausência de impugnação de Juízes Titulares de Vara do Trabalho mais antigos que os requerentes.

§1º O prazo para impugnação será de 15 (quinze) dias, contados da publicação no jornal oficial do ato que recebeu o requerimento de remoção, podendo ser relevado na hipótese de expressa renúncia a igual direito pelos juízes que precederem os requerentes na ordem de antiguidade.

Art. 62 Aplica-se aos Juízes Substitutos ou Titulares de Vara do Trabalho que permutaram o disposto no art. 56-A, deste Regimento Interno.

~~*Art. 63 Formada a lista tríplice, o Tribunal Pleno escolherá aquele que deverá ser promovido, encaminhando o nome à Presidência.*~~ (Alterado pela RA. Nº 104/2011, publicada no DJE de 26/05/2011, que inseriu a Seção abaixo e artigos)

Seção IV-B

Da Remoção para outro Regional

Art. 63. A remoção de Juiz do Trabalho Substituto de uma região para outra far-se-á com a anuência dos Tribunais Regionais interessados.

Art. 63-A. O Magistrado interessado em ser removido, deverá, no prazo estabelecido no edital de remoção do Regional de destino, formular seu pedido à Presidência, instruindo-o com documento comprobatório de que há cargo vago no Tribunal pretendido.

Art. 63-B. A Presidência determinará a autuação do processo e o encaminhará à:

I - Diretoria de Pessoal para emitir Certidão acerca:

a) do preenchimento do percentual mínimo de 85% do quadro de Juízes do Trabalho Substitutos;

b) da existência de processos com pedidos de remoção em tramitação; e,

c) de ter o magistrado, pelo menos, 2 (dois) anos de exercício no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. *(Acréscitado pela RA. Nº 288/15 - Publicada no DJE de 21/12/2015)*

II - Corregedoria para prestar as informações concernentes ao Magistrado peticionante, relativas às seguintes condições:

a) vitaliciamento; e,

b) a não incursão das condições estabelecidas no art. 56-B, deste Regimento.

Art. 63-C. O (a) Corregedor (a) Regional emitirá juízo de conveniência e oportunidade acerca do pedido.

Art.63-D. Colhidas as informações previstas no art. 63-B, a Presidência submeterá a matéria à apreciação do Tribunal Pleno na primeira sessão imediatamente subsequente.

Art. 63-E. O Tribunal Pleno avaliará a conveniência e oportunidade administrativa da remoção, respeitando o limite mínimo de 85% do quadro existente de Juízes Substitutos.

Parágrafo único. O Tribunal poderá não aprovar a remoção em caso de justificado risco de comprometimento na continuidade da outorga da prestação jurisdicional.

Art. 63-F. A aprovação do pedido de remoção dar-se-á por maioria absoluta do Tribunal Pleno.

Parágrafo único. Havendo dois ou mais candidatos, será posicionado em primeiro lugar aquele que ocupe melhor posição no mapa de antiguidade deste Tribunal.

Art.63-G. Aprovada a remoção, a Presidência do Tribunal comunicará incontinenti ao Tribunal de destino a decisão, remetendo-lhe cópia do processo de vitaliciamento.

§1º Anuindo o Tribunal destinatário, caber-lhe-á fixar prazo razoável para trânsito do magistrado.

§2º As despesas decorrentes da remoção para outro Regional, constituem ônus do juiz liberado.

SEÇÃO V

DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Art. 64 - Os Juízes da 16ª Região têm os seus direitos e vantagens estabelecidas na Constituição Federal e nos estatutos legais que lhes forem aplicáveis.

Art. 65 - O magistrado estará sujeito às penalidades disciplinares previstas no art. 42 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, observando-se, para a apuração das faltas puníveis com as penas de remoção compulsória, disponibilidade, aposentadoria compulsória e demissão, o procedimento previsto no art. 27 e parágrafos da referida lei.

Art. 66 - O procedimento para a apuração das faltas puníveis com as penas de advertência ou censura, nas hipóteses capituladas nos arts. 43 e 44 da LOMAN, será instaurado perante o Corregedor Regional por requerimento do interessado ou, ainda, de ofício.

§ 1º - Instaurado o procedimento, o Corregedor identificará a falta e cientificará o magistrado, encaminhando-lhe cópias do teor da acusação e das provas

existentes, abrindo-lhe o prazo de quinze dias para apresentação de defesa prévia e documentos.

§ 2º - Vencido o prazo, com ou sem defesa prévia do magistrado, o Corregedor fará o pertinente relatório e encaminhará os autos ao Presidente do Tribunal, que os submeterá ao Tribunal Pleno para deliberar acerca da abertura do processo disciplinar.

§ 3º - Uma vez aprovada a abertura do processo disciplinar, o Presidente procederá ao sorteio do Relator, encaminhando-lhe o processo em seguida.

§ 4º - Distribuído o processo, o Relator abrirá a instrução processual, concedendo ao magistrado o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa e requerimento das provas que entender necessárias.

§ 5º - As provas requeridas e deferidas, bem como, as que o Relator determinar de ofício, serão produzidas no prazo de vinte dias a contar do despacho que as autorizar, devendo delas serem cientificados o Ministério Público e o Magistrado, ou o Procurador por ele constituído, a fim de que possam delas participar.

§ 6º - Finda a instrução, o Ministério Público e o Magistrado, ou seu procurador, terão, sucessivamente, vista dos autos por 10 (dez) dias, para parecer e razões finais.

§ 7º - Decorrido o prazo para parecer e razões finais, os autos serão conclusos ao Relator para exame e apresentação do relatório, sendo, em seguida, encaminhados ao Presidente do Tribunal, que convocará o Tribunal Pleno para proceder ao julgamento do processo disciplinar.

§ 8º - No julgamento, o Relator relatará a matéria e exporá seu voto fundamentadamente.

Art. 67 - Quando, pela natureza ou gravidade da infração penal, for recebida denúncia ou queixa-crime contra magistrado, o Tribunal Pleno poderá, em decisão tomada por voto de dois terços de seus membros, determinar o afastamento do cargo do magistrado denunciado.

Art. 68 - As penas de disponibilidade, aposentadoria compulsória e demissão, determinarão o imediato afastamento do magistrado punido, devendo o Presidente do Tribunal promover as medidas necessárias à efetivação dos respectivos atos.

Art. 69 - O magistrado posto em disponibilidade por decisão do Tribunal Pleno somente poderá pleitear o seu aproveitamento decorridos dois anos do afastamento.

§ 1º - O pedido de aproveitamento, devidamente instruído e justificado, será apreciado pelo Tribunal Pleno, em sessão reservada.

§ 2º - Admitido o aproveitamento, o tempo de disponibilidade não será computado senão para efeito de aposentadoria.

Art. 70 - Todas as medidas punitivas referidas neste Capítulo serão decididas pelo Tribunal Pleno, por maioria de dois terços de seus membros, em sessão pública e votação reservada, da qual se publicará apenas a conclusão, sendo que a advertência e a censura, que poderão ser deliberadas por maioria absoluta, serão aplicadas reservadamente, por escrito, com o resguardo devido à dignidade e à independência do magistrado.

TITULO III

DA ORDEM DO SERVIÇO NO TRIBUNAL

CAPÍTULO I

DO CADASTRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS

~~**Art. 71.** Os processos de competência do Tribunal serão cadastrados observando-se as seguintes classes e siglas: (Alterado pela RA. Nº 132/06 - Publicada no DJE de 12/09/2006) e (Regulamentado pelo ATO G.P. Nº 183/06, publicado no DJE em 14/12/2006)~~

Art. 71 - *Os processos de competência do Tribunal serão cadastrados considerando as classes e siglas definidas em Ato do Presidente do Tribunal, observadas as regulamentações pertinentes emanadas do TST. (Regulamentado pelo ATO G.P. Nº 183/06, publicado no DJE em 14/12/2006 e alterado pela RA. Nº 147/2019 - Disponibilizada no DEJT de 30/09/2019)*

| ORDEM | CLASSE | SIGLA |
|-------|---------------------|-------|
| I | Ação Anulatória | AA |
| II | Ação Civil Coletiva | ACC |
| III | Ação Civil Pública | ACP |

| | | |
|---------|---|---------|
| IV | Ação Declaratória de Ilegalidade / Abusividade de Greve | ADI |
| V | Ação Declaratória de Nulidade | ADN |
| VI | Agravo de Instrumento | AI |
| VII | Agravo de Instrumento ao TST | AIT |
| VIII | Agravo de Petição | AP |
| IX | Agravo Regimental | ARG |
| X | Agravo Rescisória | AR |
| XI | Carta de Ordem | CO |
| XII | Carta Precatória | CP |
| XIII | Conflito de Competência | CC |
| XIV | Contraprotesto | CE |
| XV | Dissídio Coletivo | DC |
| XVI | Dissídio Coletivo de Greve | DCG |
| XVII | Embargos de Declaração | ED |
| XVIII | Exceção de Impedimento | EI |
| XIX | Exceção de Incompetência | EIC |
| XX | Exceção de Suspeição | ES |
| XXI | Extensão das Decisões Proferidas em Dissídio Coletivo | EX.DC |
| XXII | Habeas Corpus | HC |
| XXIII | Habeas Data | HD |
| XXIV | Impugnação ao Valor da Causa | IVP |
| XXV | Incidente de Falsidade | IF |
| XXVI | Incidente de Uniformização de Jurisprudência | IUJ |
| XXVII | Mandado de Segurança | MS |
| XXVIII | Matéria Administrativa | MA |
| XXIX | Medida Cautelar Inominada | MCI |
| XXX | Medida Cautelar Nominada | MCN |
| XXXI | Oposição | OP |
| XXXII | Pedido de Providências | PP |
| XXXIII | Pedido de Revisão do Valor da Causa | PRVC |
| XXXIV | Pedido de Suspensão de Execução de Medida Liminar | PSEML |
| XXXV | Precatório | PREC |
| XXXVI | Protesto Judicial | PJ |
| XXXVII | Reclamação correicional | RC |
| XXXVIII | Recurso Adesivo | RA |
| XXXIX | Recurso Administrativo | RADM |
| XL | Recurso Ordinário | RO |
| XLII | Recurso Ordinário em Procedimento Sumaríssimo | ROPS |
| XLIII | Remessa Ex Officio | REXOF |
| XLIV | Remessa Ex Officio e Recurso Voluntário | REXOFRV |
| XLV | Restauração de autos | R.AUTOS |
| XLVI | Revisão das Decisões Proferidas em Dissídio Coletivo | RVDC |

Ato GP nº 183/06 - São Luís, 11 de dezembro de 2006.

Art. 1º-Determinar a identificação e classificação adequada a cada ação e recurso, na 1ª e 2ª instâncias da Justiça do Trabalho da 16ª Região, utilizando as classes processuais e siglas definidas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na forma a seguir, e procedendo, simultaneamente, às alterações necessárias nos andamentos de tramitação processual:

| CLASSE | SIGLA |
|--|--------|
| Ação anulatória | AA |
| Ação cautelar | AC |
| Ação Civil Pública | ACP |
| Ação de Cobrança de Contribuição Sindical | ACCS |
| Ação de Cobrança de Honorários Profissionais | ACHP |
| Ação de Consignação em Pagamento | ACPG |
| Ação de Cumprimento | AC |
| Ação de Execução | AEX |
| Ação de Execução de Termo de Ajuste de Conduta firmado pelo MPT | AEXTAC |
| Ação de Execução de Termo de Conciliação da Comissão de Conciliação Prévia | AEXTCP |
| Ação de Execução Fiscal | AEXF |
| Ação de Indenização | AIND |
| Ação de Indenização por Acidente de Trabalho | AINDAT |
| Ação de Prestação de Contas | APC |
| Ação de Repetição de Indébito | ARI |
| Ação de Representação Sindical | ARS |
| Ação Declaratória | AD |
| Ação Monitória | AM |
| Ação Possessória | APO |
| Ação Rescisória | AR |
| Agravo | A |
| Agravo de Instrumento | AI |
| Agravo de Instrumento em Agravo de Petição | AIAP |
| Agravo de Instrumento em Recurso de Revista | AIRR |
| Agravo de Instrumento em Recurso em Matéria Administrativa | AIRMA |
| Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário | AIRO |
| Agravo de Petição | AP |
| Agravo Regimental | AG |
| Agravo Regimental em Petição | AGPET |
| Aplicação de Penalidade | APEN |
| Arguição de Inconstitucionalidade | AINC |
| Carta de Ordem | CO |
| Carta de Sentença | CS |
| Carta Precatória | CP |
| Carta Precatória Executória | CPEX |
| Conflito de Competência | CC |
| Contraprotesto Judicial | CPJ |
| Dissídio Coletivo | DC |
| Efeito Suspensivo | ES |
| Embargos | E |
| Embargos de Declaração | ED |
| Embargos de Terceiro | ET |
| Exceção de Impedimento | EXIMP |
| Exceção de Incompetência | EXINC |
| Exceção de Suspeição | EXSUSP |
| Habeas Corpus | HC |

| | |
|---|------------------|
| <i>Habeas Data</i> | <i>HD</i> |
| <i>Impugnação ao Valor da Causa</i> | <i>IVC</i> |
| <i>Incidente de Falsidade</i> | <i>IF</i> |
| <i>Incidente de Uniformização de Jurisprudência</i> | <i>IUJ</i> |
| <i>Inquérito para Apuração de Falta Grave</i> | <i>IAFG</i> |
| <i>Intervenção de Terceiros</i> | <i>IT</i> |
| <i>Justificação Judicial</i> | <i>JJ</i> |
| <i>Mandado de Segurança</i> | <i>MS</i> |
| <i>Matéria Administrativa</i> | <i>MA</i> |
| <i>Pedido de Providência</i> | <i>PP</i> |
| <i>Pedido de Revisão do Valor da Causa</i> | <i>PRVC</i> |
| <i>Precatório</i> | <i>PREC</i> |
| <i>Processo Administrativo Disciplinar</i> | <i>PAD</i> |
| <i>Protesto Judicial</i> | <i>PJ</i> |
| <i>Reclamação</i> | <i>R</i> |
| <i>Reclamação Correicional</i> | <i>RC</i> |
| <i>Reclamação Disciplinar</i> | <i>RclDisc</i> |
| <i>Reclamação Trabalhista</i> | <i>RT</i> |
| <i>Recurso Administrativo</i> | <i>RA</i> |
| <i>Recurso de Multa</i> | <i>RM</i> |
| <i>Recurso de Revista</i> | <i>RR</i> |
| <i>Recurso em Matéria Administrativa</i> | <i>RMA</i> |
| <i>Recurso Extraordinário</i> | <i>RE</i> |
| <i>Recurso Ordinário</i> | <i>RO</i> |
| <i>Remessa de Ofício</i> | <i>RXOF</i> |
| <i>Remessa de Ofício e Agravo de Petição</i> | <i>RXOF e AP</i> |
| <i>Remessa de Ofício e Recurso Ordinário</i> | <i>RXOF e RO</i> |
| <i>Representação</i> | <i>RP</i> |
| <i>Requisição de Pequeno Valor</i> | <i>RPV</i> |
| <i>Restauração de Autos</i> | <i>RAUT</i> |
| <i>Suspensão de Liminar</i> | <i>SL</i> |
| <i>Suspensão de Segurança</i> | <i>SS</i> |
| <i>Ação Diversa</i> | <i>ADIV</i> |

Art. 2º - Compete exclusivamente à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a criação ou modificação das classes processuais supracitadas.

Parágrafo único - Havendo necessidade de se autuar algum processo na classe "ação diversa - ADIV", fica o Tribunal obrigado a encaminhar, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia da petição inicial à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, para análise e estudo da possibilidade de criação da classe processual respectiva.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 71-A - É vedada a alteração de classes correicionais em judiciais e vice e versa, devendo o Desembargador extinguir o processo sem julgamento do mérito, caso seja evidenciado o desacordo entre a classe escolhida e a petição inicial. (Acrescentado pela RA. Nº 147/2019 - Disponibilizada no DEJT de 30/09/2019)

Parágrafo Único - Ocorrendo ajuizamento de ação ou interposição de recurso não previsto nos incisos deste artigo, o registro e autuação observarão a classificação que lhe for dada pelo Presidente do Tribunal.

Art. 72 - Os processos serão distribuídos por meio eletrônico de processamento de dados, diária e imediatamente ao seu recebimento, observada a ordem de entrada na classe respectiva.

~~**Art. 73** — O sistema eletrônico de distribuição deverá contemplar o critério de sorteio aleatório entre os Desembargadores e observar, dentro de cada classe, a igualdade do número de processos distribuídos a cada Desembargador.~~

~~(Alterado pela RA.Nº 041/2008) Publicada no DJE 18/03/2008~~

~~**Art. 73.** O sistema eletrônico de distribuição deverá contemplar o critério de sorteio aleatório entre os Desembargadores, excetuados os Membros da Direção, e observar, dentro de cada classe, a igualdade do número de processos distribuídos a cada Desembargador.~~ (Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

~~**Art. 73** — O sistema eletrônico de distribuição deverá contemplar o critério de sorteio aleatório entre os Desembargadores e observar a igualdade do número de processos, dentro de cada classe, distribuídos a cada um deles ao longo do ano.~~ (Alterado pela RA. Nº 093/2010) Publicada no DJE de 21/06/2010

~~**Art. 73.** O sistema eletrônico de distribuição deverá contemplar o critério de sorteio aleatório entre os Desembargadores, excetuados os Membros da Direção, e observar, dentro de cada classe, a igualdade do número de processos distribuídos a cada Desembargador.~~ (Alterado pela RA. Nº 211/2011) publicada no DEJT de 17/11/2011

~~**Art. 73.** O sistema eletrônico de distribuição deverá contemplar o critério de sorteio aleatório entre os Desembargadores do Trabalho, excetuado o Presidente do Tribunal, e observar, dentro de cada classe, a igualdade do número de processos distribuídos a cada Desembargador do Trabalho.”~~

~~(Alterado pela RA. Nº 145/2015) Publicada no DJE de 24/06/2015~~

~~**Art. 73** O sistema eletrônico de distribuição deverá contemplar o critério de sorteio aleatório entre os Desembargadores do Trabalho, excetuado o Presidente do Tribunal quanto aos processos de competência das Turmas, e observar, dentro de cada classe, a igualdade do número de processos distribuídos a cada Desembargador do Trabalho.~~ (Alterado pela RA Nº 193/2017) publicada no DEJT de 17/8/2017

Art. 73. O sistema eletrônico de distribuição deverá contemplar o critério de sorteio aleatório entre os Desembargadores do Trabalho, excetuando o Presidente do Tribunal e o Vice-Presidente e Corregedor quanto aos processos de competência das

Turmas, e observar, dentro de cada classe, a igualdade do número de processos distribuídos a cada Desembargador do Trabalho.

Parágrafo único – O exercício eventual do cargo de Presidente de Turma, nas ausências ou impedimentos dos seus titulares, não excluirá o Desembargador do Trabalho da participação na distribuição normal de processos”.

Art. 74 - A Ata correspondente à distribuição dos processos será submetida a aprovação e “visto” do Presidente do Tribunal e publicada no órgão oficial.

Art. 75 - Salvo as exceções previstas no parágrafo único deste artigo, todo processo que dependa de decisão do Tribunal terá sempre relator e revisor.

~~**Parágrafo único** – Não terão revisor o ‘habeas corpus’, o ‘habeas data’, os processos de rito sumaríssimo, agravo de instrumento, mandado de segurança, agravo regimental, conflito de competência, ações cautelares, embargos de declaração, processos e recursos administrativos, exceções de suspeição, exceções de impedimento.~~

~~(Alterado pela RA.Nº 196/2009) Publicada no DJE de 06/10/2009~~

Parágrafo Único. *Não terão revisor os ‘habeas corpus’, os ‘habeas data’, mandados de segurança, agravos regimentais, conflitos de competência, ações cautelares, embargos de declaração, recursos administrativos, exceções de suspeição, exceções de impedimento e os processos de competência das turmas” (conf. Art. 20-B do Regimento Interno).*

Art. 76 - Com a distribuição, o relator fica vinculado ao processo. Nos afastamentos do Desembargador do Trabalho sorteado relator, os processos vinculados ao seu gabinete serão conclusos, com ou sem “visto”, ao substituto ou sucessor.

§ 1º - Haverá distribuição de processos mediante compensação:

I. Nos processos em que houver declaração de impedimento ou suspeição do relator;

II. Nos processos de tramitação preferencial, nos casos em que o afastamento não importa em substituição.

§ 2º - Caso o impedimento seja do revisor, passará o processo para o Juiz que se lhe seguir na antigüidade, dentro do respectivo Colegiado, permitida a compensação.

Art. 77 - Ocorrendo retorno do processo ao Tribunal para prosseguimento do julgamento anterior ou, para que novo julgamento seja proferido em substituição ao anterior, permanecerá como Relator o Desembargador do Trabalho que anteriormente haja atuado como tal, se ainda estiver integrando o respectivo órgão julgador.

§ 1º - Quando o juiz que atuou como Relator não mais integrar o órgão julgador que originalmente conheceu do processo, ele será distribuído, sucessivamente, caso ainda integrem o órgão julgador, ao Revisor e aos demais juízes que participaram do julgamento, observada, em relação a esses últimos, a ordem de antigüidade. Caso nenhum deles ainda o integre, haverá a distribuição aleatória entre seus atuais componentes, observada, em qualquer hipótese, a compensação;

§ 2º - Os processos que se relacionem por conexão ou continência com outro já ajuizado serão distribuídos por dependência ao relator já sorteado, observada a compensação.

~~**Art. 78** - O Desembargador do Trabalho no exercício da Presidência do Tribunal por prazo igual ou superior a trinta dias, em virtude de férias ou outras ausências legais do titular, previamente fixadas, será excluído da distribuição com quinze dias de antecedência, continuando a funcionar, todavia, em todos os processos a ele distribuídos.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 093/2010) Publicada no DJE de 21/06/2010~~

~~(Alterado pela RA. Nº 145/2015) Publicada no DJE de 24/06/2015~~

Art. 78. O Desembargador do Trabalho no exercício da Presidência do Tribunal por prazo igual ou superior a trinta dias, em virtude de férias ou outras ausências legais do titular, previamente fixadas, será excluído da distribuição dos processos da competência das Turmas, com quinze dias de antecedência, continuando a funcionar, todavia, em todos os processos a ele distribuídos.

Art. 79 - Nas matérias administrativas e nos processos administrativos de competência originária do Tribunal será relator o Presidente, que votará em primeiro lugar e, em caso de empate, proferirá voto de desempate.

~~Art. 80 - Nos embargos de declaração será relator o do acórdão embargado. Ausente este por mais de quinze dias, serão os autos encaminhados a um dos Desembargadores que tiver acompanhado o relator na votação, observada a compensação.~~

~~(Alterado pela RA.032/06) Publicada no DJE de 10/03/2006~~

Art. 80 - Nos embargos de declaração será Relator o do acórdão embargado. Ausente este por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, serão os autos encaminhados a um dos Desembargadores do Trabalho que tiver acompanhado o Relator na votação, observada a compensação.

Art. 81 - Os registros das distribuições serão lançados, por meio magnético, em arquivos de banco de dados separados por classe ou, pelo que estiver disponível, na ocorrência de falha no programa.

Parágrafo Único - Os registros de sorteio de relator e revisor serão efetuados pelo Desembargador do Trabalho que presidir ao ato.

Art. 82 - Distribuídos, subirão os autos, em vinte e quatro horas, à conclusão do relator; e ao revisor, em igual prazo, quando forem por aquele devolvidos.

~~Art. 83 - O Desembargador que entrar em gozo de férias ou assumir a Presidência do Tribunal não receberá processos nos quinze dias anteriores a seu afastamento, participando, porém, da primeira distribuição, após o seu retorno.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 83 - O Desembargador do Trabalho que entrar em gozo de férias ou assumir a Presidência do Tribunal não receberá processos nos cinco dias úteis que antecederem o seu afastamento, participando, porém, da primeira distribuição, após o retorno, ressalvados aqueles períodos já autorizados pelo Pleno e não gozados, quando será observado o prazo de quinze dias. (Alterado pela RA. Nº 95/2015) Publicada no DJE de 1º/06/2015

Art. 83. A distribuição de processos aos Desembargadores do Trabalho será feita diária e regularmente, quando de seu afastamento legal por período igual ou inferior a 30(trinta) dias, exceto em casos de licença médica por prazo superior a 10 (dez) dias, quando então, suspender-se-á a distribuição a partir do 11º (décimo primeiro) dia.

§ 1º. O prazo para julgamento dos processos distribuídos nesse período fica suspenso desde o início do afastamento até quinze dias após o retorno do Desembargador do Trabalho às suas atividades.

§ 2º. Ficam excluídos da distribuição prevista no *caput* deste artigo, os processos reputados urgentes.

~~**§ 3º.** O Desembargador que assumir a Presidência do Tribunal não receberá processos nos cinco dias úteis que antecedem o seu afastamento, participando, porém, da primeira distribuição após o retorno. (Alterado pela RA. Nº 145/2015) Publicada no DJE de 24/06/2015~~

§ 3º. *O Desembargador do Trabalho que assumir a Presidência do Tribunal não receberá processos de competência das Turmas nos cinco dias úteis que antecedem o seu afastamento, participando, porém, da primeira distribuição após o retorno.*

§ 4º. O exercício eventual do cargo de Presidente do Tribunal nos termos do art.14, não excluirá o Desembargador do Trabalho da participação na distribuição normal de processos.

~~**Art. 84** – Quando no mesmo processo houver a interposição de mais de um recurso e, o não recebimento de um, ou de ambos, acarretar agravo de instrumento, este deverá ser autuado nos autos do recurso principal e distribuído ao mesmo relator, para serem julgados simultaneamente. (Revogado pela RA.032/06) Publicada no DJE de 10/03/2006~~

~~**Parágrafo Único** – Além da previsão contida na *caput* deste artigo, a petição de agravo de instrumento deverá ser autuada nos autos do recurso principal se o pedido houver sido julgado totalmente improcedente, ou, em autos apartados mediante postulação do agravante no prazo recursal, caso em que suportará as despesas com a extração de carta de sentença, se assim requerer a outra parte, ressalvados os critérios de conveniência processual. (Revogado pela RA. 032/06) Publicada no DJE de 10/03/2006~~

CAPÍTULO II

DA REMESSA DE PROCESSOS A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

~~**Art. 85** – Serão remetidos à Procuradoria Regional do Trabalho para parecer. (Alterado pela RA.Nº 132/2006) Publicada no DJE de 12/09/2006~~

~~I — obrigatoriamente e independentemente de distribuição, os processos em que for parte pessoa jurídica de direito público, Estado estrangeiro ou organismo internacional, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e massa falida, bem como os conflitos de competência, exceto quanto àqueles que suscitar;~~ (Alterado pela RA.Nº 132/2006) Publicada no DJE de 12/09/2006

Art. 85 – Serão remetidos à Procuradoria Regional do Trabalho para parecer:

I – Obrigatoriamente e independentemente de distribuição, os processos, inclusive de Agravo Regimental, em que for parte pessoa jurídica de direito público, Estado estrangeiro ou organismo internacional, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e massa falida, bem como os conflitos de competência, exceto quanto àqueles que suscitar;

II - facultativamente, por iniciativa do Relator, os processos nos quais a matéria, por sua relevância, recomendar a prévia manifestação do Ministério Público.

III - por iniciativa do Ministério Público, os processos em que entender existente interesse público que justifique a sua intervenção;

IV - por determinação legal, os mandados de segurança, os 'habeas corpus', os dissídios coletivos, no caso de não ter sido exarado parecer oral na instrução, e os processos em que houver o interesse de menores e incapazes;

V - por despacho do Relator, as Ações Rescisórias.

Art. 86 - Não serão submetidos a parecer do Ministério Público do Trabalho:

I - os processos oriundos de ações de competência originária de que o órgão for autor;

II - os processos administrativos, ressalvada a hipótese do inciso II do artigo anterior.

CAPÍTULO III

DO RELATOR E DO REVISOR

~~**Art. 87 – Exceto nos casos expressamente ressalvados neste regimento, haverá um relator e um revisor para cada processo em que tenha de ser proferido julgamento pelo Tribunal.**~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

Art. 87 - Exceto nos casos expressamente ressalvados neste regimento, haverá um relator e um revisor para cada processo a ser julgado pelo Tribunal Pleno ou pelas Turmas.

~~Art. 88 -- Compete ao Relator:~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 88 - Compete ao Relator:

I - ordenar, mediante despacho nos autos, a realização de diligências necessárias à instrução dos processos, fixando o prazo para seu atendimento;

II - requisitar os autos originais dos processos que subirem ao seu exame em traslado, cópias ou certidões, assim como, os feitos que com eles tenham conexão ou dependência, desde que já findos ou com tramitação suspensa;

~~III -- processar os feitos que lhe tenham sido distribuídos, podendo delegar poderes aos Juízes de primeiro grau para procederem à instrução, quando for o caso, conceder vista às partes, processar os incidentes de falsidade e suspeição levantados pelas partes e as habilitações, bem como, praticar quaisquer outros atos processuais após a distribuição até o julgamento;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

III - processar os feitos que lhe hajam sido distribuídos, podendo delegar poderes aos Juízes de primeiro grau para lhes procederem à instrução, quando for o caso, conceder vista às partes, homologar acordos nos dissídios individuais, processar os incidentes de falsidade e suspeição levantados pelas partes, as habilitações e restaurações, bem como praticar quaisquer outros atos processuais após a distribuição e até o julgamento;

IV - indeferir a petição inicial em ações de competência originária, nas hipóteses previstas em lei;

~~V -- proferir decisões, quando for o caso, nos termos do art. 557, caput e § 1º A do CPC;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 253/2015) Publicada no DJE de 13/11/2015~~

V - proferir decisões, quando for o caso, nos termos do art. 557, caput e § 1º-A do CPC, observando-se o prazo e a contagem de restituição dos autos, prevista no inciso XII;

VI - conceder ou denegar liminar em mandado de segurança, habeas corpus e ações cautelares;

VII - homologar, por despacho, os pedidos de desistência de recurso, determinando a baixa dos autos ao Juízo de origem;

VIII - homologar, por despacho, os pedidos de desistência de ações não contestadas ou, os formulados de comum acordo pelas partes, nos processos de competência originária;

IX - resolver os incidentes que não dependam de decisão do Tribunal;

~~X - executar as diligências indispensáveis ao julgamento, podendo promover qualquer meio idôneo de prova nas ações de competência do Tribunal e, quando caracterizado motivo de grande relevância, também nos feitos em grau de recurso;~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

X - executar as diligências indispensáveis ao julgamento, podendo promover qualquer meio lícito de prova nas ações de competência do Tribunal e, quando caracterizado motivo de grande relevância, também nos feitos em grau de recurso, submetidos a julgamento pelas Turmas;

XI - submeter a quem compete as questões de ordem para o bom andamento dos serviços e para o aprimoramento das atividades do Tribunal;

~~XII - fazer conclusos ao revisor, dentro de trinta dias úteis, contados do recebimento, os feitos que lhe forem distribuídos, neles apondo seu "visto";~~

(Alterado pela RA. nº 195/2009, publicada no DJE de 06/10/2009)

~~XII - remeter os autos, com o seu "visto", à Secretaria do Tribunal Pleno ou das Turmas, ou, nos casos previstos neste Regimento, ao revisor, dentro de trinta dias úteis, contados do respectivo recebimento, excetuados os feitos submetidos ao procedimento sumaríssimo, que observarão o prazo previsto no §1º, II, do art. 895 da CLT; (Alterado pela RA. nº 114/2011, publicada no DJE de 17/06/2011)~~

~~XII - remeter os autos, com o seu "visto", à Secretaria do Tribunal Pleno ou das Turmas, ou, nos casos previstos neste Regimento, ao revisor, dentro de vinte dias úteis, contados do respectivo recebimento, excetuados os feitos~~

~~submetidos ao procedimento sumaríssimo, que observarão o prazo previsto no §1º, II, do art. 895, da CLT.~~

(Alterado pela RA. Nº 253/2015) Publicada no DJE de 13/11/2015

XII - remeter os autos, com o seu “visto”, à Secretaria do Tribunal Pleno ou das Turmas, ou, nos casos previstos neste Regimento, ao revisor, dentro de vinte dias úteis, contados da respectiva distribuição, excetuados os feitos submetidos ao procedimento sumaríssimo, que observarão o prazo previsto no §1º, II, do art. 895, da CLT;

XIII - apresentar à Secretaria, em cinco dias, prorrogáveis por igual prazo, não sendo vencido, a minuta do acórdão, sob pena de o Presidente designar relator entre os votos vencedores e providenciar para que seja feita a compensação na primeira distribuição que se seguir;

~~§ 1º - No caso de reconhecida sobrecarga de trabalho, assim entendida quando a média de processos recebidos para relatar for superior a quarenta e nove por semana, o prazo para a devolução, com visto, será de sessenta dias; (Revogado pela RA. nº 114/2011, publicada no DJE de 17/06/2011)~~

§ 2º - O relator, ao vistar os autos, remeterá ao revisor a minuta de sua intenção de voto, por via eletrônica e sigilosamente.

~~Art. 89 - O revisor enviará à Secretaria do Tribunal Pleno, dentro de quinze dias úteis, a contar de seu recebimento, os autos que lhe forem distribuídos, nesta condição, neles apondo o “visto”, momento em que poderá remeter, por meio eletrônico, ao relator a minuta de sua intenção de voto, sigilosamente.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

~~Art. 89 - O revisor enviará à Secretaria do Tribunal Pleno ou das Turmas, dentro de quinze dias úteis, a contar de seu recebimento, os autos que lhe forem distribuídos, nesta condição, neles apondo o “visto”, quando, então, remeterá, por meio eletrônico, ao relator a minuta de sua intenção de voto, sigilosamente.~~

(Alterado pela RA. Nº 196/2009) Publicada no DJE de 06/10/2009

~~Art. 89. O revisor enviará à Secretaria do Tribunal Pleno, dentro de quinze dias úteis, a contar de seu recebimento, os autos que lhe forem distribuídos, nesta condição, neles apondo o “visto”, quando, então, remeterá, por meio eletrônico, ao relator, a minuta de sua intenção de voto, sigilosamente (Alterado pela RA. nº 114/2011, publicada no DJE de 17/06/2011)~~

~~Art. 89. O revisor enviará à Secretaria do Tribunal Pleno, dentro de dez dias úteis, a contar de seu recebimento, os~~

~~autos que lhe forem distribuídos, nesta condição, neles aponto o "visto", quando, então, remeterá, por meio eletrônico, ao relator, a minuta de sua intenção de voto, sigilosamente.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 253/2015) Publicada no DJE de 13/11/2015~~

Art. 89. O revisor enviará à Secretaria do Tribunal Pleno, dentro de dez dias úteis, a contar da disponibilidade dos autos para o respectivo gabinete, neles aponto o "visto", quando, então, remeterá, por meio eletrônico, ao relator, a minuta de sua intenção de voto, sigilosamente.

~~Art. 90 — Com o "visto" do relator e, quando for o caso, o do revisor, será o processo incluído em pauta para julgamento na primeira sessão desimpedida após regular publicação da correspondente pauta, momento em que se remeterá, por meio eletrônico, aos demais Desembargadores, a minuta de intenção de votos do Relator e do Revisor, sigilosamente.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 90 - Com o "visto" do relator e, se for o caso, o do revisor, será o processo incluído em pauta para julgamento na primeira sessão desimpedida após regular publicação da correspondente pauta, após o que se remeterá, por meio eletrônico, aos demais Desembargadores do Trabalho as minutas de intenção de votos do Relator e do Revisor, sigilosamente.

Art. 91 - Participará obrigatoriamente do julgamento o Desembargador do Trabalho que houver lançado o "visto" no processo, ainda que investido nas funções de Presidente.

CAPÍTULO IV

DA PAUTA DE JULGAMENTO

~~Art. 92 — As pautas das sessões de julgamento serão organizadas pela Secretaria do Tribunal, com aprovação do Presidente.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 92 - As pautas de julgamento do Tribunal Pleno e das Turmas serão elaboradas pelas respectivas Secretarias, com aprovação do Presidente dos órgãos.

~~§ 1º — Observar-se-á na elaboração da pauta a ordem cronológica de entrada dos processos na Secretaria do Tribunal.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

§ 1º - Observar-se-á, na elaboração da pauta, a ordem cronológica de entrada dos processos nas Secretarias.

§ 2º - Objetivando a celeridade do julgamento, poderão ser organizadas pautas agrupadas por matéria.

~~**§ 3º - Nenhum processo poderá ser incluso em pauta sem que conste o "visto" do relator e revisor, se houver;**~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

§ 3º - Nenhum processo poderá ser incluído em pauta sem que conste o "visto" do relator e revisor, se houver.

§ 4º - Uma vez publicada a pauta, qualquer processo nela incluso só poderá ser retirado pelo Relator ou pelo Revisor.

Art. 93 - Na organização da pauta observar-se-á a seguinte ordem de precedência entre os processos:

I - com vista regimental;

II - adiados;

III - habeas corpus;

IV - mandado de segurança;

V - dissídio coletivo;

VI - ação rescisória;

VII - embargos de declaração;

VIII - recurso ordinário interposto em reclamação trabalhista submetida ao rito sumaríssimo;

IX - processos em que uma das partes seja maior de 65 (sessenta e cinco) anos.

Capítulo IV-A Acrescentado ao Regimento Interno através da RA nº 236/2008, Publicada no DJE de 14/01/2009, com o art. 93-A

Art. 93-A - Independem de inclusão em pauta:

I - habeas corpus;

II - embargos de declaração;

III - homologações de acordo em dissídio coletivo;

IV - agravos regimentais;

V - conflitos de competência.

Art. 94 - Poderá o relator solicitar preferência para processos que entenda ser de manifesta urgência, ou quando este ou o revisor tiverem que se afastar do Tribunal.

§ 1º - A requerimento de qualquer das partes ou de seus procuradores, poderá ser igualmente concedida preferência.

§ 2º - O pedido de adiamento, quando ausente uma das partes, deve ser formulado no início da sessão e só será atendido, excepcionalmente, devidamente justificado o motivo argüido.

~~**Art. 95** - Os embargos de declaração e o "habeas corpus" serão inclusos na primeira pauta de julgamento desimpedida seguinte a sua apresentação na Secretaria do Pleno.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 95 - Os embargos de declaração e o habeas corpus serão inclusos na primeira pauta de julgamento desimpedida seguinte a sua apresentação na Secretaria.

Art. 96 - A pauta será publicada no Diário Oficial do Estado e afixada no Quadro de Avisos, na sede do Tribunal, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da sessão, devendo conter a origem, a classe e o número do processo, os nomes das partes e de seus procuradores, bem como, dia de julgamento e a hora de início da sessão.

Parágrafo Único - Os processos serão submetidos a julgamento na ordem da pauta, independentemente do comparecimento das partes ou de seus procuradores.

Art. 97 - A matéria administrativa será registrada na pauta pelo número do processo e assunto e, tratando-se de matéria relevante, somente será apreciada quando cópia de seu inteiro teor for enviada a cada Desembargador do Trabalho, com antecedência mínima de 03(três) dias úteis, ressalvados os casos excepcionais, a critério do Tribunal Pleno.

CAPÍTULO V

DAS SESSÕES DO TRIBUNAL

~~Art. 98 - O Tribunal reunir-se-á em sessões ordinárias e extraordinárias.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 98 - O Tribunal Pleno e as Turmas se reunirão em sessões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - As sessões ordinárias deverão ser comunicadas aos Desembargadores do Trabalho, Ministério Público, aos Juízes convocados e às partes interessadas, conforme as disposições pertinentes;

~~§ 2º - As sessões ordinárias ocorrerão às terças e quartas-feiras e terão início às catorze horas e se encerrarão às dezenove horas, podendo ser prorrogadas, por deliberação do Tribunal, em caso de manifesta necessidade.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

~~§ 2º - As sessões ordinárias do Tribunal Pleno ocorrerão sempre na última segunda-feira de cada mês ou extraordinariamente, quando houver necessidade, no horário das 08h00 às 12h00, e as das Turmas, nos dias de terças-feiras, a Primeira, das 8h00 às 12h00, e a Segunda, das 14h00 às 18h00.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 69/2009) Publicada no DJE de 08/04/2009~~

~~§2º. As sessões ordinárias do Tribunal Pleno ocorrerão sempre na última segunda-feira de cada mês, ou extraordinariamente, quando houver necessidade, no horário de 14h às 18h.~~

~~§2º-A As sessões ordinárias das Turmas ocorrerão no horário de 8h às 12h, sendo que a Primeira Turma se reunirá às quartas-feiras e a Segunda Turma, às terças-feiras.~~

~~(Alterados pela RA. Nº 134/2009) Publicada no DJE de 16/07/2009~~

~~§2º. As sessões ordinárias do Tribunal Pleno ocorrerão sempre na última quinta-feira de cada mês, ou extraordinariamente, quando houver necessidade, a partir das 09h.~~ (Alterado pela RA Nº 124/2010) Publicada no DJ de 26/08/2010

~~§ 2º - As sessões ordinárias do Tribunal Pleno ocorrerão sempre na segunda quinta-feira de cada mês, ou extraordinariamente, quando houver necessidade, a partir das 09h.~~ (Alterado pela RA Nº 31/2012) Publicada no DJ de 15/02/2012

~~§ 2º - As sessões ordinárias do Tribunal Pleno ocorrerão na segunda Quinta-feira de cada mês, para apreciação de matéria judicial, e na quarta Quinta-feira do mês para matéria administrativa; ou extraordinariamente, quando houver necessidade, a partir das 09h.~~ (Alterado pela RA. Nº 271/2014) Publicada no DJE de 6/11/2014

§2º As sessões ordinárias do Tribunal Pleno ocorrerão na segunda quinta-feira de cada mês, para apreciação de matéria judicial, e na terceira quinta-feira do mês

para matéria administrativa; ou extraordinariamente, quando houver necessidade, a partir das 09h00.

§2º-A *As sessões ordinárias das Turmas ocorrerão a partir das 09h, sendo que a Primeira Turma se reunirá às quartas-feiras e a Segunda Turma, às terças-feiras.*

~~§ 3º — Havendo acúmulo de processos pendentes de julgamento, o Tribunal poderá marcar o prosseguimento da sessão para o dia subsequente livre, ficando as partes intimadas mediante comunicação na própria sessão.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

§ 3º - *Havendo acúmulo de processos pendentes de julgamento, o Tribunal Pleno e as Turmas poderão marcar o prosseguimento da sessão para o dia subsequente livre, ficando as partes intimadas mediante comunicação na própria sessão.*

~~§ 4º — As sessões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

§ 4º - *As sessões extraordinárias poderão ser convocadas pelo respectivo Presidente ou pela maioria simples de seus membros.*

§ 5º - Os Magistrados e o membro do Ministério Público receberão a convocação para a sessão extraordinária, por escrito, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, salvo se todos desistirem formalmente desse prazo.

§ 6º - Caso a sessão extraordinária verse apenas sobre matéria que não interesse a terceiros, a convocação não necessita ser publicada.

~~§ 7º — Nas sessões extraordinárias, o Tribunal somente deliberará sobre a matéria objeto da convocação.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

§ 7º - *Nas sessões extraordinárias, somente se deliberará sobre a matéria objeto da convocação.*

§ 8º - Serão solenes as sessões destinadas à posse do Presidente e Vice-Presidente ou, de Desembargador do Trabalho do Tribunal.

§ 9º - O cerimonial das sessões solenes será regulado por ato do Presidente do Tribunal.

~~**Art. 99** — As sessões do Tribunal serão públicas, ressalvada a hipótese estabelecida na parte final do inciso IX do art. 93 da Constituição Federal.
(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 99 - As sessões do Tribunal Pleno e das Turmas serão públicas, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento e o disposto na parte final do inciso IX do art. 93 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Participará das sessões do Tribunal o Procurador Regional do Trabalho ou seu substituto.

~~**Art. 100** — Aberta a sessão à hora regimental, não havendo número para deliberar, aguardar-se-á por quinze minutos a formação de quorum. Decorrido esse prazo, persistindo a falta de número, será encerrada a sessão.
(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 100 - Aberta a sessão e não havendo número para deliberar, aguardar-se-á por quinze minutos a formação de quórum. Decorrido esse prazo, persistindo a falta de número, será encerrada a sessão, registrando-se em ata a ocorrência.

~~**Parágrafo único** — O Desembargador que não comparecer a mais de duas sessões consecutivas deverá justificar, por escrito, devendo o Presidente levar a justificação à julgamento do Tribunal na sessão imediata às ausências.
(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Parágrafo único - O Desembargador do Trabalho ou Juiz convocado que não comparecer a mais de duas sessões consecutivas deverá justificar, por escrito, devendo o Presidente levar a justificação à apreciação do Tribunal na sessão imediata às ausências.

~~**Art. 101** — Nas sessões ordinárias do Tribunal, será observada a seguinte ordem:
(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 101 - Nas sessões ordinárias, será observada a seguinte ordem:

I - verificação do número de Desembargadores do Trabalho presentes;

II - discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

- III - julgamento dos processos da pauta judiciária;
- IV - julgamento da matéria e processos administrativos;
- V - comunicações e propostas;
- VI - expediente.

§ 1º - Os itens previstos nos incisos IV e VI poderão mudar de ordem, a critério do Presidente.

§ 2º - Na ausência ou no impedimento do Presidente, do Vice-Presidente, ou quando este for relator ou revisor, a sessão de julgamento será presidida pelo Desembargador mais antigo.

~~Art. 102 - Terão preferência para julgamento:~~
(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

Art. 102 - Terão preferência para julgamento, independentemente da ordem de colocação na pauta:

- I - os processos em que haja inscrição de advogado para sustentação oral;***
- II - os processos cujos Relatores ou Revisores tenham de se retirar ou que estejam convocados exclusivamente para esses julgamentos;***
- III - os processos em que a parte ou o seu advogado, estando presente à sessão, manifeste interesse de preferência;***
- IV - os processos em cujos autos o Ministério Público do Trabalho oficiou e aqueles que contenham matéria de interesse do órgão, conforme indicação prévia do Procurador do Trabalho designado para a sessão.***

Art. 103 - Após o pregão, o Presidente dará a palavra ao Relator para a exposição dos fatos e circunstâncias da causa.

Parágrafo Único. Estando os Desembargadores do Trabalho aptos a votar e não havendo oposição das partes, poderá ser dispensado o relatório.

(Incluído pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

Art. 104 - Findo o relatório ou dispensada sua exposição, o Relator do processo com pedido de sustentação oral poderá, se assim entender, antecipar sua conclusão, faculdade também conferida ao Revisor e aos demais Desembargadores do Trabalho. Após, os procuradores das partes poderão fazer

uso da palavra para sustentação oral de suas razões, pelo prazo de dez minutos.

~~§ 1º - A inscrição para a sustentação oral será admitida ao advogado habilitado no processo a partir da publicação da pauta de julgamento no órgão da Imprensa Oficial e até quinze minutos antes da hora designada para o início da sessão, mediante petição ou simples assinatura, pelo interessado, no livro próprio que será mantido pela Secretaria do órgão julgante.~~

~~(Alterado pela RA nº 57/2016) Publicada no DJE de 9/3/2016~~

~~§1º - A inscrição para a sustentação oral será admitida ao advogado habilitado no processo, a partir da publicação da pauta de julgamento no órgão da Imprensa Oficial e até 30 (trinta) minutos antes da hora designada para o início da sessão, mediante petição ou por simples assinatura, pelo interessado, no livro próprio que será mantido pela Secretaria do órgão julgante.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 117/2021) Publicada no DEJT de 23/07/2021~~

§1º - Nas sessões presenciais a inscrição para a sustentação oral será admitida ao advogado habilitado no processo, a partir da publicação da pauta de julgamento no órgão da Imprensa Oficial até o início da respectiva sessão, mediante petição ou por simples assinatura, pelo interessado, no livro próprio que será mantido pela Secretaria do órgão julgante.

§1º-A - Somente poderá haver sustentação oral se o advogado estiver devidamente constituído, mediante procuração ad judicium ou respectivo substabelecimento em peças originais ou cópias autenticadas.

~~(Incluído pela RA. Nº 117/2021) Publicada no DEJT de 23/07/2021~~

§1º-B - Caberá ao Presidente do órgão julgador o exame das condições previstas neste artigo.

~~(Incluído pela RA. Nº 117/2021) Publicada no DEJT de 23/07/2021~~

~~§ 2º - A pauta de preferências será organizada resguardando-se a ordem original dos processos com pedido de preferência, dando-se prioridade àqueles com sustentação oral requerida.~~

~~(Alterado pela RA nº 57/2016) Publicada no DJE de 9/3/2016~~

§ 2º - A pauta de preferências será organizada resguardando-se a ordem original dos processos com pedido de preferência.

§ 3º - Falará em primeiro lugar o recorrente, ou, se ambas as partes tiverem recorrido, o autor.

§ 4º - Quando se tratar de processo de competência originária do Tribunal, terá a palavra, em primeiro lugar, a parte autora.

§ 5º - Havendo litisconsortes representados por mais de um advogado o tempo será proporcionalmente dividido. Se a matéria for relevante, a critério do Colegiado, o tempo poderá ser prorrogado até o máximo de vinte minutos.

~~§ 6º - Não haverá sustentação oral em homologação de acordo, agravo de instrumento, embargos de declaração, conflito de competência e em matéria administrativa, exceto processo de natureza disciplinar.
(Alterado pelas RAS. Nº 236/2008 e Nº 69/2009) Publicadas no DJE de 14/01/2009 e 08/04/2009, respectivamente.~~

§ 6º - Não haverá sustentação oral em homologação de acordo, agravo de instrumento, agravo regimental, embargos de declaração, conflito de competência e em matéria administrativa, exceto processo de natureza disciplinar. Provido o agravo de instrumento, antes de o Relator passar à apreciação do recurso destrancado, facultar-se-á a sustentação oral sobre este.

§ 7º - Para sustentação oral perante os órgãos judicantes do Tribunal, os advogados ocuparão a tribuna e deverão usar vestes talares, de acordo com o modelo aprovado pela Ordem dos Advogados do Brasil.

~~Art. 105 - Uma vez iniciado, concluir-se-á o julgamento, podendo ser interrompido apenas nos casos previstos neste Regimento.
(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 105 - Uma vez iniciado, o julgamento se ultimarà na mesma sessão, sendo suspenso apenas por pedido de vista ou motivo relevante argüido pelo relator ou revisor.

Art. 106 - Nenhum Desembargador do Trabalho poderá eximir-se de proferir seu voto, salvo quando não tenha assistido ao relatório ou esteja impedido de acordo com a lei.

Art. 107 - Em qualquer fase do julgamento poderão os Desembargadores do Trabalho pedir informações, inclusive às

próprias partes ou a seus procuradores, convertendo o julgamento em diligência, se for o caso.

Art. 108 - A votação será iniciada com o voto do Relator, vindo, após, o do Revisor, seguindo-se o voto dos demais Juízes, na ordem de antigüidade.

§ 1º - O relator e o revisor, antes do relatório em sessão, poderão pedir retirada do processo de pauta para reexame da matéria, devendo devolvê-lo em cinco dias úteis; se feito após o relatório, o pedido será considerado como de suspensão de julgamento, com o mesmo prazo para devolução.

~~§ 2º - Se do reexame resultar alteração do voto, os autos serão conclusos ao revisor que deverá restituí-los à Secretaria do Tribunal Pleno, em cinco dias úteis, observadas as disposições do § 3º do art. 88 deste Regimento.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

§ 2º - Se do reexame resultar alteração do voto, os autos serão conclusos ao revisor, que deverá restituí-los à respectiva Secretaria, em cinco dias úteis, observadas as disposições do art. 89 deste Regimento.

Art. 109 - Antes de proclamado o resultado da votação, poderá o membro do Ministério Público do Trabalho intervir oralmente, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer Desembargador do Trabalho, para sustentar ou retificar o parecer.

Parágrafo Único - O Ministério Público poderá opinar nas matérias administrativas e em todos os processos submetidos a julgamento que ainda não tenham tido visto.

~~**Art. 110** - Antes de encerrada a votação, os Desembargadores poderão pedir vista do processo. Sendo o pedido de vista em mesa, o julgamento far-se-á na mesma sessão, logo que o Desembargador se declare habilitado a proferir voto. Não sendo em mesa, ficará o julgamento adiado, e o voto deverá ser proferido, preferencialmente, na primeira sessão a que comparecer o autor do pedido de vista.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

~~**Art. 110** - Antes de encerrada a votação, os Desembargadores do Trabalho poderão pedir vista do processo. Sendo o pedido de vista em mesa, o julgamento se~~

~~fará na mesma sessão, logo que o Desembargador do Trabalho se declare habilitado a proferir voto.~~

~~(Alterado pela RA. Nº 214/2016) Publicada no DEJT de 19/10/2016~~

~~§ 1º — Quando não se tratar de pedido de vista em mesa, o julgamento prosseguirá na próxima sessão desimpedida com o voto do Desembargador do Trabalho que requereu vista, mesmo ausentes o Relator ou o Revisor, ou, ainda, outros Desembargadores do Trabalho, desde que já tenham votado, computando-se os votos proferidos, mesmo por aqueles que não comparecerem ou que houverem deixado o exercício do cargo. (Alterado pela RA. Nº 149/2016) Publicada no DJE de 4/7/2016 - (Alterado pela RA. Nº 214/2016) Publicada no DEJT de 19/10/2016~~

~~§1º — Quando não se tratar de pedido de vista em mesa e um dos julgadores não se considerar habilitado a proferir imediatamente seu voto, este poderá solicitar vista pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período, mediante pedido devidamente justificado, após o qual o processo será reincluído em pauta para julgamento na sessão seguinte, nos termos da Resolução 202, de 27 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Justiça. (Alterado pela RA. Nº 214/2016) Publicada no DEJT de 19/10/2016~~

~~§ 2º — Independentemente do pedido de vista, os demais Desembargadores do Trabalho não ficarão impedidos de proferir voto, se esclarecidos. (Acréscitado pela RA. Nº 289/15) Publicada no DJE de 21/12/2015 (Alterado pela RA. Nº 214/2016) Publicada no DEJT de 19/10/2016~~

~~§3º — Se o processo judicial ou administrativo não for devolvido tempestivamente, ou se o vistor deixar de solicitar prorrogação de prazo, o presidente fará a requisição para julgamento na sessão subsequente, com publicação na pauta em que houver a inclusão. (Acréscitado pela RA. Nº 149/2016) Publicada no DJE de 4/7/2016 (Alterado pela RA. Nº 214/2016) Publicada no DEJT de 19/10/2016~~

~~§4º Ocorrida a requisição na forma do §1º, se aquele que fez o pedido de vista ainda não se sentir habilitado a votar, o presidente convocará substituto para proferir voto, na forma estabelecida neste Regimento Interno. (Acréscitado pela RA. Nº 149/2016) Publicada no DJE de 4/7/2016 (Alterado pela RA. Nº 214/2016) Publicada no DEJT de 19/10/2016~~

Art. 110. Antes de encerrada a votação, os Desembargadores do Trabalho que não se considerarem habilitados a proferir imediatamente seu voto, poderão solicitar vista do processo, pelo prazo máximo de dez dias, após o qual o processo será reincluído em pauta para julgamento na sessão seguinte.

§1º O prazo de vista indicado no caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, mediante pedido devidamente justificado.

§2º Sendo o pedido de vista em mesa, o julgamento se fará na mesma sessão, logo que o Desembargador do Trabalho se declare habilitado a proferir voto.

§3º Se o processo judicial ou administrativo não for devolvido tempestivamente, ou se o vistor deixar de solicitar prorrogação de prazo, o presidente do órgão correspondente fará a requisição para julgamento na sessão subsequente, com publicação na pauta em que houver a inclusão.

§4º Ocorrida a requisição na forma do §3º, se aquele que fez o pedido de vista ainda não se sentir habilitado a votar, o presidente convocará substituto para proferir voto, na forma estabelecida por este Regimento Interno.

§5º O julgamento prosseguirá na sessão seguinte com o voto do Desembargador do Trabalho que requereu vista ou, na hipótese do §4º, daquele que o substituiu, mesmo ausentes o Relator ou o Revisor, ou, ainda, outros Desembargadores do Trabalho, desde que já tenham votado, computando-se os votos proferidos, mesmo por aqueles que não comparecerem ou que houverem deixado o exercício do cargo.

§6º Independentemente do pedido de vista, os demais Desembargadores do Trabalho não ficarão impedidos de proferir voto, se esclarecidos.

Art. 111 - Cada Desembargador do Trabalho terá o tempo necessário para proferir seu voto, podendo ainda, se lhe aprouver, usar da palavra depois de haver votado o último Desembargador do Trabalho, mas antes de proclamada a decisão pelo Presidente.

Art. 112 - Nenhum Desembargador do Trabalho fará uso da palavra sem prévia solicitação ao Presidente, nem interromperá, sem consentimento, quem estiver no uso dela.

Art. 113 - Em qualquer fase da discussão, poderão os Desembargadores do Trabalho pedir esclarecimentos aos litigantes ou a seus representantes legais, quando presentes, sobre fatos relativos à causa.

Art. 114 - As diligências requeridas por qualquer dos Desembargadores do Trabalho, atinentes ao julgamento, independem de manifestação das partes para sua votação.

Art. 115 - Quando do prosseguimento de julgamento adiado, serão computados os votos já proferidos pelos

Desembargadores do Trabalho que não comparecerem ou que hajam deixado o exercício do cargo.

Parágrafo Único - Somente quando indispensável para decidir nova questão surgida no julgamento, será dado substituto ao ausente, cujo voto, então, não se computará.

Art. 116 - Antes de proclamada a decisão, será permitido aos Desembargadores do Trabalho modificarem seus votos.

Art. 117 - Não tomará parte no julgamento o Desembargador do Trabalho que não haja assistido ao relatório, salvo se declarar que está esclarecido.

~~**Art. 118** - As decisões serão tomadas pela maioria de votos dos Desembargadores que participarem do julgamento, salvo na hipótese de incidente de inconstitucionalidade.
(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 118 - *As decisões serão tomadas pela maioria de votos dos Desembargadores do Trabalho que participarem do julgamento.*

~~§ 1º - Tratando-se de matéria constitucional, o Presidente votará como os demais Desembargadores, cabendo-lhe, ainda, o voto de qualidade.
(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

§ 1º - Tratando-se de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, de incidente de uniformização de jurisprudência, de julgamento do incidente tratado no art. 555, § 1.º, do CPC, ou em matéria ou recurso administrativo, o Presidente votará como os demais Desembargadores do Trabalho, cabendo-lhe, ainda, o voto de qualidade.

§ 2º - Em caso de empate, caberá ao Presidente desempatar, sendo-lhe facultado adiar o julgamento para a sessão seguinte quando não se considerar habilitado a proferir seu voto.

Art. 119 - Findo o julgamento, o Presidente proclamará a decisão, designando para redigir o acórdão o Relator, ainda que tenha sido vencido em parte. Se o Relator for totalmente vencido nas questões de mérito, redigirá o acórdão o Revisor, ou, no caso de este também ter sido vencido, o Desembargador do Trabalho que primeiro se manifestou a favor da tese vencedora.

§ 1º - Quando as soluções divergirem, mas várias delas apresentarem pontos comuns, deverão ser somados os votos concorrentes no que tiverem de comum. Permanecendo a divergência, sem possibilidade de soma ímpar, serão as questões submetidas novamente à apreciação de todos os Desembargadores do Trabalho, duas a duas, ou na mesma proporção, eliminando-se, sucessivamente, as que tiverem menor votação e prevalecendo a que reunir, por último, a maioria de votos.

§ 2º - O acórdão consignará, nos seus fundamentos, a tese vencedora, ressaltando-se aos Desembargadores do Trabalho lançarem a justificação de voto vencido.

~~§ 3º - O Secretário do Tribunal certificará nos autos o resultado do julgamento, consignando os nomes dos Desembargadores que dele participaram, os votos vencedores e vencidos, bem como, a situação do Juiz, se convocado.~~
(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

§ 3º - Os respectivos Secretários certificarão nos autos o resultado do julgamento, consignando os nomes dos Desembargadores do Trabalho que dele participaram, os votos vencedores e vencidos, bem como a situação do Juiz, se convocado.

Art. 120 - Encerrada a sessão, os processos que não tenham sido julgados permanecerão em pauta, devendo ser apregoados na próxima sessão ordinária do órgão julgante, independentemente de nova publicação ou intimação das partes, observando-se a ordem prevista no **art. 93** deste Regimento.

Parágrafo único - Sempre que, encerrada a sessão, restarem processos sem julgamento, o Presidente do órgão julgador poderá convocar sessão extraordinária mediante nova intimação das partes.

~~**Art. 121** - As atas das sessões dos órgãos judicantes do Tribunal serão lavradas pelos respectivos Secretários, e nelas se resumirá, com clareza, tudo quanto haja ocorrido na sessão, devendo constar:~~

~~I - a hora, o dia, o mês e o ano da abertura e encerramento da sessão;~~

~~II — o nome do Presidente ou do Desembargador do Trabalho que o estiver substituindo;~~

~~III — o nome dos Desembargadores do Trabalho e Juízes presentes e Desembargadores do Trabalho ausentes;~~

~~IV — o nome do membro do Ministério Público do Trabalho que compareceu à sessão;~~

~~V — sumário e identificação do expediente, mencionando a natureza do processo, recurso ou requerimento, apresentado na sessão, os nomes das partes e interessados, e os nomes daqueles que houverem feito sustentação oral;~~

~~VI — por solicitação do interessado, o nome do advogado que acompanhou o julgamento.~~

~~**Parágrafo único.** — Apresentada no início de cada sessão, a ata da sessão anterior será encerrada com as observações que forem oferecidas e aprovadas, devendo ser assinada por quem presidiu a sessão e o respectivo Secretário.~~

~~(Alterado pela RA nº 58/2016) Publicada no DJE de 9/3/2016~~

Art. 121 - As atas das sessões dos órgãos judicantes do Tribunal, quando necessárias para registros passíveis de publicidade, serão lavradas pelos respectivos Secretários e nelas deverá constar:

I - a hora, o dia, o mês e o ano da abertura e encerramento da sessão;

II - o nome do Presidente ou do Desembargador do Trabalho que o estiver substituindo;

III - o nome dos Desembargadores do Trabalho e Juízes presentes e Desembargadores do Trabalho ausentes;

IV- o nome do membro do Ministério Público do Trabalho que compareceu à sessão;

Parágrafo único. A ata da sessão será encerrada e assinada por quem presidiu a sessão e o respectivo Secretário.

Artigos 121-A, 121-B, 121-C, 121-D, 121-E, 121-F e 121-G (Ato Conjunto GP e GVP/CR Nº 003, de 6/4/2020) - Acrescentados ao Regimento Interno através da RA nº 155/2020, publicada no DEJT de 30/11/2020

Art. 121-A. Os processos de competência jurisdicional do Pleno e das Turmas poderão, a critério do Presidente do Tribunal ou do Desembargador relator, ser submetidos a julgamento por meio de sessões virtuais em ambiente eletrônico não presencial.

Parágrafo único. O Presidente do Tribunal e os Presidentes de cada Turma poderão indicar à respectiva Secretaria as classes processuais em que o julgamento ocorrerá totalmente em ambiente virtual.

Art. 121-B. Para a realização das sessões virtuais será necessária prévia publicação da pauta eletrônica no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT, com antecedência mínima de cinco dias úteis entre a publicação e a data e o horário de início da sessão.

Parágrafo único. Na mesma publicação, o Ministério Público do Trabalho e as partes também serão cientificadas de que, até o horário de início da sessão, sem a necessidade de justificativa, será facultado optar pelo julgamento em sessão presencial, utilizando-se dos meios previstos no §1º, do art. 104 deste Regimento Interno, com possível sustentação oral, porém a partir da publicação da pauta de julgamento do órgão da imprensa oficial e até as 24 horas do dia anterior ao início da sessão.

Art. 121-C. No ambiente do próprio sistema do Processo Judicial eletrônico oficial serão lançados os votos do relator e dos demais membros do Pleno e da Turma.

Parágrafo único. Havendo destaque de qualquer membro do órgão julgador, o julgamento será remetido para a próxima sessão presencial a ser realizada.

Art. 121-D. O Ministério Público, na condição de *custus legis*, terá assegurado o direito de acesso aos votos dos processos encaminhados para julgamento em meio eletrônico.

Art. 121-E. Os membros do Pleno e das Turmas poderão requisitar os autos dos processos físicos para exame, oposição de visto e adesão ao julgamento virtual.

Art. 121-F. As divergências serão encaminhadas a todos os componentes do órgão judicante, prevalecendo, após a votação eletrônica, o posicionamento majoritário, com a respectiva publicação do acórdão no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Art. 121-G. Admite-se o julgamento em ambiente eletrônico não presencial, por meio de sessões virtuais, para os processos administrativos.

§1º. As sessões virtuais serão convocadas pelo Presidente com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência.

§2º. Não serão incluídos em sessões virtuais, ou dela serão excluídos para serem julgados em sessão presencial, processos nas seguintes hipóteses:

I - os que tiverem pedido de sustentação oral ou solicitação, formulada pela parte, na forma do §1º, do artigo 104, deste Regimento Interno, porém a partir da publicação da pauta de julgamento do órgão da imprensa oficial e até as 24 horas do dia anterior ao início da sessão, ou pelo Ministério Público do Trabalho, para acompanhamento presencial do julgamento, ou de qualquer desembargador componente do Órgão;

II - os processos destacados pela maioria dos Desembargadores do respectivo Órgão, que serão encaminhados para julgamento presencial, em posterior sessão de julgamento.

III - Quando não houver disponibilização do voto do relator até o início da sessão virtual;

IV - os incidentes de inconstitucionalidade (ArgInc);

V - os processos administrativos disciplinares (PadMag);

VI - os incidentes processuais de formação de precedentes obrigatórios da jurisprudência (IRDR e IAC).

§3º. Os destaques e solicitações constantes do inciso I do §2º deverão ser apresentados, no máximo, até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para o início da sessão virtual.

CAPÍTULO VI

DAS AUDIÊNCIAS

Art. 122 - As audiências para instrução e julgamento dos feitos da competência originária do Tribunal serão públicas e realizadas nos dias e horas designados pelo Desembargador do Trabalho a quem couber a instrução do processo, perante o Secretário.

Art. 123 - Na audiência terão assento, além do membro do Ministério Público, quando for o caso, as partes, os advogados, as testemunhas e quaisquer outras pessoas citadas e intimadas. Com exceção dos advogados, as pessoas

mencionadas não poderão retirar-se da sala durante a audiência sem a permissão do Desembargador do Trabalho que a presidir.

Art. 124 - O Secretário mencionará na ata os nomes das partes e advogados presentes, as citações, intimações, requerimentos verbais e todos os demais atos e ocorrências.

Art. 125 - O Desembargador do Trabalho que presidir a audiência manterá a ordem de acordo com as leis em vigor, podendo mandar retirar os que a perturbarem, impor penas disciplinares aos serventuários, multar as partes que faltarem ao devido respeito e autuar os desobedientes.

Art. 126 - A abertura e o encerramento da audiência serão anunciados pelo Desembargador do Trabalho que a presidir.

Parágrafo Único - Observada a conveniência, poderá o Desembargador do Trabalho Relator delegar competência a Juiz de primeiro grau para a realização de atos ou diligências necessárias à regular instrução do processo.

CAPITULO VII

DOS ACÓRDÃOS

Art. 127 - O Desembargador do Trabalho a quem couber a redação do acórdão deverá lavrá-lo em 10 dias, contados do protocolo de entrada do processo em seu gabinete.

~~**Art. 128** - Os acórdãos serão assinados pelo Relator ou Desembargador designado.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

Art. 128 - *Os acórdãos serão assinados somente pelos Relatores ou Redatores designados, à exceção dos processos de rito sumaríssimo, nos quais bastarão as respectivas certidões de julgamento, referendadas pelo Relator ou Redator.*

~~**§ 1º** - O Procurador Regional do Trabalho, ou seu substituto, deverá exarar seu ciente nos acórdãos prolatados nos processos em que o órgão tenha intervido ou emitido parecer.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

~~§ 1º - O Procurador Regional do Trabalho, ou seu substituto, deverá exarar seu eiente nos acórdãos prolatados nos processos em que o órgão tenha intervindo ou emitido parecer.~~

(Revogado pela RA. nº 225/2009) Publicada no DJE de 11/12/2009

~~§ 2º - Não se achando em exercício o Desembargador que deverá assinar o acórdão, firma-lo-á o Revisor.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

§ 2º - Estando impossibilitado o Desembargador do Trabalho que deveria assinar o acórdão, será designado substituto o Revisor; se vencido esse, o primeiro Desembargador do Trabalho cujo voto seja coincidente com o do substituído.

~~§ 3º - Os acórdãos deverão ter ementa que, resumidamente, indique a tese jurídica que prevaleceu no julgamento e poderão ser acompanhados de justificacão de votos vencidos, desde que requerida na sessão de julgamento.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

§ 3º - Os acórdãos deverão ter ementa que, resumidamente, indique a tese jurídica que prevaleceu no julgamento e poderão ser acompanhados de justificacão de votos vencidos, desde que requerida na sessão de julgamento.

~~§ 4º - Após as assinaturas, o acórdão terá sua eonclusão publicada no órgão oficial.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

§ 4º - Assinados os acórdãos, as ementas do voto vencedor e a conclusão serão remetidas em 48 horas ao órgão oficial para publicação.

~~**Art. 129** - Para efeito de intimação às partes interessadas, o resumo do acórdão será publicado no Diário da Justiça do Maranhão, devendo constar da publicação, obrigatoriamente, a natureza do recurso, o número do processo, os nomes do Desembargador Relator do feito, das partes e de seus respectivos procuradores, a conclusão de julgamento e a ementa.~~

(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009

Art. 129 - Para efeito de intimação às partes interessadas, o resumo do acórdão será publicado no Diário da Justiça do Maranhão, devendo constar da publicação, obrigatoriamente, a natureza do recurso, o número do processo, os nomes do Desembargador do Trabalho Relator ou Redator designado, das partes e de seus respectivos procuradores, a conclusão de julgamento e a ementa.

§ 1º - A União será notificada pessoalmente do acórdão proferido pelo Tribunal quando a mesma for parte no processo, salvo ajuste formal e específico em contrário.

§ 2º - O Ministério Público do Trabalho será notificado pessoalmente do acórdão proferido pelo Tribunal nos processos em que for parte, e também quando o requerer em sessão de julgamento.

§ 3º - Somente haverá republicação do acórdão em virtude de incorreções na publicação anterior e mediante autorização, por despacho, do Presidente do Tribunal.

§ 4º - Na hipótese de republicação do acórdão o prazo para interposição de recurso correrá da nova publicação.

CAPITULO VIII

~~DA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA~~

~~(Alterado pela RA Nº 109/2011) Publicada no DJE de 26/05/2011~~

~~(Alterado pela RA Nº 76/2017) Publicada no DEJT de 29/3/2017~~

~~Art. 130 — A uniformização da jurisprudência do Tribunal, mediante interpretação do direito sobre o qual exista notória divergência na Corte, será realizada de acordo com o procedimento previsto neste Regimento ou, por solicitação direta de qualquer dos Desembargadores ao proferir voto em julgamento.~~

~~Parágrafo Único — O Presidente do Tribunal registrará a solicitação, em separado, na ata da sessão, remetendo a matéria à Comissão de Jurisprudência em expediente próprio, que conterá os elementos necessários à compreensão da proposta. (Alterado pela RA. Nº 109/2011) Publicada no DJE de 26/05/2011)~~

~~Art. 130. A uniformização da jurisprudência deste Tribunal, mediante interpretação do direito sobre o qual exista iterativa, atual e relevante divergência na Corte, reger-se-á pelas disposições contidas nos arts. 476 a 479 do Código de Processo Civil e neste Regimento.~~

~~Seção I~~

~~DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA~~

Subseção I

Da arguição do Incidente

~~Art. 130-A~~ O incidente de uniformização de jurisprudência poderá ser suscitado por qualquer Desembargador do Trabalho, ao proferir seu voto perante a Turma; pelo Ministério Público do Trabalho, ao emitir parecer; e pelas partes, nas razões de recurso, contrarrazões ou em petição avulsa, apresentada até a sustentação oral, pressupondo divergência jurisprudencial já configurada, ainda que na mesma Turma, e que, pela reiteração e relevância, justifique uniformização.

~~Parágrafo único.~~ Ao suscitar o incidente, o Ministério Público ou as partes instruirão a peça com cópias do inteiro teor dos acórdãos citados como divergentes, sob pena de indeferimento liminar.

~~Art. 130-B.~~ Não será admitido o incidente quando o julgamento independer da apreciação da matéria objeto da divergência ou quando se tratar de tese sumulada pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Tribunal Superior do Trabalho ou pelo próprio Tribunal.

Subseção II

Da análise da divergência

~~Art. 130-C.~~ A decisão que reconhecer a divergência jurisprudencial constará em simples certidão emitida pela Secretaria do órgão julgador, ficando suspenso o julgamento do processo principal, mediante retirada de pauta.

~~Parágrafo único.~~ A Secretaria do órgão julgador reunirá cópias da certidão acima referida e dos acórdãos divergentes oferecidos pelas partes, pelo Ministério Público ou indicados pelo Desembargador do Trabalho suscitante, com a imediata remessa de tais documentos à Presidência do Tribunal.

~~Art. 130-D.~~ Não sendo admitido o incidente, o julgamento do recurso ou causa originária prosseguirá normalmente.

~~Art. 130-E. A decisão que acolher ou rejeitar o incidente é irrecorrível.~~

~~Subseção III~~

~~Da autuação do Incidente~~

~~Art. 130-F. Recebidas as cópias relativas ao incidente, a Presidência do Tribunal determinará a sua autuação como Incidente de Uniformização de Jurisprudência — IUJ, pela Diretoria de Cadastramento Processual, que fará sua remessa ao Ministério Público do Trabalho, para emissão de parecer.~~

~~Parágrafo único. A Presidência determinará, ainda, que seja dada ciência a todos os Desembargadores do Trabalho acerca do incidente, sendo facultado aos relatores sobrestarem os julgamentos que tenham por objeto matéria idêntica.~~

~~Subseção IV~~

~~Da Distribuição do Incidente~~

~~Art. 130-G. Retornando os autos do Ministério Público, proceder-se-á à distribuição aleatória do incidente de uniformização de jurisprudência apenas a relator, que dará o seu visto em 30 dias.~~

~~Subseção V~~

~~Do Julgamento do Incidente~~

~~Art. 130-H. Após o visto do relator, serão remetidos os autos do incidente de uniformização à Secretaria do Pleno, para inclusão em pauta de julgamento.~~

~~Art. 130-I. A tese prevalecente, obtida por voto da maioria absoluta, será objeto de súmula. Na hipótese de maioria simples, a tese valerá apenas para o caso em julgamento, podendo constituir precedente na uniformização da jurisprudência.~~

~~Art. 130-J. A decisão do Tribunal Pleno sobre o incidente é irrecorrível e constará de certidão, juntando-se o voto prevalecente aos autos.~~

~~Art. 130-K. Após o julgamento, a Secretaria do Pleno certificará, no processo principal, o resultado do incidente, arquivando-se os respectivos autos (IUJ).~~

~~Art. 130-L. Resolvido o incidente de uniformização de jurisprudência, o processo que o originou e cujo julgamento foi suspenso será reincluído em pauta, com prioridade.~~

~~Art. 131. Resolvido o incidente de uniformização pela adoção de Súmula da jurisprudência predominante do Tribunal, será esta publicada por três vezes consecutivas no Diário da Justiça do Estado, com a respectiva indicação do julgado da qual se originou. (Alterado pela RA. Nº 109/2011) Publicada no DJE de 26/05/2011)~~

~~SEÇÃO II~~

~~Das Súmulas~~

~~Art. 131. Proferida a decisão do Tribunal Pleno, por maioria absoluta, sobre o Incidente de Uniformização de Jurisprudência, remeter-se-ão cópias da certidão respectiva e do voto prevalecente à Comissão de Jurisprudência, para que apresente proposta relativa ao conteúdo e redação da súmula, a ser submetida ao Pleno, conforme disposto no Capítulo IV do Título VI deste Regimento.~~

CAPITULO VIII

DOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS, ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA E UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Art. 130. O incidente de resolução de demandas repetitivas é cabível quando, observadas as disposições do CPC, houver simultaneamente:

I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito;

II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

Parágrafo único. O pedido de instauração do incidente de que trata o caput será dirigido ao Presidente do Tribunal, observado o disposto no art. 977 do CPC.

Art. 130-A. *Compete ao Tribunal Pleno admitir, processar e julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas e fixar a tese jurídica.*

Parágrafo único. *O Tribunal Pleno julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.*

Art. 130-B. *A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça, observado o disposto no art. 979 do CPC.*

Art. 130-C. *A decisão obtida do voto da maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal será objeto de súmula; a resultante do voto da maioria simples valerá como tese jurídica prevalecente.*

Art. 130-D. *A assunção de competência é admissível quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, observando o disposto no art. 947 do CPC e no art. 18, inciso VII, deste Regimento.*

Art. 131. *O incidente de uniformização de jurisprudência poderá ser suscitado, quando houver divergência entre julgados dos órgãos do Tribunal com relação ao julgamento de determinada matéria, nas seguintes hipóteses:*

I – por qualquer dos magistrados votantes na sessão;

II – pelo Presidente do Tribunal, em juízo de admissibilidade de recurso ou no caso de retorno dos autos do Tribunal Superior do Trabalho, na hipótese do § 4º do art. 896 da CLT.

§1º *A parte ou o Ministério Público do Trabalho podem, a qualquer tempo, antes da proclamação do julgamento em sessão, suscitar o incidente, sem necessidade de contraditório, cuja admissibilidade será votada a começar pelo relator, de imediato.*

§2º *Reconhecida a divergência pelo Tribunal Pleno, pela Turma ou pelo Presidente do Tribunal em juízo de admissibilidade de recurso, será lavrada a certidão ou prolatada a decisão respectiva, ficando suspenso, até a deliberação do Tribunal Pleno, o processo que deu origem ao incidente, sendo facultado, ao relator, a suspensão dos processos em trâmite no Tribunal, que versem sobre a matéria sujeita à uniformização.*

§3º *O relator do incidente demonstrará nos autos, com seu voto, a divergência e distribuirá cópia a todos os membros efetivos do Tribunal, com 10 (dez) dias de antecedência da sessão, inclusive aos que, embora de licença ou férias, estejam em condições de participar do julgamento.*

§4º *Ouvido o Ministério Público do Trabalho, o incidente será julgado pelos membros efetivos do Tribunal, observados o quórum de 2/3 dos membros do Tribunal e o rito regimental, sem revisor, nem sustentação oral, votando o Presidente da sessão.*

§5º *A decisão obtida do voto da maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal será objeto de súmula; a resultante do voto da maioria simples valerá como tese jurídica prevalecente.*

§6º *Havendo empate, prevalecerá, pelo voto de qualidade, o entendimento adotado pelo Presidente do Tribunal, valendo como tese jurídica prevalecente.*

§7º *Publicada a súmula ou a tese jurídica prevalecente:*

I - os processos suspensos retomarão o curso para julgamento e aplicação do entendimento firmado pelo Tribunal;

II – os processos com decisões conflitantes retornarão ao órgão competente para adequação à súmula regional ou à tese jurídica prevalecente ou demonstração de que a situação de fato ou de direito é distinta daquela delimitada no incidente.

§8º *Caberá à Secretaria do Tribunal Pleno a lavratura da respectiva resolução administrativa, em qualquer das hipóteses do § 5º.*

§9º *O texto da súmula ou da tese jurídica prevalecente será votado na mesma sessão, ou na imediatamente posterior, e publicado por 3 (três) vezes no órgão oficial de divulgação.*

§ 10. *Os verbetes cancelados ou alterados guardarão a respectiva numeração, tomando novos números os que forem editados.*

§ 11. *O procedimento de que trata este artigo será adotado nos casos de cancelamento ou alteração de súmula ou de tese jurídica prevalecente.*

Art. 131-A. *A edição de súmula da jurisprudência do Tribunal, além daquelas decorrentes do procedimento previsto nos artigos 896 da CLT e 130 e 131 deste Regimento, poderá ser proposta por qualquer Desembargador, indicando:*

I – acórdãos divergentes, quando se tratar de decisões conflitantes das Turmas sobre a mesma matéria de direito;

II – reiteração de decisões no mesmo sentido, nas Turmas, sobre igual matéria de direito, além da relevância de ser sumulada a questão

III – existência de decisão do Tribunal Pleno ou de Turma sobre matéria de relevante interesse público, com previsão de reflexo sobre outros processos;

IV – declaração de inconstitucionalidade de texto de lei ou ato normativo do Poder Público;

V – alteração de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior do Trabalho, bem como de orientação jurisprudencial dessa Corte.

§1º *A instauração do procedimento será submetida à deliberação do Pleno, em sessão especialmente designada.*

§2º Aprovado o procedimento, a Secretaria do Tribunal Pleno formará os autos administrativos pertinentes, com a certidão do julgamento que deliberou sobre a instauração do procedimento e as cópias dos acórdãos indicados, remetendo-os à Presidência do Tribunal.

§3º O prazo para relatar será de 45 (quarenta e cinco) dias, sem revisor.

§4º O Diretor da Escola Judicial poderá sugerir ao Presidente do Tribunal, a partir de estudos de matérias relevantes elaborados pela Seção de Jurisprudência, a edição de súmula da jurisprudência, observado o procedimento previsto neste artigo.

Art. 131-B. Para o exame e a apreciação dos projetos de súmula, o Tribunal Pleno reunir-se-á em sessão administrativa e será composto unicamente por seus membros efetivos.

§1º Deverão ser encaminhadas aos Desembargadores e ao Ministério Público do Trabalho, com 10 (dez) dias de antecedência da sessão, cópias do expediente originário com o projeto de súmula e os acórdãos precedentes.

§2º Ouvido o Ministério Público do Trabalho, o projeto será julgado, observados o quórum legal e o rito regimental, votando o Presidente da sessão.

§ 3º A decisão obtida do voto da maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal será objeto de súmula, cabendo à Secretaria do Tribunal Pleno a lavratura da respectiva resolução administrativa.

§4º O texto da súmula será votado na mesma sessão, ou na imediatamente posterior, e publicado por 3 (três) vezes no órgão oficial de divulgação.

§5º Os verbetes cancelados ou alterados guardarão a respectiva numeração, tomando novos números os que forem editados.

§6º O procedimento de que trata este artigo será adotado nos casos de cancelamento ou alteração de súmula.

Art. 131-C. A triagem dos processos para fins de suspensão, em razão de veicular matéria objeto de qualquer dos incidentes para uniformização da jurisprudência do Tribunal ou casos repetitivos dos Tribunais Superiores, será feita pelos relatores ou juízes de primeiro grau, conforme o caso, que proferirão decisão de suspensão nos respectivos processos.

Art. 131-D. O Tribunal manterá banco de dados pesquisável, devidamente atualizado, em seu sítio na internet, com os registros eletrônicos dos temas para consulta pública, contendo informações padronizadas de todas as fases percorridas dos casos repetitivos e de sua uniformização de jurisprudência.

Art. 131-E. Incumbirá à Comissão Gestora de Precedentes, composta pelo Presidente do Tribunal, que a presidirá, e pelos Presidentes das Turmas:

I - supervisionar os procedimentos administrativos decorrentes de sobrestamento de processos afetados em virtude de julgamento de repercussão geral, recurso de revista repetitivo, incidente de uniformização de jurisprudência, incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência;

II - supervisionar o trabalho do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – Nugep;

III - resolver os casos omissos apresentados pelo Nugep.

CAPÍTULO IX

DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Art. 132 - Os valores devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e suas respectivas Autarquias e Fundações, em virtude de sentença judicial transitada em julgado e que ultrapassem os limites previstos na legislação pertinente, serão pagos mediante precatórios judiciais, expedidos na forma da lei e deste regimento.

Parágrafo único - A execução dos créditos de pequeno valor será efetuada pelo juízo da execução na forma prevista em lei e neste Regimento.

Art. 133 - Expedido o precatório e requisitado o seu pagamento, eventuais incidentes deverão ser dirimidos nos autos deste.

Art. 134 - Os precatórios serão expedidos pelo juiz da execução e remetidos ao Presidente do Tribunal, que examinará as suas formalidades legais e requisitará o pagamento ao ente público devedor.

§ 1º - As requisições de pagamento serão dirigidas:

I - À Secretaria de Orçamento e Finanças, por intermédio do serviço orçamentário do TST-SRAF, se for devedora a União, ou, a outro órgão que venha a ser designado para esse fim;

II - À Procuradoria do Estado se o devedor for o Estado-membro;

III - Ao Chefe do Poder Executivo Municipal quando se tratar da Fazenda Pública Municipal.

§ 2º - Se o ente devedor for Autarquia ou Fundação as requisições serão enviadas ao respectivo dirigente.

Art. 135 - O precatório conterà, obrigatoriamente, o número do processo, nome endereço e CPF/CNPJ do exeqüente e do executado, o valor do débito atualizado e cópia das seguintes peças:

I - petição inicial da reclamação trabalhista;

II - decisão exeqüenda;

III - conta de liquidação;

IV - decisão proferida sobre a conta de liquidação;

V - certidões de trânsito em julgado da decisão proferida na fase de conhecimento e de execução;

VI - despacho que ordenou a formação do precatório;

VII - atualização dos cálculos e, facultativamente, outras peças que as partes indicarem ou o juiz entender necessárias.

§ 1º - Nas execuções contra a Fazenda Pública Federal deverá também instruir os autos do precatório a notificação para que a Advocacia Geral da União manifeste-se, no prazo de 10 dias, perante o juízo da execução, atestando que o valor requisitado no precatório está conforme o apurado na execução;

§ 2º - Nas ações plúrimas a execução e os valores requisitados deverão ser individualizados por exeqüente, caso em que, havendo expedição simultânea de ofício precatório e mandado para pagamento de dívidas de pequeno valor (DPV), instruirá o precatório, como excluídos, a relação nominal dos beneficiários cujos créditos serão satisfeitos com dispensa de precatório;

§ 3º - Para fins do disposto no artigo 87, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o juiz da execução notificará o exeqüente para que,

em dez dias, exerça seu direito à renúncia, na forma prevista no referido artigo.

Art. 136 - No Tribunal, os precatórios serão autuados e remetidos ao Setor de Precatórios para exame da regularidade de sua formação, cabendo-lhe, ainda, verificada a ausência de peça essencial, solicitá-la ao Juiz de Execução.

§ 1º - Os precatórios constarão de duas ordens, observada a regra do art. 86, Incisos e Parágrafos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, para o efeito da execução e oportunidade de quitação;

§ 2º - Examinada a formação e certificada a regularidade, o precatório será submetido ao Presidente do Tribunal para apreciação e requisição do pagamento.

§ 3º - Para efeito de precedência na ordem do pagamento será considerado como *dies a quo* aquele que o executado receber a determinação para inclusão no orçamento respectivo.

Art. 137 - Ao Presidente do Tribunal compete:

I - praticar todos os atos necessários ao cumprimento do precatório;

II - baixar instruções gerais e outros atos necessários à formação do precatório, bem como ordenar as diligências cabíveis à sua regularização;

III - disponibilizar o relatório geral de precatórios pela ordem cronológica na Internet, para conhecimento dos interessados.

Art. 138 - Na requisição de pagamento constará o número da conta bancária para fim de depósito do valor devido.

Art. 139 - Decorrido o exercício orçamentário sem o pagamento, o credor será notificado para se manifestar sobre o descumprimento da ordem.

Art. 140 - O pagamento deverá ser feito pelo valor atualizado, inclusive dos tributos, taxas e contribuições, nos autos do precatório.

Parágrafo único - Quitado o precatório, os autos serão devolvidos ao Juízo da execução para apensamento ao processo principal e extinção da execução.

Art. 141 - Aplicam-se ao procedimento dos precatórios, no que couber, as instruções que, sobre a matéria, vierem a expedir o Tribunal Superior do Trabalho ou este Tribunal, observado o disposto neste Regimento.

CAPITULO X

DOS AUTOS FINDOS

Art. 142 - O Presidente do Tribunal, no uso de suas atribuições, por meio de Ato Regulamentar, estabelecerá as condições que caracterizam os autos findos, bem como os procedimentos de eliminação, observando-se as disposições da Lei 7627/87.

§ 1º - Em todos os casos preservar-se-á o direito das partes ao desentranhamento dos documentos pessoais ou aqueles considerados relevantes.

§ 2º - Serão selecionados, para fins de guarda permanente, os autos e documentos que, pelo seu valor histórico e peculiaridades, devam ser preservados para composição da memória institucional.

Art. 143. A eliminação dos autos findos será autorizada pelo Tribunal Pleno mediante proposta da Presidência, após parecer circunstanciado da Comissão Permanente de Avaliação, e será precedida de Edital de ciência de eliminação de documentos, na Imprensa Oficial e em jornal da cidade sede do TRT ou da Vara do Trabalho interessada.

TÍTULO IV

DO PROCESSO NO TRIBUNAL

CAPÍTULO I

DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU ATO NORMATIVO DO PODER PÚBLICO

Art. 144 - Se por ocasião do julgamento de qualquer feito no Tribunal verificar-se que é imprescindível decidir-se sobre a inconstitucionalidade de lei ou de disposição nela contida, ou de ato normativo do Poder Público, o julgamento será suspenso por proposta do relator, de qualquer membro do Tribunal, ou a requerimento do Ministério Público, até o início da votação.

Parágrafo único - Na sessão seguinte, ouvido o Ministério Público, será a prejudicial de inconstitucionalidade submetida a julgamento e, em seguida, decidir-se-á sobre o caso concreto que a motivou, tendo-se em consideração o que sobre a prejudicial houver sido resolvido.

Art. 145 - Somente pelo voto da maioria absoluta dos seus membros efetivos, inclusive o Presidente, poderá o Tribunal declarar a inconstitucionalidade de lei ou do ato normativo do Poder Público.

Art. 146 - Se a decisão não reunir a maioria absoluta da totalidade dos membros efetivos do Tribunal, a prejudicial será desprezada, prosseguindo-se no julgamento do feito.

Parágrafo único - Não mais será admitida nova alegação sobre a mesma matéria, salvo demonstração de que após o pronunciamento do Tribunal, o Supremo Tribunal Federal haja julgado a mesma questão em sentido contrário.

CAPÍTULO II

DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO

Art. 147 -. O Juiz estará impedido de atuar no processo em todas as hipóteses do art. 134 do Código de Processo Civil.

Art. 148 - A suspeição deverá ser declarada pelo Magistrado nos casos previstos em lei, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes.

Art. 149 - Poderá ainda o Magistrado declarar-se suspeito, por motivo íntimo que, em consciência, o iniba de julgar.

Art. 150 - O Magistrado poderá declarar o seu impedimento ou suspeição oralmente, na sessão de julgamento, registrando-se em ata a declaração. Se for Relator ou Revisor, deverá declará-lo por despacho nos autos.

§ 1º - Quando o impedimento ou a suspeição for do Relator, reconhecendo a argüição, mandará juntar a petição, com os documentos que a instruem, e ordenará, por despacho, a remessa dos autos ao Presidente do Tribunal para nova distribuição, mediante compensação.

§ 2º - Quando o impedimento ou a suspeição for do Revisor, os autos passarão ao Desembargador do Trabalho que o seguir na ordem de antigüidade dentro do mesmo órgão julgador, mediante compensação.

Art. 151 - A exceção de suspeição deverá ser argüida até o julgamento da causa quanto aos Magistrados que dele tiverem necessariamente de participar, ressalvados os casos de impedimento. Quando o suspeito for o convocado em regime de substituição, o prazo contar-se-á do momento da sua intervenção.

Art. 152 - Não aceitando a suspeição, o Magistrado continuará vinculado à causa, suspendendo-se o julgamento até a solução do incidente, que se processará em apartado, com designação de Relator, sorteado dentre os demais Desembargadores do Trabalho.

Art. 153 - A exceção deverá ser deduzida em petição assinada pela parte, ou por procurador, dirigida ao relator, indicando os fatos que a motivaram e acompanhada de prova documental e rol de testemunhas, se houver.

Art. 154 - Oferecida a exceção de suspeição e distribuída ao Relator, este determinará a realização, no prazo de cinco dias, dos atos processuais que ainda julgar necessários para a instrução do incidente, realizando-se o julgamento na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno que se seguir ao encerramento da instrução, sem a participação do Desembargador do Trabalho recusado.

Art. 155 - Reconhecida a procedência da suspeição ou impedimento do relator, haver-se-á por nulo o que tiver sido processado perante o Desembargador do Trabalho

recusado, sendo o processo submetido a novo sorteio, observado o disposto neste Regimento.

CAPÍTULO III

DA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

Art. 156 - A exceção de incompetência será processada com observância do disposto nos arts. 799 e 800 da CLT, bem como, das demais normas processuais subsidiariamente aplicáveis.

Parágrafo único - Procedente a exceção, será o processo remetido à autoridade judiciária que for declarada competente.

CAPÍTULO IV

DO INCIDENTE DE FALSIDADE

Art. 157 - O Incidente de Falsidade será processado perante o Relator do feito e julgado pelo Tribunal, observados os artigos 390 a 395 do Código de Processo Civil e demais disposições legais pertinentes.

CAPÍTULO V

DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES

Art. 158 - O conflito de competência poderá ocorrer entre autoridades judiciárias da Região, regulando-se pelos arts. 115 a 124 do Código de Processo Civil, e o de atribuições, entre autoridades judiciárias e administrativas.

Art. 159 - Dar-se-á conflito:

I - quando ambas as autoridades se considerarem competentes;

II - quando ambas as autoridades se considerarem incompetentes;

III - quando houver controvérsia, entre as autoridades, sobre a reunião ou separação de processos.

Art. 160 - O conflito poderá ser suscitado ao Presidente do Tribunal:

I - pelos Juízes e Tribunais do Trabalho;

II - pelos Juízes de Direito, quando investidos na jurisdição trabalhista;

III - pelo Ministério Público do Trabalho;

III - pela parte interessada ou seu representante legal;

IV - pela autoridade administrativa que se julgar em situação de conflito.

Parágrafo único - O Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência, mas terá qualidade de parte naqueles que suscitar.

Art. 161 - Não poderá suscitar o conflito a parte que, na causa, houver oposto exceção de incompetência de Juízo ou Tribunal.

Parágrafo único - O conflito de competência não obsta a que a parte que não o suscitou ofereça exceção declinatória do foro.

Art. 162 - Os conflitos de competência suscitados entre Juízes do Trabalho e entre Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista, ou entre um e outro, na Região, serão resolvidos pelo Tribunal Regional.

Art. 163 - O conflito será suscitado ao Presidente do Tribunal:

I - pelo Juiz, por ofício;

II - pela parte e pelo Ministério Público, por petição;

Parágrafo único - O ofício e a petição serão instruídos com os documentos necessários à prova do conflito.

Art. 164 - Recebido o processo de conflito no Tribunal, o Presidente procederá à sua distribuição.

Art. 165 - O Magistrado a quem for distribuído o feito poderá determinar que as autoridades em conflito, caso seja este positivo, façam sobrestar o andamento dos respectivos processos. Nesse caso, o relator designará um dos Desembargadores do Trabalho para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

§ 1º - O relator mandará ouvir as autoridades em conflito, no prazo de dez dias, se estas não houverem, ex-officio ou a requerimento das partes, dado os motivos por que se julgaram competentes ou não, ou se forem insuficientes os esclarecimentos e documentos apresentados.

§ 2º - Instruído o processo, ou findo o prazo sem que as autoridades hajam prestado informações, será ouvido, em cinco dias, o Ministério Público. Em seguida, o relator submeterá o feito a julgamento, na primeira sessão.

Art. 166 - Resolvida a matéria de competência, em conflito suscitado, não mais será permitido renová-la na discussão da causa principal.

Art. 167 - Ao decidir o conflito, o Tribunal declarará qual o órgão ou Juiz é competente, pronunciando-se, também, sobre a validade dos atos praticados, sendo que desta decisão não caberá recurso.

Parágrafo único - Os autos do processo, em que se manifestou o conflito serão remetidos ao juiz declarado competente.

Art. 168 - O processo será remetido ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, com a informação da autoridade competente quando:

I - o conflito for suscitado entre o Tribunal da 16ª Região e outros Tribunais Justiça;

II - o conflito for suscitado entre o Tribunal da 16ª Região e o Juiz de primeira instância a ele não subordinado.

Art. 169 - As disposições deste capítulo que tratam especificamente de conflito de competência aplicar-se-ão, no que couber, ao conflito de atribuições.

CAPITULO VI

DA MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Art. 170 - Os requerimentos administrativos que devam ser submetidos à deliberação do Presidente do Tribunal ou do Pleno serão formados em expediente próprio e autuados em numeração seqüencial.

Art. 171 - Os expedientes administrativos de que trata o artigo anterior serão encaminhados para deliberação com manifestação prévia e motivada da Diretoria Geral, que poderá valer-se, para tanto, das informações lançadas no processo pelos setores competentes e, se for o caso, de parecer emanado da assessoria jurídica.

Art. 172 - Das decisões do Presidente do Tribunal em matéria administrativa cabe recurso, pelo interessado, ao Tribunal Pleno, no prazo de 10 dias, contados da data em que for regularmente cientificado, salvo se, em razão da matéria, houver prazo recursal específico estabelecido em lei, caso em que este deverá ser observado.

~~§ 1º - Recebido o recurso, será o processo distribuído a um Relator e a um Revisor, dentre os Desembargadores.~~

(Alterado pela RA. Nº 196/2009) Publicada no DJE de 06/10/2009

§1º *Recebido o recurso, será o processo distribuído a um Relator, dentre os Desembargadores do Trabalho.*

§ 2º - Depois de examinado o expediente, o Relator lançará seu visto no processo, encaminhando-o, em seguida ao Revisor. Este, igualmente, após análise, lançará seu visto e o encaminhará à Secretaria para inclusão em pauta administrativa.

Art. 173 - Quando o expediente administrativo versar sobre assunto de relevante interesse da instituição, ou a

natureza da matéria recomendar a manifestação do Tribunal Pleno, poderá o Presidente do Tribunal submetê-lo à consideração do Colegiado.

Parágrafo único - Ao apresentar a matéria ao Tribunal Pleno, o Presidente relatará os fatos e circunstâncias do caso e proporá a solução que lhe parecer adequada.

Art. 174 - A matéria administrativa será sempre decidida de acordo com os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal, aplicando-se ainda, no que forem omissos este Regimento e as leis especiais disciplinadoras da organização da Justiça do Trabalho, o direito comum e as normas legais reguladoras da situação dos Servidores Públicos Civis da União e os atos administrativos do Presidente aprovados pelo Tribunal Pleno.

CAPITULO VII

DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA

Seção I

DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 175 - Caberá ação rescisória das decisões dos Juízes do Trabalho, dos Juízes de Direito investidos na jurisdição trabalhista e dos acórdãos do Tribunal, nas hipóteses previstas na legislação aplicável.

Art. 176 - A ação rescisória será proposta por petição escrita, acompanhada de tantas cópias quantos forem os réus, preenchidos os requisitos da legislação processual civil compatíveis com o processo do trabalho, devendo o autor cumular ao pedido de rescisão, se for o caso, o de novo julgamento da causa.

~~**Parágrafo único** - Proposta a ação, o Presidente do Tribunal distribuí-la á na forma deste Regimento, estando impedidos de ser relator ou revisor os Desembargadores do Trabalho que, nesta condição, tenham participado do julgamento que deu origem ao acórdão rescindendo.~~
(Alterado pela RA. Nº 173/2016) Publicada no DJE de 9/8/2016

Parágrafo único – *Proposta a ação, o Presidente do Tribunal distribuí-la-á na forma deste Regimento, estando impedidos de serem relatores os Desembargadores do Trabalho que, nesta condição, tenham participado do julgamento que deu origem ao acórdão rescindendo.*

Art. 177 – Se a petição preencher os requisitos legais, ao relator compete:

I – ordenar todas as citações, notificações e intimações legalmente requeridas;

II – processar todas as questões incidentes;

III – receber ou rejeitar, in limine, as exceções opostas, designar audiência especial para a produção de provas, se requeridas e lhe parecerem necessárias;

IV – pedir dia para julgamento das questões incidentes e das exceções opostas, quando regularmente processadas;

V – proferir o despacho saneador, na forma e prazo estabelecidos no Código de Processo Civil, no que for aplicável;

VI – submeter a lide a julgamento antecipado, quando for o caso.

Art. 178 – Feita a citação, o réu, no prazo assinado pelo relator, que não poderá ser inferior a quinze dias, nem superior a trinta, apresentará a contestação no Serviço de Cadastramento Processual.

Art. 179 – Se os fatos em que se fundar a petição inicial ou a contestação dependerem de prova testemunhal ou pericial, o relator poderá delegar competência para dirigir as provas a um dos Juízes de Vara do Trabalho ou Juiz de Direito investido na jurisdição trabalhista da comarca onde residirem as testemunhas ou onde se encontrar a coisa objeto de exame, devendo o processo ser devolvido no prazo marcado, salvo caso de força maior.

Art. 180 – Ultimada a fase probatória, será aberta vista dos autos, sucessivamente, ao Autor e ao Réu, para razões finais, pelo prazo de 10 (dez) dias.

~~**Parágrafo único** – Findo o último prazo, ouvida a Procuradoria Regional do Trabalho, serão os autos~~

~~conclusos, respectivamente, ao Relator e ao Revisor e, posteriormente, incluídos em pauta para julgamento.~~
(Alterado pela RA. Nº 173/2016) Publicada no DJE de 9/8/2016

Parágrafo único – *Findo o último prazo, ouvida a Procuradoria Regional do Trabalho, serão os autos conclusos ao relator e, posteriormente, incluídos em pauta para julgamento.*

Art. 181 - Da decisão proferida em ação rescisória caberá recurso ordinário e, quando for o caso, a remessa de ofício, para o Tribunal Superior do Trabalho.

Seção II

DA AÇÃO ANULATÓRIA

Art. 182 - Aplica-se à ação anulatória o mesmo procedimento da ação rescisória, no que couber.

Seção III

DOS DISSÍDIOS COLETIVOS E SUAS REVISÕES

Art. 183 - Os dissídios coletivos serão suscitados na forma da legislação pertinente, observadas, também, as instruções expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 184 - Recebida e protocolizada a representação em dissídio coletivo ou de extensão de sentença normativa, serão os autos conclusos ao Presidente que designará audiência de conciliação dentro do prazo de 10 (dez) dias, determinando-se a citação do suscitado para, no mesmo prazo, contestar o pedido.

§ 1º - No caso de revisão, o prazo de defesa será de 15 (quinze) dias, a partir da notificação inicial, salvo na hipótese do parágrafo único, do art. 874, da CLT.

§ 2º - O Ministério Público do Trabalho será intimado para a audiência de conciliação e instrução de dissídio de qualquer natureza, manifestando sua concordância ou discordância em acordos eventualmente firmados antes da homologação, podendo, ainda, sustentar oralmente o seu parecer.

Art. 185 - Recusada a conciliação, ou não comparecendo as partes, ou uma delas, o Presidente, se entender necessário,

determinará as diligências indispensáveis à perfeita instrução do feito.

Art. 186 - As partes terão o prazo sucessivo, em audiência, de 05 (cinco) minutos para razões finais, facultado ao Presidente prorrogá-lo, por igual prazo, em caso de litisconsórcio, concedendo a palavra, em seguida, ao Representante do Ministério Público.

Art. 187 - Instruído o feito, o Presidente o distribuirá em seguida, processando-se o julgamento na forma prevista neste Regimento, de preferência na primeira sessão ordinária subsequente à devolução dos autos pelo Revisor, observadas, quanto aos prazos, as instruções expedidas por este Regimento e pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 188 - Quando o dissídio ocorrer fora da sede do Tribunal, poderá o Presidente delegar a Juiz Titular de Vara do Trabalho ou Juiz de Direito, investido da jurisdição trabalhista, as atribuições relativas à fase conciliatória. Nesse caso, não havendo acordo, a autoridade delegada encaminhará imediatamente os autos ao Tribunal, fazendo exposição circunstanciada dos fatos e indicando a solução que lhe parecer conveniente.

Parágrafo único - A autoridade delegada intimará o Ministério Público do Trabalho da audiência de conciliação designada.

Art. 189 - Quando o dissídio coletivo for instaurado em decorrência de greve ou paralisação, a audiência de conciliação será realizada no prazo máximo de dois dias, na sede do Tribunal.

§ 1º - Não ocorrendo conciliação, retornando os autos da Procuradoria, o relator os devolverá, com seu visto, no prazo de quarenta e oito horas, de igual prazo dispondo o revisor.

§ 2º - A sessão de julgamento será marcada dentro de quarenta e oito horas, independente de publicação da pauta, sendo as partes e os Desembargadores do Trabalho do Tribunal cientificados com antecedência mínima de doze horas.

Seção IV

DO MANDADO DE SEGURANÇA

Art. 190 - O Mandado de Segurança é processado perante o Tribunal, devendo a petição inicial preencher os requisitos dos artigos 282 e 283 do Código de Processo Civil, em tantas vias quanto sejam as partes envolvidas, com indicação precisa da autoridade a quem é atribuído o ato impugnado.

§ 1º - A segunda via da inicial será instruída com as cópias de todos os documentos, autenticados pelo impetrante, conferidas na Secretaria do Tribunal, cabendo ao Relator a requisição de documentos outros que se encontrem em repartição ou estabelecimento público, ou que sejam, de qualquer forma recusados.

§ 2º - Se a recusa partir da autoridade indicada como coatora, a requisição se fará no próprio instrumento da notificação.

§ 3º - Quando o mandado de segurança for impetrado contra decisão do Tribunal ou ato do Presidente, proferido em matéria administrativa, será julgado pelo Tribunal, em sua composição efetiva, com inclusão em pauta para sessão especialmente convocada e previamente publicada.

Art. 191 - O pedido poderá ser indeferido, desde logo, pelo Relator, se for manifesta a incompetência do Tribunal, se não for caso de mandado de segurança, ou lhe faltarem os requisitos do artigo anterior e seu parágrafo primeiro. Em tais hipóteses, serão dispensadas as informações da autoridade indicada como coatora e a audiência do Ministério Público.

Parágrafo único - Do despacho de indeferimento, cabe agravo regimental no prazo de 08 (oito) dias, contados da ciência da decisão, assegurado o direito de sustentação oral perante o Tribunal.

Art. 192 - Admitida a inicial, o Relator mandará notificar a autoridade indicada como coatora, mediante ofício acompanhado da segunda via de petição, instruída com as cópias dos documentos, a fim de que preste informações, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se o Relator entender relevante e fundado o pedido e, do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso venha a ser deferida pelo Tribunal, poderá conceder liminar suspendendo sua execução, pelo prazo

máximo de 30 (trinta) dias, podendo ser renovada sucessivamente mediante proposta apresentada pelo relator ao Tribunal Pleno.

§ 2º - Sempre que o mandado de segurança envolva relação litigiosa trabalhista deverá ser processado com ciência dos terceiros porventura interessados, a critério e por despacho do Relator.

§ 3º - Se o ato impugnado for decisão que já não possa ser modificada pela autoridade indicada como coatora, poderá o Relator dispensar o pedido de informações.

§ 4º - Somente em casos especialíssimos, a critério do Tribunal, serão requisitados os autos originários onde se encontrem os fundamentos do ato impugnado, jurisdicional ou não.

Art. 193 - Feitas as notificações, a Secretaria Judiciária juntará aos autos as respectivas cópias autenticadas, com prova de sua remessa ao destinatário.

Parágrafo Único - Transcorridos os prazos, com a informação da autoridade indicada como coatora e com a manifestação de terceiro ou litisconsorte, se for o caso, ou sem elas, será determinada pelo Relator, a remessa dos autos à Procuradoria Regional.

Art. 194 - Havendo oficiado à Procuradoria Regional, o processo irá a julgamento.

Art. 195 - A decisão será comunicada pelo Presidente do Tribunal, através da Secretaria de Coordenação Judiciária, à autoridade apontada como coatora pelo meio técnico mais rápido, seguindo-se a expedição do ofício confirmatório.

Parágrafo único - Da decisão cabe recurso ordinário, e, quando for o caso, remessa de ofício para o Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 08 (oito) dias, contados da publicação do acórdão, interposto por petição dirigida ao Presidente do Regional.

Seção V

DO HABEAS CORPUS

Art. 196 - A petição de "habeas corpus", logo que protocolizada, será encaminhada ao Serviço de Cadastramento Processual, que a autuará de imediato, submetendo-a ao Presidente do Tribunal ou a quem o substitua no momento, para ser distribuída, por sorteio, a um dos Desembargadores do Trabalho, que será o seu relator.

Art. 197 - Se a petição se revestir dos requisitos legais, o relator, se necessário, requisitará da autoridade indicada como coatora, no prazo que assinar, informações escritas. Faltando qualquer daqueles requisitos, o relator mandará seja preenchido, logo que lhe tenha sido apresentada a petição, no prazo de dois dias.

§ 1º - Se o relator entender presentes os requisitos para concessão de liminar, observar-se-á a regra do art. 136, §1º, deste Regimento;

§ 2º - Se o pedido for indeferido *in limine*, o relator levará a decisão ao conhecimento do Tribunal, em sua primeira sessão, independentemente do pedido de informações.

Art. 198 - Será sempre concedida vista dos autos ao Ministério Público do Trabalho, pelo prazo de dois dias, depois de prestadas as informações pela autoridade apontada como coatora.

Art. 199 - Recebidas as informações, se não dispensadas, ouvido o Ministério Público, o habeas corpus será julgado na primeira sessão, podendo, entretanto, adiar-se o julgamento para a sessão seguinte.

Parágrafo único - No julgamento do habeas corpus o Presidente não terá voto, salvo em matéria constitucional, proclamando-se, na hipótese de empate, a decisão mais favorável ao paciente.

Art. 200 - A decisão concessiva de habeas corpus será imediatamente comunicada a quem couber cumpri-la (art. 665 do CPP), sem prejuízo da remessa ulterior da cópia autenticada do acórdão.

§ 1º - A ordem de habeas corpus, lavrada pela Secretaria Judiciária e assinada pelo Presidente do Tribunal, enviar-se-á por ofício, telegrama, telex ou, outro meio expedido.

§ 2º - Se a ordem do habeas corpus for cancelada para evitar ameaça de violência ou coação ilegal, dar-se-á ao paciente salvo-conduto, assinado pelo Presidente.

Art. 201 - Havendo desobediência ou retardamento no cumprimento da ordem de habeas corpus, o Presidente do Tribunal expedirá mandado de prisão contra o desobediente e oficiará o Ministério Público a fim de que promova a ação penal.

Art. 202 - Aplica-se, subsidiariamente, o Código de Processo Penal.

CAPITULO VIII

DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS E DA HABILITAÇÃO INCIDENTE

Art. 203 - Verificado o extravio, a perda ou a destruição dos autos do processo no Tribunal, a restauração de autos far-se-á de ofício ou a pedido de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo único - O pedido será apresentado ao Presidente do Tribunal e distribuído, sempre que possível, ao relator do processo desaparecido.

Art. 204 - A restauração será feita na forma da legislação processual civil, no que for aplicável.

Art. 205 - No Tribunal, a habilitação será requerida ao relator e perante ele processada, na forma da lei processual.

TITULO V

DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

~~Art. 206~~ — As decisões do Tribunal admitem os seguintes recursos:

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

~~I — Embargos de Declaração~~

~~II — Recurso de Revista;~~

~~III — Recurso Ordinário~~

~~IV — Agravo de Instrumento;~~

~~V — Agravo Regimental;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 206 – As decisões do Tribunal admitem os seguintes recursos:

I – Embargos de Declaração;

II – Recurso de Revista;

III – Recurso Ordinário;

IV – Agravo de Instrumento;

V – Agravo Regimental;

VI – Embargos para o Tribunal Pleno

~~(Revogado pela RA. nº 011/2010) Publicada no DJ de 28/01/2010~~

~~Art. 207~~ — As decisões dos Juízes do Trabalho de primeira instância são passíveis de impugnação para o Tribunal Regional do Trabalho, através dos seguintes recursos:

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

~~I — Recurso Ordinário;~~

~~II — Agravo de Instrumento;~~

~~III – Agravo de Petição;~~

~~IV — Agravo Regimental~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 207 – As decisões dos Juízes do Trabalho de primeira instância são passíveis de impugnação para as Turmas do Tribunal, através dos seguintes recursos:

I – Recurso Ordinário;

II – Agravo de Instrumento;

III – Agravo de Petição e

IV – Agravo Regimental.

Art. 208 - Recebido e protocolizado, o recurso será submetido a despacho, nos termos deste Regimento.

CAPITULO II

DO AGRAVO REGIMENTAL

~~**Art. 209** - Cabe Agravo Regimental para o Tribunal, oponível no prazo de 08 (oito) dias, contados da intimação ou publicação no órgão oficial;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

Art. 209 - *Cabe Agravo Regimental para o Tribunal Pleno ou à Turma, observada a competência, oponível no prazo de 08 (oito) dias contados da intimação ou publicação no órgão oficial:*

I - das decisões do Corregedor Regional, em reclamações correicionais;

~~II - da decisão do Presidente ou relator que ponha termo a qualquer processo, desde que não seja previsto outro recurso nas leis processuais;~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008) Publicada no DJE de 14/01/2009~~

II - das decisões ou despachos do Presidente do Tribunal, Presidentes das Turmas ou relator que ponha termo a qualquer processo, desde que não previsto outro recurso nas leis processuais;

III - da decisão do relator proferida na forma do art. 557 e parágrafos do Código de Processo Civil;

IV - do despacho que indeferir petição inicial de mandado de segurança, inclusive em primeira instância; de ação rescisória; de ação cautelar; habeas corpus e de ação anulatória;

V - do despacho do Presidente que resolver definitivamente pedido de requisição de pagamento de importâncias devidas pela Fazenda Pública;

VI - do despacho do Presidente, ou relator, concessivo ou de indeferimento de liminar em qualquer processo;

VII - do despacho do Juiz de primeira instância concessivo ou de indeferimento de liminar em Mandado de Segurança;

§ 1º - A petição conterà, sob pena de rejeição liminar, as razões do pedido de reforma da decisão agravada e será juntada aos próprios autos.

§ 2º - Quando o despacho ou decisão agravada for do Presidente do Tribunal ou do Corregedor-Regional, ou do Juiz de primeira instância em Mandado de Segurança, na hipótese do inciso VII deste artigo, o agravo será distribuído a um relator que o submeterá a julgamento, tão logo seja ouvido o Ministério Público do Trabalho;

~~§ 3º - Nas hipóteses em que o despacho seja do relator, o agravo será protocolizado e submetido ao prolator do referido despacho, independentemente de qualquer outra formalidade, que poderá reconsiderar seu ato ou remetê-lo à Secretaria do Tribunal Pleno para inclusão em pauta de julgamento, o que ocorrerá após prévio relato circunstanciado, sem direito a voto, lavrando o acórdão o Desembargador cujo voto tenha prevalecido;~~

~~(Alterado pela RA nº 003/2008) - Publicada no DJE de 14/01/2008.~~

~~**§3º - Nas hipóteses em que o despacho seja do Relator, o agravo será protocolizado e submetido ao prolator do referido despacho, independentemente de qualquer outra formalidade, que poderá reconsiderar seu ato ou remetê-lo à Secretaria do Tribunal Pleno para inclusão em pauta de julgamento, o que ocorrerá após prévio relato circunstanciado, sem direito a voto, lavrando o acórdão o Desembargador Relator, ainda que vencido.**~~

~~(Alterado pela RA. Nº 236/2008 de 15/12/2008)~~

§ 3º - Nas hipóteses em que o despacho seja do relator, o agravo será protocolizado e submetido ao prolator do referido despacho, independentemente de qualquer outra formalidade, que poderá reconsiderar seu ato ou remetê-lo à respectiva Secretaria, para inclusão em pauta de julgamento, o que ocorrerá após prévio relato circunstanciado, sem direito a voto, lavrando o acórdão o Desembargador do Trabalho cujo voto tenha prevalecido;

§ 4º - Ressalvada a hipótese do inciso IV, não será permitido sustentação oral por ocasião do julgamento.

§ 5º - Em caso de empate na votação, prevalecerá a decisão ou despacho agravado.

CAPITULO III

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

ART. 210 - Os embargos de declaração serão opostos, no prazo de cinco dias, contados da data da publicação da conclusão da sentença ou do acórdão no órgão oficial, em petição dirigida ao juiz de primeira instância ou ao Relator, a qual deverá conter a indicação precisa do ponto contraditório ou omissivo, ou, de manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

~~**Art. 211** - Ausente o Relator da decisão embargada por mais de quinze dias, observar-se-á o disposto no art. 80, deste Regimento;~~

(Alterado pela RA. 032/06) Publicada no DJE de 10/03/2006;

Art. 211 - Ausente o Relator da decisão embargada por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, observar-se-á o disposto no art. 80, deste Regimento.

Art. 212 - Quando o Juiz, ou o Relator, verificar que a natureza da omissão a ser suprida mediante o julgamento dos embargos possa levar à modificação do julgado, assegurará vista ao embargado, pelo prazo de cinco dias.

Parágrafo único - Nos embargos processados perante o Tribunal, antes da inclusão em pauta, serão os autos submetidos à apreciação do magistrado que atuou como Revisor.

Art. 213 - Aplicam-se aos embargos de declaração as disposições dos arts. 535 a 538 do Código de Processo Civil.

CAPITULO IV

DO RECURSO DE REVISTA

Art. 214 - O recurso de revista será apresentado ao Presidente do Tribunal, em petição fundamentada, no prazo de oito dias seguintes à publicação da conclusão do acórdão no órgão da Imprensa Oficial.

Parágrafo único - A Secretaria certificará a data da publicação do acórdão recorrido, informando sobre a tempestividade, o pagamento ou a isenção das custas, e do depósito recursal, quando necessário.

Art. 215 - O Presidente do Tribunal deverá receber o recurso ou denegar-lhe seguimento, fundamentando, em qualquer das hipóteses, seu despacho.

§ 1º - Na hipótese de recebimento do recurso, deverá ser declarado o efeito em que é recebido.

§ 2º - Recebido o recurso, o Presidente mandará dar vista ao recorrido para contra-razões, no prazo de oito dias.

§ 3º - É incabível pedido de reconsideração do despacho que recebe o recurso de revista.

§ 4º - Será facultado ao interessado requerer a expedição de carta de sentença para a execução provisória da decisão, às expensas do recorrente, a qual será remetida à primeira instância para a respectiva execução, observado, no que couber, o disposto nos arts. 588 a 590 do Código de Processo Civil.

Art. 216 - Se o recurso depender de pagamento de custas e estas não estiverem fixadas na decisão recorrida, o Presidente arbitrará seu valor, intimando-se o recorrente.

Art. 217 - Os processos que pendam de decisão de instância superior permanecerão na Secretaria do Tribunal até a decisão final, efetuando-se o retorno dos autos à origem somente depois da devolução daqueles em que o recurso foi ajuizado.

~~**Capítulo IV-A Acrescentado ao Regimento Interno através da RA nº 226/2009, publicada no DJE de 14/01/2009, com o art. 217-A**~~

CAPÍTULO IV-A

~~Art. 217-A. Cabem embargos, para o Tribunal Pleno, das decisões das Turmas que divergirem entre si, no prazo de 8 (oito) dias contados de sua publicação, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.~~

~~§ 1º Para comprovação da divergência de julgados justificadora do recurso é necessário que o recorrente:~~

~~I - junte certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma ou cite a fonte oficial ou repositório autorizado em que foi publicado; e~~

~~II - transcreva, nas razões recursais, as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, mencionando as teses que identifiquem os casos confrontados, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso.~~

~~§ 2º - Registrado na petição o protocolo e encaminhada à Secretaria da Turma prolatora da decisão embargada, será aberta vista dos autos à parte contrária, para impugnação, no prazo legal. Transcorrido o prazo, o processo será remetido à Secretaria de Distribuição para ser imediatamente distribuído.~~

~~§ 3º - O início da distribuição dos processos a serem julgados pelas Turmas dar-se-á a partir de 02 de fevereiro de 2009 e as sessões de julgamento a elas correspondentes se iniciarão a partir de 02 de março do mesmo ano.~~

~~(Revogado pela RA. nº 011/2010) Publicada no DJE de 28/01/2010~~

CAPITULO V

DO RECURSO ORDINÁRIO

Art. 218 - Cabe recurso ordinário a este Tribunal Regional e ao Tribunal Superior do Trabalho, respectivamente, no prazo de oito dias, das decisões proferidas pelos Juízes de primeira instância e dos acórdãos deste Tribunal, nas hipóteses do art. 895, alínea b, da CLT.

Art. 219 - O recurso ordinário estará sujeito ao preparo, na forma da lei.

§ 1º - O despacho que receber o recurso ordinário declarará os efeitos em que o recebe e determinará a intimação do recorrido, que terá o prazo de oito dias para contra-razões.

§ 2º - Do despacho que denegar seguimento ao recurso será intimado o recorrente.

CAPITULO VI

DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 220 - O processamento e o julgamento do agravo de instrumento obedecerão ao disposto no art. 897 da Consolidação das Leis do Trabalho e Instruções Normativas expedidas pelo colendo Tribunal Superior do Trabalho e, normas contidas neste Regimento.

Art. 221 - O agravo de instrumento será dirigido à autoridade judiciária prolatora do despacho agravado, no prazo de oito dias de sua intimação, e processado em autos apartados.

§ 1º - Será certificada nos autos principais a interposição do agravo de instrumento e a decisão que determina o seu processamento ou a decisão que reconsidera o despacho agravado.

§ 2º - Mantida a decisão agravada, será intimado o agravado a apresentar contra-razões relativas ao agravo e, simultaneamente, ao recurso principal, juntando as peças que entender necessárias para o julgamento de ambos, encaminhando-se, após, os autos do agravo ao Juízo competente.

Art. 222 - Provido o agravo, o órgão julgador deliberará quanto ao julgamento do recurso destrancado, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo a tal recurso, com designação de relator e de revisor, se for o caso.

Art. 223 - Da certidão de julgamento do agravo provido constará o resultado da deliberação relativa à apreciação do recurso destrancado.

Art. 224 - Ao agravo de instrumento interposto em processo sujeito ao rito sumaríssimo aplicam-se as disposições dos artigos anteriores, dispensada, contudo, em qualquer hipótese, a redação do acórdão, devendo seus fundamentos, quando não juntados aos autos, constar da certidão de julgamento.

Art. 225 - O Juiz de primeira instância ou o Desembargador do Trabalho Presidente, em nenhuma hipótese, poderá negar

seguimento ao agravo de instrumento para o Tribunal Regional ou para o TST.

TÍTULO VI

DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

CAPÍTULO I

DA COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO

Art. 226 - A Comissão de Regimento Interno é formada por 03(três) Desembargadores do Trabalho Federais designados pelo Tribunal, recaindo a escolha, preferencialmente, em seus membros mais antigos.

Art. 227 - Compete, especialmente, à Comissão de Regimento Interno:

I - manter o Regimento Interno permanentemente atualizado, propondo emendas ao texto em vigor;

II - examinar as emendas de iniciativa dos membros efetivos do Tribunal, emitindo pareceres fundamentados.

III - opinar em processo administrativo que envolva matéria regimental, quando consultada pelo Presidente ou por qualquer membro da Corte.

§ 1º - Considerada a proposta objeto de deliberação, dela dar-se-á ciência prévia aos Desembargadores do Trabalho quanto ao seu conteúdo, em sessão administrativa convocada para esse fim, e, após, em sessão administrativa própria, será discutida e votada.

§ 2º - Será dispensado parecer escrito quando houver urgência manifesta na apreciação da matéria sob exame.

§ 3º - A alteração regimental dependerá da aprovação da maioria absoluta dos membros efetivos do Tribunal.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO DE VITALICIEDADE

~~**Art. 228** — A avaliação do desempenho funcional e ético do Juiz, com observância do disposto na Constituição Federal (art. 95), da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979 — Lei Orgânica da Magistratura Nacional e na Resolução Administrativa nº 58/94, será feita por uma Comissão constituída através de Portaria do Presidente do Tribunal, que a presidirá, e de 02(dois) Desembargadores Federais, indicados pelo Colegiado, sempre garantido o acesso às informações pelo interessado. (Revogado pela RA nº 074/09) Publicada no DJE de 13/04/2009~~

CAPÍTULO III

DA COMISSÃO DA REVISTA DO TRIBUNAL

Art. 229 - O Tribunal fará publicar uma revista anual, denominada "Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região", destinada a divulgar assuntos de interesses doutrinários no campo do Direito, especialmente do Direito do Trabalho, sua Jurisprudência e a de outros Tribunais do Trabalho, a legislação especializada, atos de natureza administrativa e noticiário.

~~**Art. 230** — A revista será dirigida por uma comissão composta de dois Desembargadores e um Juiz Titular de Vara do Trabalho, e secretariada pelo Chefe do Serviço de Documentação e Informação.~~

~~(Alterado pela RA nº 178/07) Publicada no DJE de 11/12/2007~~

Art. 230 - *A revista será dirigida por uma comissão composta de três Desembargadores do Trabalho e dois Juízes Titulares de Vara do Trabalho, e secretariada pelo Chefe do Serviço de Documentação e Informação.*

Art. 231 - A Comissão tem competência para selecionar as matérias destinadas à publicação, inclusive jurisprudência do Tribunal e, ainda, baixar instruções e normas indispensáveis à regular circulação da revista.

Art. 232 - A escolha da comissão será feita bienalmente pelo Tribunal, em uma das seis primeiras sessões ordinárias que se seguirem à posse do Presidente.

Art. 233 - A Presidência da comissão será exercida por um dos Desembargadores do Trabalho que a integrarem, cabendo

ao outro a substituição, nas mesmas condições previstas neste Regimento para a do Presidente do Tribunal.

Art. 234 - Quando necessário, a comissão solicitará da Presidência do Tribunal auxílio nos trabalhos de organização, revisão e preparo da revista.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Art. 235 - À Comissão de Jurisprudência incumbe:

I - Velar pela expansão, atualização e publicação das Súmulas de jurisprudência predominante do Tribunal;

II - Acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal, com vistas à obrigatoria uniformização, na forma do art. 896, § 3º da CLT;

III - Ordenar o serviço de sistematização da jurisprudência do Tribunal, determinando medidas atinentes à seleção e ao registro, de modo a facilitar a pesquisa de julgados e processos;

IV - Receber e processar propostas de edição, revisão ou cancelamento de Súmulas.

Art. 236 - A proposta de edição, revisão ou cancelamento de Súmula, de iniciativa de qualquer Juiz ou Tribunal, deverá ser encaminhada à Comissão de Jurisprudência.

Art. 237 - Cabe à Comissão de Jurisprudência deliberar sobre a oportunidade e conveniência de encaminhamento ao Presidente do Tribunal das propostas de edição, revisão ou cancelamento de Súmula, acompanhadas, se for o caso, do texto sugerido para o verbete.

§ 1º - Havendo proposta de edição, revisão ou cancelamento de Súmula, firmada por Desembargadores do Trabalho da Corte, deverá a Comissão encaminhá-la ao Presidente do Tribunal.

§ 2º - Na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade do texto de lei ou de ato normativo do Poder Público em que se basear Súmula anteriormente editada, a Comissão encaminhará diretamente a proposta de

cancelamento do verbete, dispensado o procedimento previsto nos parágrafos anteriores.

Art. 238 - Os projetos de edição, revisão ou cancelamento de Súmula deverão ser instruídos com as cópias dos acórdãos que justifiquem a proposição.

Art. 239 - O Juiz proponente da Súmula, ou aquele indicado pelos proponentes, será o Relator da matéria perante o Tribunal Pleno.

Art. 240 - Para o exame e a apreciação dos projetos de Súmula, o Tribunal Pleno será composto unicamente de seus membros efetivos, e decidirá pelo voto da maioria absoluta dos Juízes.

Parágrafo único - Para esse efeito, a sessão do Tribunal Pleno será convocada com a antecedência mínima de quinze dias, devendo ser encaminhada aos Desembargadores do Trabalho, no mesmo prazo, cópias do expediente originário da Comissão, com o projeto de Súmula e os acórdãos precedentes.

Art. 241 - As Súmulas, datadas e numeradas, acompanhadas da relação dos julgados precedentes, serão publicadas por três vezes consecutivas no Diário da Justiça, observado o mesmo procedimento no cancelamento.

Parágrafo único. Os verbetes cancelados ou alterados guardarão a respectiva numeração, com a nota correspondente, tomando novos números os que resultarem de revisão da orientação jurisprudencial anterior.

Art. 242 - A edição, revisão ou cancelamento de Súmula, na forma do procedimento ora adotado, constituirá precedente de uniformização da jurisprudência do Tribunal.

Parágrafo único - A citação da Súmula pelo número a ela correspondente dispensará, perante o Tribunal, a referência a outros julgados no mesmo sentido.

TÍTULO VII

DAS VARAS DO TRABALHO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 243 - As Varas do Trabalho da Região funcionarão das 7:30 às 18:30

§ 1º - Cada Vara do Trabalho é composta, no mínimo, de um Juiz do Trabalho, que será seu titular.

§ 2º - O Juiz Titular de Vara do Trabalho e seus Auxiliares ou Substitutos são responsáveis pelo bom andamento dos serviços da respectiva Secretaria. Compete, entretanto, ao Titular a adoção das providências indispensáveis ao seu regular funcionamento, inclusive baixando portarias para esse fim, enviando cópia à Presidência e à Secretaria da Corregedoria-Regional.

Art. 244 - Os Juízes Titulares das Varas do Trabalho e os seus Substitutos e Auxiliares legais presidirão as audiências com vestes talares, segundo o modelo aprovado e fornecido pelo Tribunal.

Parágrafo único - As Varas terão o tratamento de "Egrégia"; seus Titulares e Substitutos legais, o de "Excelência".

Art. 245 - O Juiz Titular de Vara do Trabalho poderá, mediante circunstanciadas razões, solicitar ao Presidente a dispensa do Juiz designado como Auxiliar, bem como, do Diretor de Secretaria, sempre que a suas atuações venham comprometendo o regular funcionamento da Vara sob sua direção.

CAPÍTULO II

DO FÓRUM "ASTOLFO SERRA"

~~**Art. 246** - O Fórum "Astolfo Serra" é composto pelas Varas do Trabalho de São Luís.~~

~~(Alterado pela RA nº 255/14) Publicada no DJE de 21/10/2014~~

Art. 246 - *O Fórum Astolfo Serra compreende:*

I - A Diretoria do Fórum;

II - As Varas do Trabalho e todo e qualquer setor que utilize o espaço público do prédio.

Art. 247 - O Presidente do Tribunal nomeará o Diretor do Fórum "Astolfo Serra", dentre os Juízes Titulares das Varas da Capital, com mandato fixado em 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Art. 248 - Compete ao Diretor do Fórum:

I - dirigir os serviços comuns a todas as Varas;

II - administrar o prédio do Fórum, adotando as providências, de caráter administrativo, indispensáveis aos serviços comuns a todas as Varas nele localizadas;

III - representar o Tribunal em solenidades locais quando a elas presente e às quais não comparecer nenhum dos Desembargadores do Trabalho do Tribunal.

IV - providenciar a publicação semanal da lista de Juízes Substitutos, escalados para funcionarem nos processos de conciliação de todas as Varas do Trabalho da Capital, obedecida, o quanto possível, a lista de antigüidade, sem prejuízo de suas atividades normais.

V - organizar as atividades afetas à uniformização de procedimentos nas Varas trabalhistas, tais como centrais de mandados e outras correspondentes

~~Parágrafo único - O Tribunal poderá baixar ato, disciplinando, complementarmente, as atribuições do Diretor do Fórum.~~

~~(Alterado pela RA nº 255/14) Publicada no DJE de 21/10/2014~~

Parágrafo único: Compete, ainda, à Diretoria do Fórum:

a) Coordenar e supervisionar o funcionamento da Central de Mandados, exigindo dos Oficiais de Justiça produtividade e empenho no cumprimento dos mandados, se provocado por algum magistrado do trabalho;

b) Designar Oficial de Justiça para apoio às Varas Federais do Trabalho nos interiores, quando requerido;

c) Autorizar a ocupação dos espaços interiores (auditório, sala de treinamento, etc.) para eventos previamente solicitados;

d) Velar pela manutenção, preservação e asseio do Fórum exigindo das empresas encarregadas zelo, presteza e higiene, representando ao Presidente em caso de negligência, desleixo, abandono ou falta de qualidade pelos serviços prestados;

e) Designar dentre juízes titulares e substitutos da Capital, inclusive servidores para funcionarem no plantão judicial.

Art. 249 - O Posto de Atendimento Avançado (PAAD) da Justiça do Trabalho da 16ª Região é parte integrante da estrutura da Diretoria do Fórum "Astolfo Serra" e tem por finalidade:

I - descentralizar os serviços de protocolo no âmbito de toda a Região;

II - facilitar o acesso dos jurisdicionados, evitando deslocamentos desnecessários;

III - imprimir maior celeridade na tramitação dos processos junto a esta Justiça Trabalhista.

Parágrafo Único - O Tribunal Pleno por meio de Resolução Administrativa regulamentará a atuação do PAAD, cabendo-lhe, inclusive, a definição de suas competências.

Art. 250 - O Fórum "Astolfo Serra" contém em sua estrutura o Juízo Auxiliar de Conciliação de Processos Judiciais das Varas do Trabalho de São Luís, instituído por intermédio da Resolução Administrativa nº 067/2003, a quem compete homologar acordos em processos judiciais, a pedido das partes e/ou de seus advogados, com poderes especiais para transigir, receber e dar quitação, independentemente de prévia pauta de audiência.

§ 1º - É obrigatória a notificação aos advogados regularmente constituídos.

§ 2º - Os Magistrados que integram o Juízo Auxiliar de Conciliação podem requisitar os processos em tramitação por quaisquer das Varas do Trabalho da Capital, com a finalidade de dar cumprimento ao disposto no caput deste artigo, independente de suas atividades judicantes.

CAPÍTULO III

DO FÓRUM "MANUEL ALFREDO MARTINS E ROCHA" (Incluído pela RA. Nº 222/2011) publicada no DEJT de 17/11/2011

Art. 250-A O "Fórum Manuel Alfredo Martins e Rocha" é composto pela 1ª e 2ª Vara do Trabalho de Imperatriz. (Incluído pela RA. Nº 222/2011) publicada no DEJT de 17/11/2011

Art. 250-B Caberá à Presidência nomear o Diretor do Fórum, dentre os Juízes Titulares das Varas de Imperatriz, com mandato fixado em um ano, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. (Incluído pela RA. Nº 222/2011) publicada no DEJT de 17/11/2011

Parágrafo único. Aplica-se ao Diretor do "Fórum Manuel Alfredo Martins e Rocha" o disposto no art. 248, deste Regimento. (Incluído pela RA. Nº 222/2011) publicada no DEJT de 17/11/2011

TÍTULO VIII

DO PESSOAL E DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO TRIBUNAL

CAPÍTULO I

DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

ART. 251 - Aos servidores da Justiça do Trabalho na 16ª Região aplica-se o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, além de outras leis especiais e atos normativos.

Parágrafo único - A carreira e o regime remuneratório dos servidores da Justiça do Trabalho na 16ª Região são regulados pela Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, bem como pelos atos reguladores baixados, no âmbito de suas respectivas competências, pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Art. 252 - Os servidores da Justiça do Trabalho da 16ª Região cumprirão jornada de trabalho, sob controle de

freqüência e horário, de conformidade com as escalas estabelecidas pelo Tribunal.

Art. 253 - Os horários de expediente e de atendimento ao público no Tribunal, bem como, nas demais unidades administrativas e nas unidades judiciárias de primeira instância, serão estabelecidos por Resolução Administrativa aprovada pelo Tribunal Pleno, mediante iniciativa do Presidente do Tribunal.

Art. 254 - A nomeação e designação dos cargos em comissão e funções comissionadas serão privativas do Presidente do Tribunal, observado que, deverá destinar no mínimo 50% dos cargos em comissão (CJ-1 a CJ-04) a servidores integrantes das carreiras judiciárias, sendo o limite de 80% em relação ao total das funções comissionadas (FC-1 a FC-6). No caso das funções comissionadas, os 20% (vinte por cento) restantes deverão ser ocupados exclusivamente por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, titulares de emprego público, limites estabelecidos pelo art. 9º, §§ 1º e 2º da Lei 9.421/96, com redação dada pela Lei nº 10.475/2002.

Parágrafo único - O cargo de Assessor de Desembargadores do Trabalho do Tribunal será provido em comissão, por ato de nomeação do Presidente, mediante livre indicação do respectivo magistrado, sendo exigido o título de bacharel em Direito.

Art. 255 - A cessão de servidores do Quadro de Pessoal da Justiça do Trabalho na 16ª Região para outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios, só poderá ser autorizada para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, bem como, nos casos previstos em leis específicas, observadas as regras do artigo 93 da Lei 8.112/90 e, no que se refere ao servidor em estágio probatório, a regra do § 3º do artigo 20 dessa mesma lei;

Art. 256 - Não poderá ser nomeado para cargo em comissão, ou designado para função comissionada, cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau inclusive, de Juiz do Tribunal, salvo quando se tratar de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo da carreira, caso em que a vedação ficará restrita à nomeação ou designação para

servir junto ao magistrado determinante da incompatibilidade.

CAPÍTULO II

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 257 - Os serviços administrativos reger-se-ão por Regulamento Geral, aprovado pelo Tribunal, considerado parte integrante deste Regimento e serão dirigidos pela Presidência, que expedirá as normas ou instruções complementares necessárias.

Art. 258 - O Regulamento mencionado obedecerá ao disposto no art. 37 da Constituição Federal e aos seguintes princípios:

I - descentralização administrativa, agilização de procedimentos e utilização de informática;

II - orientação da política de recursos humanos do Tribunal no sentido de que as atividades administrativas e judiciárias sejam executadas, preferencialmente, por integrantes do quadro e tabelas de pessoal, recrutados mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, ressalvadas as exceções previstas em lei;

III - organização dos serviços de assessoria, de orçamento, controle e fiscalização financeira do acompanhamento de planos, programas e projetos;

IV - adoção de política da valorização de recursos humanos das diversas carreiras judiciárias, mediante programas e atividades permanentes e sistemáticas de capacitação, treinamento, desenvolvimento e avaliação profissional.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 259 - Fazem parte integrante deste Regimento, em tudo que lhe for aplicável, as normas do Estatuto da Magistratura, previstas em lei complementar, as disposições

da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, bem como, subsidiariamente, as de Direito Processual Civil, exceto no que forem incompatíveis com o Direito Processual do Trabalho.

Art. 260 - Ressalvado ao Presidente do Tribunal o direito de suspender as atividades dos órgãos da Justiça do Trabalho da 16ª Região em outros dias, por conveniência administrativa, serão observados, como feriados, além dos fixados em lei, apenas os seguintes: segunda e terça-feira de Carnaval e Quarta-feira de Cinzas; os dias da Semana Santa, compreendidos entre a quarta-feira e o Domingo de Páscoa; 11 de agosto; 28 de outubro; 1º e 2 de novembro; 8 de dezembro e, em cada município, aqueles feriados locais equiparados, segundo a lei federal, aos feriados nacionais.

Art. 261 - Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pelo Tribunal Pleno, observadas a Constituição Federal e as Leis da República.

Art. 262 - Ficam revogados, a partir da vigência deste Regimento, as disposições regimentais anteriores, as resoluções, os assentos regimentais e os demais atos que o contrariem.

Art. 263 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.